

Relatório de Atividades Ipea 2012

Relatório de Atividades Ipea 2012

ipea

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Relatório de Atividades Ipea 2012

ipea

Brasília, 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DIDES)	9
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA (DIEST)	41
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS MACROECONÔMICAS (DIMAC)	57
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS REGIONAIS, URBANAS E AMBIENTAIS (DIRUR).....	65
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SETORIAIS DE INOVAÇÃO, REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA (DISET).....	71
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS (DISOC).....	89
DIRETORIA DE ESTUDOS E RELAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS (DINTE).....	99
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	
Assessoria de Imprensa e Comunicação do Ipea (ASCOM)	113
Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (ASTECH).....	141
Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisas (ASPLA)	155
Auditoria Interna do Ipea (AUDIN).....	167
Ouvidoria do Ipea (OUVID)	181

APRESENTAÇÃO

Este relatório traz números que traduzem os resultados alcançados em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os diversos projetos transformados de maneira bem-sucedida em ações e produtos são motivo para comemoração. E criam maior expectativa ao comprovarem que o Ipea estrutura-se para alçar voos mais ousados. Em 2012, foram publicados 123 *Textos para Discussão* e houve aumento significativo na produção de *Relatórios de Pesquisa* – foram 36 títulos. Poderia ser ressaltada, ainda, a presença de técnicos e diretores da casa em todas as 27 Unidades da Federação, durante as *Conferências Estaduais do Desenvolvimento* (Codes).

Para o Ipea, no entanto, mais significativo que qualquer bom número é quando os temas levantados nas milhares de páginas de publicações e horas de seminários transformam-se em ideias que influenciem efetivamente as políticas públicas e permitam avançar no caminho para o desenvolvimento. E 2012 foi um ano com considerável quantidade de momentos nos quais o Instituto atuou decisivamente como “usina de ideias” do governo federal.

No ano passado, nossos estudos ajudaram a formular uma medida que levará a praticamente zero a quantidade de famílias do Cadastro Único do Bolsa Família abaixo da linha oficial da extrema pobreza, garantindo a todos os beneficiários do programa renda de pelo menos R\$ 70 - sugestão feita em Nota Técnica do Instituto.

Outras contribuições do Ipea podem ser citadas. A nova política de concessões na área de infraestrutura (portos, rodovias, ferrovias e aeroportos) foi largamente analisada por técnicos da casa. Realizamos, ainda em 2012, ampla avaliação do perfil e atuação dos conselheiros nacionais, parte integrante do projeto maior sobre a efetividade da participação social no Brasil.

Uma parceria entre o Ipea e o Ministério da Integração Nacional trouxe de volta para a agenda brasileira a pauta do desenvolvimento regional. As 27 Codes estaduais ocorreram em simultâneo às etapas da I Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, subsidiando, dessa forma, as decisões que orientarão a formulação de uma nova política de redução de disparidades e injustiças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras.

A intensa participação dos nossos pesquisadores nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi outro ponto de destaque no ano, assim como o monitoramento constante da conjuntura da economia brasileira. Por fim, cabe lembrar a ambiciosa edição da publicação *Brasil em Desenvolvimento*, que, no ano passado, proporcionou um levantamento sobre as necessidades e as fontes de financiamento para o desenvolvimento do país, abarcando áreas como saúde, educação, mobilidade urbana e infraestrutura, entre outras.

Com a aproximação de uma data especial na história do Instituto – os cinquenta anos de sua fundação serão comemorados em 2014 –, não há como deixar de olhar para o futuro. Isso pode ser percebido na preocupação de diretorias e assessorias em apontar, neste relatório, quais são os projetos estruturantes deste e do próximo ano. A ocasião é a ideal não apenas para apontar conquistas passadas, mas também para planejar os próximos passos e colocar em prática novas ações que nos levem ao êxito no cumprimento da missão do Ipea.

Boa leitura.

Marcelo Côrtes Neri
Presidente do Ipea

**Diretoria de Desenvolvimento Institucional
(DIDES)**

SEÇÃO I – PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2012

TABELA 1

Quadro geral de execução orçamentária (2012)

Itens de despesa	Orçamento geral do Ipea em 2012 (em R\$)	Despesas empenhadas (em R\$)	Crédito disponível em 31/12/2012 (em R\$)
1. Folha de pagamento.	255.154.137	249.693.532	5.460.604
2. Administração da unidade.	36.192.069	36.150.706	41.362
3. Formação e capacitação de recursos humanos.	300.000	299.473	526
4. Coordenação da pesquisa econômica.	19.225.556	17.161.713	2.063.842
5. Diagnósticos prospecções e estratégias para o desenvolvimento.	9.088.705	9.035.423	53.281
6. Construção do edifício sede.	2.211.000	-	2.211.000
7. Aquisição do edifício bndes.	102.957.920	-	102.957.920
8. Amortização e encargos da dívida contratual externa.	98.550	61.107	37.442
Total	425.227.937	312.401.956	112.825.979

TABELA 2

Execução de despesas discricionárias (2012)

Itens de despesa	Orçamento geral do Ipea em 2012 (em R\$)	Despesas empenhadas (em R\$)	Crédito disponível em 31/12/2012 (em R\$)
1. Administração da unidade	36.192.069	36.150.706	41.362
1.1. Custeio	34.434.604,74	34.393.573	41.029
1.2. Investimento	1.757.465	1.757.132	332
2. Formação e capacitação de recursos humanos.	300.000	299.473	526
3. Coordenação da pesquisa econômica.	19.225.556	17.161.713	2.063.842
3.1. Bolsas e auxílios a pesquisadores	16.379.858	14.316.973	2.062.884
3.2. Serviços	2.845.697	2.844.739	958
4. Diagnósticos, prospecções e estratégias para o desenvolvimento.	9.088.705	9.035.423	53.281

4.1. Programa Ipea Pesquisa	3.917.829	3.874.800	43.028
4.1.1. Fonte BID	3.228.829	3.188.308	40.520
4.1.2. Fonte local	689.000	686.492	2.507
4.2. Cepal	900.000	900.000	-
4.3. Zaytechbrasil Serviço de Pesquisa LTDA	1.043.715	1.043.715	-
4.4. Mark Sistemas de Informações e Informática LTDA	429.000	429.000	-
4.5. outras ¹	2.798.161	2.787.907	10.253
Total	64.806.330	62.647.316	2.159.012

Nota: ¹ Despesas de manutenção da unidade que foram apropriadas na Ação Diagnósticos, Prospecções e Estratégias para o Desenvolvimento

TABELA 3

Despesas com deslocamento de pessoas no exterior e no país em 2012

Origem dos recursos	Diárias (em R\$)	Passagens 2012 (em R\$)	Total (em R\$)
Recursos Ipea	673.028	821.664	1.494.692
Destaques orçamentários	282.975	557.762	840.737
Total	956.003	1.379.427	2.335.430

Fonte: Siafi.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

desde dezembro de 2010, com a reorganização administrativa do Ipea, foi criada na DIDES a Divisão de Planejamento e Projetos Institucionais (DVPI), responsável pela implantação de melhores práticas administrativas em geral, e, em especial, pela gestão de projetos, gestão de processos e gestão de conhecimento e de parte do planejamento estratégico.

As diversas ações citadas nos tópicos a seguir representam uma amostra do impacto positivo da adoção de práticas relacionadas à modernização administrativa.

Gestão de projetos

- Gestão de Projetos tem o objetivo de garantir que os projetos sejam concluídos dentro do prazo e orçamento planejados, evitando desperdício de recursos.
- Escritório de Projetos da DIDES foi implantado em julho/2011, com consultoria da Macrosolutions.
- Dos 21 projetos acompanhados em 2012, sete foram encerrados, um adiado, dois cancelados, um está paralisado e os demais em andamento.
- A Estruturação do Escritório de Projetos, para implementação de melhorias e formalização do escritório, está planejada para 2013.

Gestão de processos

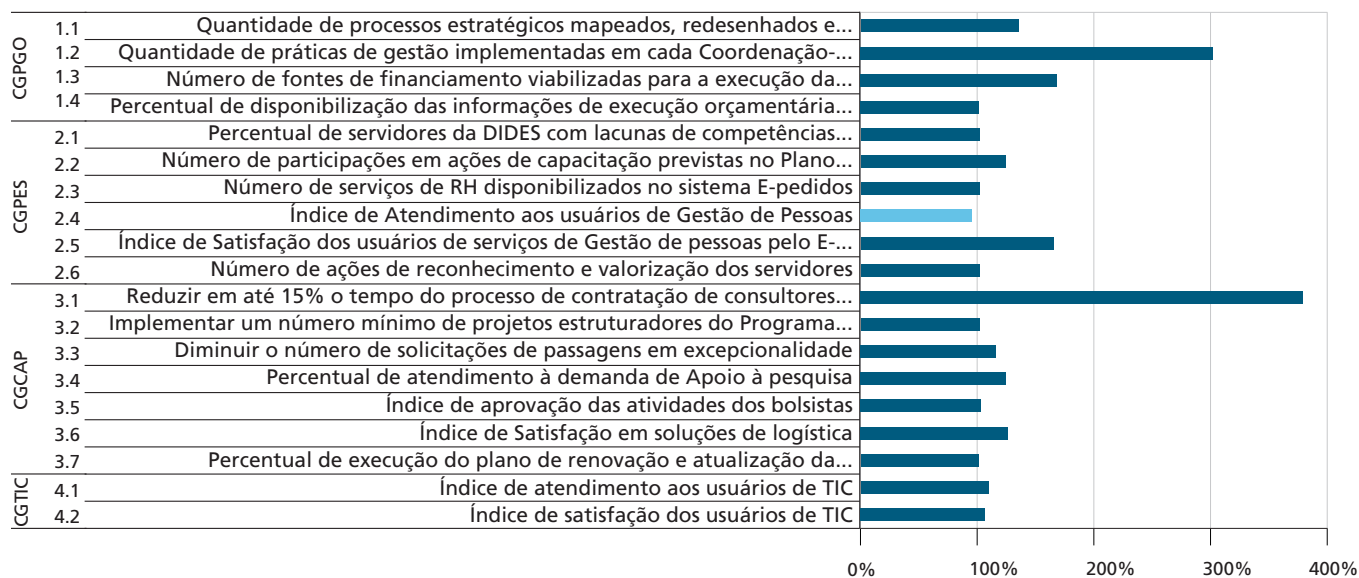
- Essa prática tem o objetivo de conhecer os processos de trabalho, documentá-los e, principalmente, melhorá-los, em busca da eficiência e da garantia de qualidade de seus produtos e acompanhá-los com métricas claras.
- Desde 2010, a DVVPI realiza a melhorias de processos.
- Em 2012, 16 processos diferentes foram acompanhados.
- Desses 16 processos, 09 foram redesenhados e totalmente implantados, 04 estão em andamento e 03 foram excluídos.
- Em 2012, colaboramos com a ASPLA no processo do sistema de gerenciamento de metas, projetos e produtos do Ipea, ou seja, mapeamento dos processos atuais e definição de uma proposta de gestão de projetos para o Ipea com aquisição de um de software corporativo para gerenciamento.

Gestão da estratégia

- Em 2012, em colaboração com a ASPLA, foi realizado o processo de seleção da consultoria de Planejamento Estratégico para o IPEA (Macroplan).
- O detalhamento da estratégia na DIDES com uso da metodologia Balanced Scorecard (BSC) é feito desde 2010. Novo detalhamento será feito em 2013, com o apoio da Macroplan, tal como em todas as diretorias;
- Em 2012 foi implantado o acompanhamento contínuo da estratégia da DIDES.
- Desempenho de metas da DIDES em 2012 (até 31/12/2012): 99,6% (conforme detalhado no gráfico abaixo).
- Índice de Satisfação com serviços da DIDES em 2012: 99,42% (de 9.632 pedidos).
- Índice de atendimento da DIDES em 2012: 97,16% (de 11.469 pedidos)

GRÁFICO 1

Metas Institucionais Intermediárias da DIDES – Posição em 31/12/2012



GESTÃO DO CONHECIMENTO

QUADRO 1

Implantação de práticas de gestão do conhecimento no Ipea

Benefícios esperados do projeto
Eliminar lacunas de conhecimento e contribuir, dessa forma, para: i) atingir os objetivos estratégicos do Ipea; e. ii) o cumprimento da missão do Ipea (“produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”).
Ações realizadas em 2012
Download e customização do programa Dspace – utilizado no Repositório do Conhecimento do Ipea (RCIpea) e respectiva documentação. Elaboração e disponibilização de documentos padrão, fluxo de trabalho e relatórios sobre o estado do RCIpea. Aprovação do RCIpea pela Presidência do Ipea.
Ações realizadas em 2012
Elaboração – com a participação das diretorias do IPEA – da portaria que institui o RCIpea. Assinatura da portaria e lançamento oficial do RCIpea (http://repositorio.ipea.gov.br/). Definição, em parceria com a ASCOM, das regras para digitalização de documentos e inclusão dos documentos do projeto Cátedras para digitalização em 2013. Inserção de 15 objetos no RCIpea:
1) Artigos em geral. Quantidade: 01 2) Comunicados do Ipea. Quantidade: 01 3) Monografias em Série. Quantidade: 01 4) Monografias - Livro em Geral. Quantidade: 01 5) Plano de Trabalho do Ipea: Quantidade 01 6) Projetos do Ipea - Ficha de Projeto. Quantidade: 01 7) Relatório de Pesquisa - Monografia. Quantidade: 01 8) Relatório de Atividades/Técnicos: 01 9) Slides/Apresentações. Quantidade: 04 10) Textos para Discussão. Quantidade: 02 11) Vídeos. Quantidade: 01

TABELA 4

Objetos existentes no RCIPEA

Mês de referência	Quantidade de objetos inseridos
Dezembro/2012 ¹	15
Total	15

Nota: ¹Na elaboração do protótipo do RCIpea foram inseridos exemplos de cada tipo de publicação do Ipea.

TABELA 5

Estatísticas de acesso ao repositório do conhecimento

Mês de referência	Número de acessos ao RCIPEA	Visualizações de página
Novembro/2012	156	2.020
Dezembro/2012	452	2.835
Total	618	4.855

Fonte: Relatórios Google Analytics.

QUADRO 2

Apoio às iniciativas de gestão do conhecimento em outras instituições

Benefícios esperados do projeto
Reconhecimento do Ipea como referência em Gestão do Conhecimento.
Possibilitar a troca de experiências e transferência mútua de conhecimentos com outras instituições sobre práticas de Gestão do Conhecimento.
Ações realizadas em 2012
Publicação e lançamento do livro <i>Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira</i> , de autoria do técnico de Planejamento e Pesquisa (TP) Fábio Ferreira Batista.
Realização de oficinas de trabalho e palestras para capacitar servidores e gestores das seguintes instituições na implementação da Gestão do Conhecimento: 1) Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (SAR/ANAC); 2) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); 3) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); 4) Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais; 5) Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); 6) Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); 7) Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); 8) Ministério Público do Estado de Goiás; 9) Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); 10) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e 11) Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).
Início de negociações para possíveis Acordos de Cooperação para transferência de conhecimento sobre as questões que envolvem a implantação de repositórios institucionais com BNDES (Federação de Repositórios para o Desenvolvimento Econômico e Social) e DECEX.

SEÇÃO II – GESTÃO DE PESSOAS**ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

TABELA 6

Quadro geral de pessoal do Ipea

Categoria	Brasília	Rio de Janeiro	Total
Ativos do Ipea em exercício	323	77	400
Carreira de exercício descentralizado ¹	13	2	15
Requisitados	9	2	11
Nomeados para cargo em comissão	5	4	9
Afastamentos/licenças	19	2	21

Cedidos/requisitados	134	-	134
Aposentados	599 ²	-	599
Pensionistas	98 ²	-	98
Total geral	1.200	87	1.287

Notas:¹ Carreiras de exercício descentralizado: Procurador Federal, Analista de Planejamento e Orçamento, Técnico de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

² Inclui servidores aposentados e pensionistas do Rio de Janeiro.

TABELA 7

Força de trabalho ativa no Ipea

Categoria	Brasília	Rio de Janeiro	Total
Servidores em exercício ¹	350	85	435
Terceirizados	224	63	287
Estagiários	30	13	43
Total geral	604	161	765

Nota:¹ Servidores do Ipea ativos em exercício, Carreira de Exercício Descentralizado, Requisitados e Nomeados para cargos em comissão.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

São oferecidas as seguintes categorias de capacitação:

Quanto ao público-alvo:

- Cursos gerenciais: esta capacitação tem como objetivo instrumentalizar os gerentes do Ipea, mediante cursos de atualização e de reciclagem, para o emprego de estratégias e técnicas gerenciais que permitam aumentar a capacidade de resposta às demandas geradas pela sociedade;
- Cursos de competências técnicas: o foco desses cursos é adequar o perfil técnico dos servidores do Ipea aos requisitos exigidos para o cumprimento das competências institucionais nas diferentes áreas de atuação da fundação;
- Quanto ao prazo de duração:
 - Capacitação de curta duração – eventos de capacitação com carga horária inferior a 60 horas/aula;
 - Capacitação de média duração – eventos de capacitação com carga horária superior a 60 horas/aula, como às pós-graduações lato sensu, especializações, MBAs;
 - Capacitação de longa duração - eventos de capacitação de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), pós-doutorado e pós-graduação lato sensu destinados aos servidores ocupantes de cargo de nível superior, em efetivo exercício na instituição, em função da missão institucional, dos eixos temáticos e do planejamento estratégico do Ipea (Resolução CGP nº 059 de 16/12/2009 com redação dada pela Resolução CGP nº 277 de 09/12/2010).
- Quanto ao local da capacitação:
 - a. Capacitação interna: turmas organizadas e cursos oferecidos e/ou realizados no Ipea.
 - b. Capacitação externa:
 - c. Cursos realizados em instituições do mercado, e/ou escolas de governo; também estão nessa categoria os eventos, seminários e congressos no Brasil;

- d. Afastamentos para participação em eventos no exterior (Resolução CGP nº 135 de 29/03/2010);
- e. Afastamentos para apresentação de artigo em evento no exterior (Portaria Ipea nº 367 de 08/09/2010);
- f. Afastamentos para apresentação de artigo em evento no Brasil (Portaria Ipea nº 367 de 08/09/2010);
- g. Licença Capacitação;
- h. Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado).

TABELA 8

Pessoal capacitado por categoria de capacitação em 2012

Tipo de capacitação	Quantidade
Capacitação interna	305
Curso	305
Capacitação externa	178
Apresentação de artigo em evento no Brasil	12
Participação em evento no Brasil	56
Apresentação de artigo em evento no exterior	24
Participação em evento no exterior	72
Licença capacitação	4
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	10
Total	483

QUALIDADE DE VIDA

Os programas de Saúde e Qualidade de Vida objetivam facilitar mudanças no estilo de vida, combinando ações e campanhas para consciência, comportamento e envolvimento, que deem suporte a práticas de saúde e previnam doenças. Exemplo disso são as campanhas de vacinação e exames periódicos, que já existem no Ipea.

Para ampliar a promoção da saúde e bem-estar do servidor e colaborador, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGPES) da Diretoria de Desenvolvimento Institucional estruturou o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Ipea. Este se insere no desafio nº 5 do Planejamento Estratégico, o qual contempla a promoção do fortalecimento institucional do Ipea, com ações que integrem as áreas finalísticas e corporativas.

TABELA 9

Serviço médico

Ações	Número de atendimentos em 2012
Campanha de vacinação	275
Homologação de atestados médicos	187
Atendimentos médicos	700
Atendimentos de enfermagem	770
Controle de pressão arterial	401
Curativos	93
Medicação oral	166

Medicação injetável	17
Crioterapia	36
Nebulização	15
Glicemia capilar	38
Eletrocardiograma	23

Qualidade de vida no trabalho

Na construção do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho houve a participação dos servidores e colaboradores do Ipea, que foram ouvidos na Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho e em Consulta Pública para validação da Política e Programa de QVT.

QUADRO 3

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Projeto	Período	Descrição
Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Agosto a Dezembro/ 2011	275 respondentes Capacitação da equipe técnica Preparação do instrumento Sensibilização dos participantes Coleta de dados Tratamento e análise dos dados Apresentação e validação dos resultados
Política e Programa de QVT	Janeiro a Maio/2012	1. Elaboração da proposta de Política e Programa de QVT 2. Consulta Pública Interna 3. Aprovação do CGP 4. Publicação da Resolução 59, 23/05/2012.

TABELA 10

Ações de qualidade de vida no trabalho realizadas em Brasília em 2012

Ações	Período de realização	Número de participações	Medida de reação
1.Eventos realizados			
1.1.Dia das mães	11/05/2012	100	---
1.2.Dia dos pais	10/08/2012	80	---
1.3.Semana de qualidade de vida	20 a 22/08/2012	1.055	3,80 ¹
1.4.Dia do servidor	25/10/2012	180	---
2.Ações continuadas			
2.1.Coral	Janeiro a Maio/2012 Reinício em Nov./2012	23 ²	9,91 ³

Notas: ¹ Escala de 1 a 5.

² Número de participantes.

³ Escala de 1 a 10.

TABELA 11

Ações de qualidade de vida no trabalho realizadas no rio de janeiro em 2012

Ações realizadas	Período de realização	Número de participações	Medida de reação¹
Eventos realizados			
Dia das mães	14/05/2012	35	-----
Dia dos pais	13/08/2012	40	-----
Semana de qualidade de vida	10 a 11/12/2012	57	-----
Dia do servidor	26/10/2012	51	-----

Nota: ¹ No Rio de Janeiro não foi mensurada a reação dos participantes.

AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

TABELA 12

Avaliação de desempenho para cálculo da GDAIPEA

Número de servidores avaliados – ciclo de 2011¹	Média das avaliações²	Desvio padrão
294	99,36	1,77

Notas: ¹ Avaliação referente ao ciclo de 2011 realizado em janeiro/2012.

² Pontuação obtida pela avaliação de desempenho institucional 2011 (79,76 pontos) somada à nota individual (até 20 pontos).

QUADRO 4

Ações realizadas em 2012

1) Janeiro 2012 Processamento da avaliação de desempenho individual referente ao ciclo 2011
2) Maio 2012 Publicação da Portaria nº 157, 31 de maio de 2012, que regulamenta os critérios e os procedimentos para a avaliação de desempenho individual e institucional dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão do Ipea e para fins de atribuição da GDAIPEA, de acordo com a Orientação Normativa nº 7, de 31/08/2011, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.
3) Setembro 2012 a) Criação da Logomarca Avaliação de Desempenho: b) Publicação dos formulários de avaliação de desempenho no Boletim de Pessoal, conforme consta na Portaria nº 267, de 11 de setembro de 2012; c) Divulgação de notícias e informes sobre avaliação de desempenho, por meio da Intranet, de cartazes e de banners; d) Divulgação de Manual eletrônico com orientações sobre o processo de avaliação de desempenho.
4) Outubro/novembro 2012 Realização de oficinas para servidores e gestores de orientação sobre o plano de trabalho e sobre a contratação das metas individuais, com o suporte de instrutor externo. Total de participantes: 169 servidores. Envio de e-mails para validação das chefias e subordinados das Unidades de Avaliação, com base nos dados extraídos do Sistema de Recursos Humanos – SRH.

5) Dezembro 2012

Envio por e-mail do Plano de Trabalho 2012 para preenchimento dos chefes das unidades de avaliação.

Orientação aos chefes para o preenchimento do formulário do Plano de Trabalho.

Identificação dos servidores cedidos que recebem GDAIpea, para posterior envio das avaliações de desempenho.

Recebimento do Plano de Trabalho 2012 preenchido pelos chefes das Unidades de Avaliação (equipes de trabalho, metas intermediárias 2012, ações mais representativas das unidades de avaliação).

Elaboração e envio de formulários de avaliação aos servidores e respectivos chefes e pares.

TABELA 12

Avaliação para progressão funcional na carreira

Número de servidores avaliados em 2012	Média das avaliações ¹	Desvio padrão
146	45,96	6,42

Nota: ¹ Máximo de 50 pontos.

QUADRO 5

Ações realizadas em 2012

- Aplicação da Avaliação de Progressão Funcional referente ao período 30/06/2011 a 01/07/2012 para os servidores que não chegaram à última classe e Padrão "S-IV".

- Etapas:

- 1) Levantamento dos possíveis servidores a serem progredidos;
- 2) Envio dos formulários de avaliação às diretorias em 21/06/2012;
- 3) Recebimento das avaliações até 13/07/2012;
- 4) Preparação de Minuta de Resolução com as devidas progressões para aprovação do Comitê de Gestão de Pessoas em 19/07/2012;
- 5) Publicação da Resolução CGP nº 80 de 19/07/2012 com o resultado da Progressão Funcional;
- 6) Encaminhamento à área de Cadastro e Pagamento para inclusão na Folha de Pagamento de julho/2012.

Avaliação para aprovação em estágio probatório

TABELA 13

Avaliações aplicadas no 1º período de 2012

Número de servidores avaliados	Média das avaliações ¹	Desvio padrão
112	4,50	0,37

Avaliações aplicadas no 2º período de 2012

Número de servidores avaliados	Média das avaliações ¹	Desvio padrão
45	4,52	0,47

Nota: ¹Máximo de 5 pontos.

QUADRO 6

Ações realizadas em 2012

A aplicação das Avaliações de Estágio Probatório ocorre em dois períodos ao longo do ano:

1º PERÍODO DE 2012:

Foram avaliados 112 servidores, dos quais 61 concluíram o estágio probatório (homologação pelo Parecer nº 01/CAEEP/IPEA, de 28/06/2012 no Boletim de Pessoal IPEA nº 06, 30/06/2012).

2º PERÍODO DE 2012:

Foram avaliados 45 servidores, dos quais 35 concluíram o estágio probatório (homologação pelo Parecer nº 02/CAEEP/IPEA, de 20/11/2012 no Boletim de Pessoal IPEA nº 04, 27 de novembro de 2012 e Parecer nº 03/CAEEP/IPEA, de 30/11/2012 no Boletim de Pessoal IPEA nº 06, 27 de dezembro de 2012).

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 7

Revisão da carreira

Benefícios esperados do projeto

Regularização e consolidação da carreira.

Isonomia entre os servidores.

Motivação e incentivo para que os servidores permaneçam no Ipea.

Evitar perda de recursos humanos.

Ações realizadas até 2012

- No ano de 2010, houve uma comissão mista Ipea/SRH-MP que estudou o histórico da criação dos cargos, identificando a existência de 12 deles (formatação comum no serviço público na era do DASP), mas que em alguns, suas atribuições se assemelham, o que é passível de aglutinação. Infelizmente, houve tão somente um diagnóstico sem registro formal, que não produziu nenhum efeito até a presente data;

- Foram realizadas diversas reuniões sobre o tema com a Secretária de Gestão Pública.

Histórico dos cargos e carreira do Ipea:

- Os cargos do Ipea fazem parte do Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo (ciclo de gestão), desde 1994;

- Chegaram a ser transformados em Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento. Efeitos suspensos pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN 722/92(motivo: transformação de cargos após CF);

- Até 2008, tinham a mesma tabela remuneratória dos cargos do Ciclo de Gestão nos níveis intermediários e superior. Em julho/2008 com a edição de MP 440 convertida na Lei 11.890/2008, somente um cargo, o de Técnico de Planejamento e Pesquisa-TPP, entrou no Subsídio em mesmo valor do Ciclo de Gestão, sendo que 13 TPP's e os demais cargos de nível superior e intermediário ficaram na tabela suplementar correspondente tão somente a 80% da tabela do subsídio. Os aposentados foram posicionados, ou seja, entraram no subsídio sem análise de mérito;

- Ainda no único cargo ingresso na carreira, existe atualmente uma afronta ao princípio constitucional da isonomia salarial, pois temos ocupantes do mesmo cargo, o Técnico de Planejamento e Pesquisa, sendo remunerados de forma diferente, uns por subsídio e outros por tabela suplementar de menor valor;

- Por decisão da Advocacia Geral da União e por denúncia junto ao Ministério Público, se encontra em curso o enquadramento dos aposentados e não mais o posicionamento, ou seja, eles devem seguir os critérios estabelecidos na Lei para receberem na tabela de subsídio. Estima-se que 25 servidores devem sair da tabela de subsídio e integrar tabela suplementar, o que, em alguns casos, ocasionará uma redução salarial em torno de R\$ 4 mil.

QUADRO 8

Realização de concurso público

Benefícios esperados do projeto
<p>Assegurar a existência de recursos humanos capazes de atender às demandas recebidas da Presidência, Ministérios e demais organizações públicas.</p> <p>Possibilitar a criação de unidades descentralizadas no Brasil e no mundo, em consonância com o Planejamento Estratégico da instituição.</p> <p>Superar a fragilidade causada pela previsão de aposentadoria para mais de 30% dos servidores do Ipea, nos próximos 5 (cinco) anos.</p> <p>Possibilitar a renovação do quadro de servidores do Ipea, já que o último concurso, realizado em 2008, não está mais vigente.</p>
Ações realizadas até 2012
<p>Solicitação de autorização ao MPOG e reuniões periódicas com a Secretaria de Gestão Pública para realização de novo concurso para o provimento de 178 cargos efetivos (vagas já existentes), sendo 70% para provimento em 2013 e os outros 30% em 2014:</p> <p>Técnico de Planejamento e Pesquisa: 100;</p> <p>Técnico de Desenvolvimento e Administração: 20;</p> <p>Analista de Sistemas: 13;</p> <p>Auxiliar Técnico: 45.</p>

QUADRO 9

Mapeamento de competências

Benefícios esperados do projeto
<p>Atender ao Decreto 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, adotando o modelo de gestão por competências.</p>
<p>Melhorias no processo de gestão de pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar a discrepância entre as competências necessárias para concretizar a estratégia corporativa e as competências internas existentes na organização.• Plano Anual de Capacitação do Ipea.• Trilhas de Aprendizagem: permitirão ao servidor a autogestão do seu processo de aprendizagem e a transparência dos requisitos de competência para cada área.• Banco de talentos: sistema de informação que permitirá identificar mais rapidamente as competências dos servidores e orientar o seu desenvolvimento profissional.• Políticas de gestão de pessoas: documento que definirá as diretrizes orientadoras dos processos de gestão de pessoas no Ipea.
Ações realizadas em 2012
<p>Ações desenvolvidas com o apoio da empresa Quântica Consultoria:</p> <ol style="list-style-type: none">1 - Oficinas nas Unidades do Ipea (Brasília e Rio de Janeiro) com o objetivo de descrever o perfil ocupacional de cada unidade e os respectivos CHA a ela associados.2- Construção de questionários baseados nos perfis ocupacionais descritos, a fim de mensurar o quanto os servidores precisam ser treinados nas competências necessárias para o cargo.

- 3- Aplicação dos questionários.
- 4- Análise dos dados dos questionários.
- 5 - Oficinas nas Unidades do Ipea (Brasília e Rio de Janeiro) com o objetivo de construir as Políticas de Gestão de Pessoas.
- 6- Entrega dos produtos: Plano de Capacitação, Trilhas de Aprendizagem, Políticas de Gestão de Pessoas.

SEÇÃO III – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

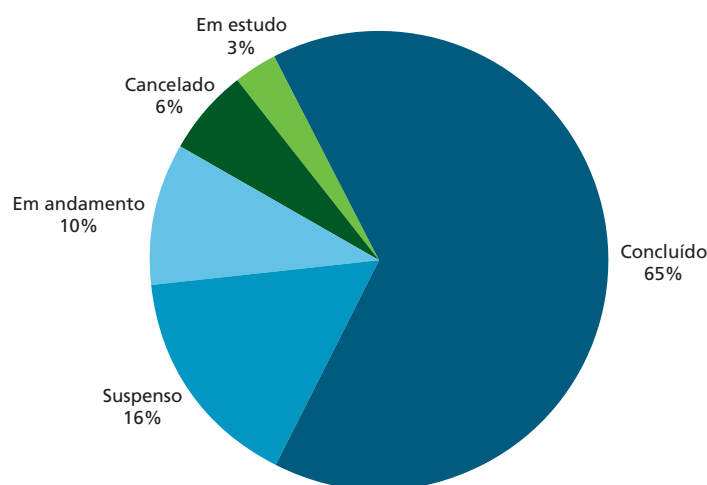
EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de TI que busca garantir que os investimentos em tecnologia da informação estejam alinhados aos direcionadores estratégicos institucionais, e tem vigência de dois anos. O Plano Diretor é resultado das discussões entre os representantes das diversas unidades do Ipea, realizado desde 2010, no âmbito do Comitê de Tecnologia da Informação, que o encaminha para a aprovação do presidente do Ipea.

O gráfico abaixo demonstra o nível de realização das ações, elencadas no último ciclo (2010/2012), e finalizadas até o mês de dezembro de 2012.

GRÁFICO 2

Nível de realização das ações previstas no PDTI do Ipea



SITUAÇÃO DA AÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES
Cancelado	5
Concluído	60
Em andamento	9
Em estudo	3
Suspense	15
Total Geral	92

Obs.: Se desconsiderarmos as ações canceladas e suspensas, o nível de execução fica em 78%.

As ações do PDTI 2010/2012 foram agrupadas nas seguintes categorias: Execução de Manutenção/Melhorias em Infraestrutura de Hardware; Manutenção e Implantação de Softwares de Apoio e Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação. As ações desenvolvidas em cada uma dessas categorias são elencadas nos próximos tópicos.

QUADRO 10

Ações para manutenção/melhorias em infraestrutura de *hardware*

Benefícios esperados das ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuidade dos serviços prestados por meio da infraestrutura de TI. 2. Melhoria da produtividade do corpo de colaboradores. 3. Melhoria da produtividade dos técnicos da CGTIC, no desempenho das suas funções de gestão e manutenção do ambiente computacional do Ipea.
Ações realizadas em 2012
<ol style="list-style-type: none"> 4. Aumento da capacidade centralizada de armazenamento de dados, de 77TBytes, para 277Tbytes 5. Ampliação da conectividade entre as redes do Ipea (Brasília e Rio de Janeiro) e internet que disponibilizou uma capacidade total de vazão de tráfego de dados multimídias de 192Mbps. 6. Ampliação dos serviços de <i>outsourcing</i> de impressão por meio de novo processo licitatório. Será estabelecido novo processo de acompanhamento do uso desses recursos, com relatórios gerenciais que apresentarão os dados por usuários, diretorias, tipos de documentos impressos e apropriação dos custos. Processo em fase de implantação da solução. 7. Substituição de 46 ativos de rede (comutadores de borda), com maior densidade de portas lógicas por equipamento, ampliando a capacidade da rede interna para que fosse possível acomodar a expansão do número de colaboradores. 8. Reestruturação do Centro de Dados do Ipea (11º andar) no Rio de Janeiro – revisão da infraestrutura elétrica, instalação de novos servidores de rede, ativos de rede e dispositivos de armazenamento de dados 9. Implantação de infraestrutura de replicação de dados do Ipea na Secretaria de Orçamento Federal, e da SOF no Ipea, utilizando a rede metropolitana de governo – INFOVIA – como estratégia de proteção dos dados institucionais em ambiente remoto. 10. Início do processo de renovação do parque de computadores (480 novos computadores de mesa) que substituirão equipamentos obsoletos e sem garantia contratual, em Brasília e Rio de Janeiro.

QUADRO 11

Ações para manutenção e implantação de *softwares* de apoio

Benefícios esperados das ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter atualizados softwares científicos, aplicativos e sistemas de informação, com a incorporação de novas funcionalidades, para apoio à produção de conhecimento. 2. Manter atualizados softwares, sistemas de informação e equipamentos de editoração de textos e outras mídias, com a incorporação de novas funcionalidades, para a disseminação do conhecimento.
Ações realizadas em 2012
<ol style="list-style-type: none"> 3. Renovação e ampliação de softwares estatísticos 4. Renovação e ampliação de softwares de editoração. 5. Renovação de uso das licenças do software SAS, com o pagamento do uso das licenças em 24 parcelas mensais.

Ações para desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação

Benefícios esperados das ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Suporte para o atingimento de metas pela DIDES e pelas áreas finalísticas. 2. Disseminação de informação. 3. Fortalecimento da imagem institucional junto à sociedade em geral. 4. Otimização de processos com a implantação de sistemas. 5. Redução do tempo para execução das atividades. 6. Redução de erros humanos com a implantação de sistemas informatizados.
Ações realizadas em 2012
<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorias funcionais no sistema Cooperação Brasileiras para o Desenvolvimento Internacional – COBRADI (DINTE). 2. Manutenção contínua do IpeaData (ASTEC). 3. Melhorias no sistema E-pedidos (Ipea). 4. Construção de novos formulários de solicitação de serviços no sistema E-pedidos. (CGPES, CGCAP, ASCOM, ASTEC). 5. Criação da revista eletrônica “Tempo do Mundo” na ferramenta SEER/OJS, que está aguardando a homologação do demandante (DINTE). 6. Conversão de bases de dados para diversas unidades do Ipea 7. Atualização do Data Mart com dados de comércio exterior (ASTEC/DIMAC). 8. Manutenção no sistema BBE (ASTEC). 9. Melhorias do sistema de acompanhamento de bolsas - SISBOLSA; armazenamento dos dados cadastrais em sistema de gerenciamento de banco de dados, com controles de acesso e relatórios automatizados (DIDES/CGCAP). 10. Implantação do Fórum de discussão das ouvidorias, gerenciado pela CGU, e hospedado na rede do Ipea. (Ouvidoria/Presi) 11. Adequação da infraestrutura do Portal Ipea e implementações no E-pedidos para atender à Lei de Acesso à Informação (DIDES/AUDIN). 12. Disponibilização de relatórios dinâmicos para acompanhamento dos indicadores de nível de satisfação e nível de execução dos serviços pelo sistema E-Pedidos. (DIDES/DVPPI). 13. Manutenções no sistema SILAB - Controle de Legislações. 14. Manutenção no Sistema InvBib - Inventário Bibliográfico. 15. Manutenção no sistema SRH - Recursos Humanos do Ipea. 16. Manutenções no sistema SIGDOC - Controle de tramitação de documentos. 17. Migração do sistema Monitor para a ferramenta de pesquisa do Ipea. 18. Manutenção no sistema CPE2012 para registro do plano de trabalho do Ipea. 19. Coleta de projetos e ações para o Plano de trabalho Ipea na ferramenta de pesquisa. 20. Construção de solução para acompanhamento do programa Cátedras 2 (ASTEC). 21. Manutenção no sistema de controle de requisição de veículos (DIDES/CGCAP). 22. Construção e manutenção de aplicativo para registro e controle de ramais telefônicos (DIDES/CGCAP).

23. Manutenção no sistema SESP de coleta de informações de entidades do setor produtivo (DASET).
24. Avaliação e instalação de nova versão da ferramenta de Portal para novos sites do Ipea (Joomla 2.5).
25. Adequações no Cadastro Unificado de servidores e colaboradores.
26. Elaboração de normas de sistemas e bancos de dados.
27. Definição de processo para utilização da ferramenta de compartilhamento de arquivos com autenticação no ambiente Internet do Ipea (iFolder - nuvem.ipea.gov.br).
28. Solução de coleta de propostas para o programa Cátedras Latino-americanas.
29. Melhoria na solução que disponibiliza os dados do IpeaData para a SECOM da Presidência da República apresentar no Portal Brasil.
30. Disponibilização dos dados do IpeaData para a Câmara dos Deputados.
31. Customização do site da Ouvidoria para permitir o melhor gerenciamento de conteúdo.

Infraestrutura computacional

Os principais ativos do parque computacional do Ipea são os seguintes:

- 1.014 estações de trabalho de usuário (computadores de mesa);
- 100 computadores portáteis;
- 46 impressoras departamentais;
- 127 servidores de rede distribuídos em:
 - i. 51 servidores físicos de rede, totalizando 456 núcleos processadores e 3,32 terabytes de memória RAM;
 - ii. 32 servidores do tipo Blade (lâminas distribuídos em 2 chassis);
 - 93 servidores de rede em máquinas virtuais (VMs);
 - 277 terabytes de armazenamento centralizado;
 - 2 sistemas de cópia de segurança de dados utilizando bibliotecas de fitas magnéticas;
 - 16 salas de reuniões com sistemas de videoconferência;
 - 10 lousas e monitores interativos;
 - 22 projetores multimídia;
 - 2 sistemas de estabilizadores de energia elétrica com 140KVA cada, funcionando em redundância ativo/ativo em Brasília;
 - 2 sistemas de estabilizadores de energia elétrica com 6KVA cada e 1 com 8KVA instalados no Rio de Janeiro.

Rede e comunicação de dados

- 61 ativos de rede (comutadores), disponibilizando 1.704 portas gigabit ethernet e 64 portas de alta velocidade, padrão fibra ótica (Fibre Channel);
- 48 pontos de acesso à rede sem fio;
- 192 Mbps de banda de comunicação + 1Gbps na Infovia;
- 100 modems 3G para acesso à Internet;
- 40 telefones inteligentes (smartphones) com acesso à Internet 3G.

Software básico

- Estações de trabalho (computadores de mesa) e computadores portáteis com sistema operacional Microsoft Windows: 1.107
- Estações de trabalho (computadores de mesa) e computadores portáteis com sistema operacional Linux Ubuntu: 7
- Servidores de Rede distribuídos nos seguintes sistemas operacionais:
- Unix (FreeBSD e OpenBSD): 5
- Microsoft Windows Server 2003 e 2008: 65
- Microsoft Windows XP: 2
- Linux Ubuntu Server: 55

Demandas atendidas

Abaixo a relação de alguns indicadores que expressam o nível de atividade da CGTIC e o consumo de recursos de TI, consolidados até o dia 31 de dezembro de 2012;

E-pedidos

- Quantidade de pedidos demandados à CGTIC: 6.444
- Quantidade de solicitações executadas (inclui as canceladas): 6.329 (98,22%)
- Nível de satisfação das solicitações executadas e avaliadas pelos usuários: 99,35% indicaram como bom ou ótimo.
- O quadro abaixo apresenta a distribuição dos novos pedidos executados em 2012.

Mensagens eletrônicas

- Quantidade de mensagens eletrônicas processadas: 15.216.571 (média diária de 42.268), sendo 64% de mensagens externas e 36% internas.
- Quantidade de mensagens eletrônicas recusadas pelo sistema de proteção: 3,7 milhões, das quais 2.800 mensagens continham vírus.

Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação

Em 2012, foram realizadas 44 ações de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação:

- Desenvolvimento de 5 aplicativos;
- Manutenção de 21 sistemas;
- Conversão e disponibilização de 10 bases de dados;
- Criação de 8 novos formulários para apoio a pesquisa finalística;

Serviço de cópia e impressão

A quantidade de páginas impressas e cópias executadas em todas as impressoras departamentais (contrato AMC) até 31/12/12 e o seu consequente impacto ambiental foram de 2.503.826 de páginas impressas, 273,37 de árvores derrubadas, 23,23 CO2, 1.032.235 de litros de água e 51.620 KW.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

QUADRO 13

Elaboração do PDTI 2013-2014

Benefícios esperados do projeto
Direcionamento das ações de TI aos objetivos estratégicos do Ipea. Melhorar a gestão sobre os recursos de TI no Ipea. Atender à recomendação do SISP/MPOG.
Ações realizadas em 2012
Elaboração do PDTI 2013/2014.

QUADRO 14

Mensuração do indicador de governança de TI - IgovTI/TCU

Benefícios esperados do projeto
Melhoria da maturidade de Governança de TI do Ipea e melhoria do indicador Igovti, para que o Ipea se consolide como referência na esfera da APF.
Ações realizadas em 2012
Resposta a questionário, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, que avalia o grau de maturidade do Ipea em governança de TI, no período de dois anos, por meio do indicador IgovTi. Pontuação obtida pelo Ipea: Subiu de 0,43 para 0,57, considerado nível INTERMEDIÁRIO. Obtivemos o nível APRIMORADO nas dimensões: Estratégias e Planos, Pessoas e Resultados. Manteve-se o nível INTERMEDIÁRIO nas dimensões Liderança, Informação e Conhecimento e Processos. Colocação do Ipea: Entre as Fundações Públicas: 3º/14 No segmento Executivo Federal do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (EXE-SISP): 24º/204 Geral: 68º/337

QUADRO 15

Aperfeiçoamento da segurança da informação e comunicações no Ipea

Benefícios esperados do projeto
<ol style="list-style-type: none">1. Atender à recomendação do SISP/MPOG e DSIC/PR.2. Melhoria da segurança da informação e comunicações do Ipea.3. Redução dos riscos de segurança no Ipea.4. Redução da exposição dos usuários a fraudes eletrônicas.

Ações realizadas em 2012

1. Elaboração de normas de uso dos serviços em rede e de correio eletrônico. Alguns perfis já foram liberados para o acesso a rede "sem fio" do Ipea.
2. Criação da Equipe de Tratamento de Incidentes em Redes computacionais (ETIR), como uma das diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da informação do Ipea.
3. Capacitação das equipes técnicas.

ADEQUAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS ÀS NOVAS REGRAS DO SISP

QUADRO 16

Benefícios esperados do projeto e ações realizadas em 2012

Benefícios esperados do projeto

Atender à recomendação do SISP para que as contratações de serviços de TI estejam orientadas a resultados e utilizem indicadores de produtividade e qualidade, como método de medição e remuneração dos serviços prestados, diferentemente do modelo homem/hora. Trata-se de projeto crítico para a manutenção do parque computacional do Ipea em função do contexto de redução do quadro de analistas de sistemas do Ipea e da falta de perspectiva, a curto prazo, de concurso público.

Ações realizadas em 2012

1. Contratação de consultoria, via projeto Ipea/Pesquisa (BID) para apoio à elaboração do edital de contratação e definição de metodologia para o processo de software do Ipea – fábrica de software.
2. Substituição do contrato de outsourcing de impressão departamental.

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PREDIAL

QUADRO 17

Benefícios esperados do projeto e ações realizadas em 2012

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO

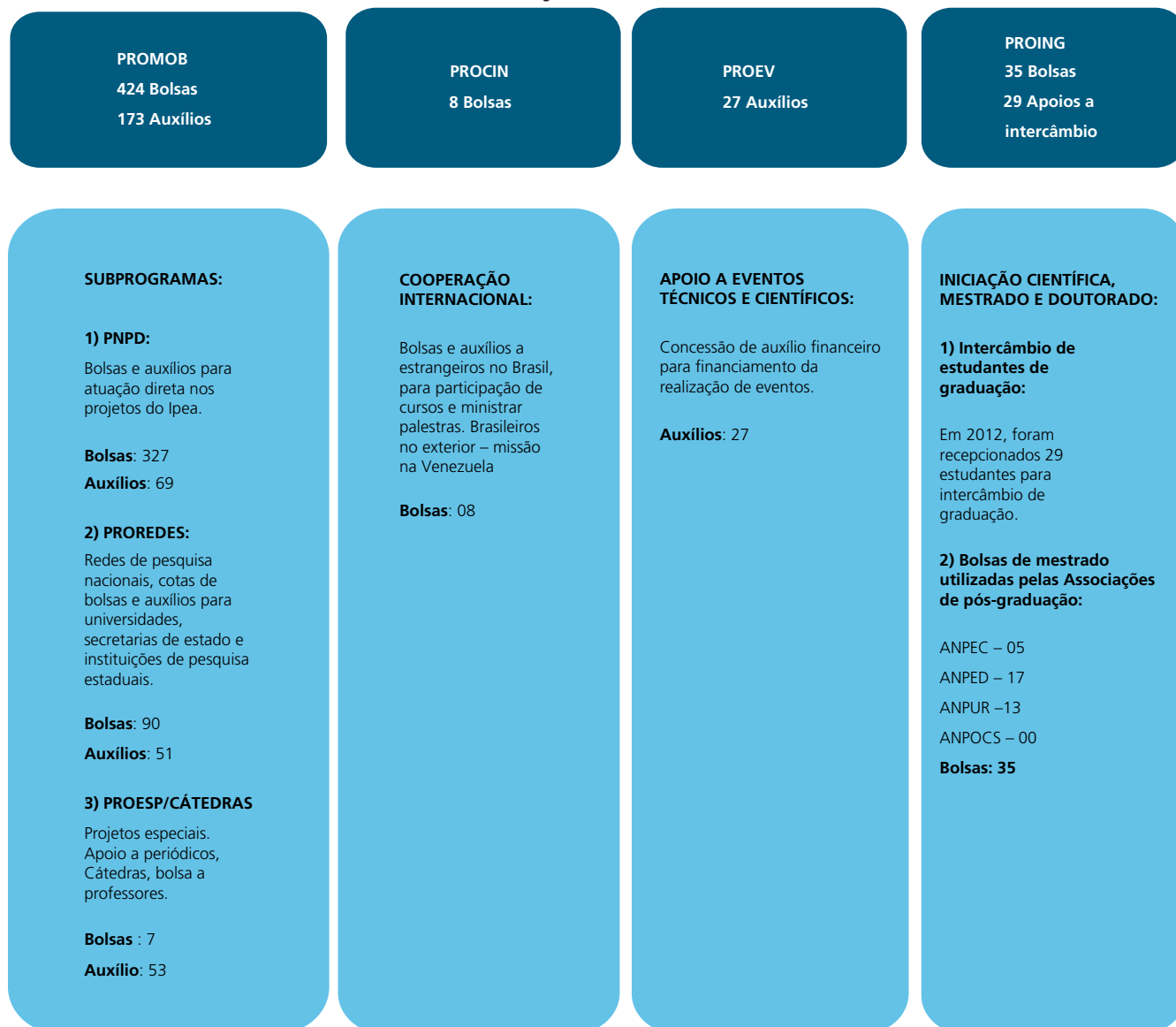
Superar a deficiência de infraestrutura elétrica do Edifício BNDES, que não garante a autonomia e integridade do parque computacional durante a interrupção de energia elétrica pelo provedor local.

AÇÕES REALIZADAS EM 2012

Remanejamento e reforma de pontos de rede.

SEÇÃO IV – SERVIÇOS CORPORATIVOS E APOIO À PESQUISA

SISTEMA DE APOIO À PESQUISA – POSIÇÃO EM 31/12/2012



Promob

TABELA 14
Bolsas de pesquisa por programa

Unidade	Dez/12 ¹	
	Nº de bolsas	Valor mensal em R\$
PROESP /CÁTEDRAS	7	21.000
PNPD	327	860.900
PROING	35	42.000
PROREDES	90	148.500
Total	459	1.067.400

Nota: ¹Posição em 31/12/2012.

TABELA 15

Auxílios concedidos, por programa

Programa	Quantidade de auxílios	Valor executado em 2012 em R\$
PNPD	69	1.605.212
PROING	-	-
PROESP/CÁTEDRAS	53	503.352
PROREDES	51	577.679
PROEV	27	717.000
Total geral	200	3.403.244

TABELA 16

PNPD – Subprograma Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento e PROREDES – Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisa

INSTITUIÇÃO	UF	Nº de bolsistas	Custo Mensal das bolsas em R\$	Auxílio Financeiro ¹ em R\$	Período de duração	Valor total a ser concedido em R\$	Valor Pago até dez/2012 em R\$	% Execução
Democratização do acesso à justiça e efetivação de direitos: a justiça itinerante no Brasil								
Total	4	9	14.600	56.016	-	318.816	61.016	19,14%
Mercosul e Regiões de Fronteira								
Total	4	6	11.000	35.960	-	233.960	54.746	23,40%
Migrações Internas nos Decênios 1990 e 2000 em UFs Selecionadas: mudanças e continuidades								
Total	4	8	12.000	57.530	-	201.530	83.950	41,66%
Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos Planos Plurianuais - PPAs								
Total	10	10	25.000	77.730	-	377.730	180.286	47,73%
Coordenação e cooperação federativa em áreas que recebem grandes investimentos								
Total	7	10	17.200	72.184	-	484.984	71.924	14,83%
O que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Trajetórias e padrões de desenvolvimento em Unidades da Federação (Estudos comparados para o período 1990-2010)								
Total	10	12	25.900	106.800	-	495.300	69.300	13,99%
Trajetórias tecnológicas, padrões de desenvolvimento agrícola e configurações urbano-rurais								
Total	7	10	17.100	46.760	-	251.960	52.570	20,86%
Matriz insumo-produto regional								
Total	18	27	42.500	265.320	-	1.290.120	313.090	24,27%
Instituições participativas no âmbito da segurança pública brasileira: programas impulsionados por organizações policiais								
Total	3	8	8.800	65.480	-	276.680	21.400	7,73%
Economias baseadas em biomas								

Total	3	5	9.700	45.168	-	277.968	71.168	25,60%
Mapeamento da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras								
Total	8	10	17.000	77.696	-	485.696	53.912	11,10%
Governança metropolitana no Brasil								
Total	15	32	47.000	167.100	-	1.295.100	196.760	15,19%
Projeções multiregionais da mão-de-obra qualificada no Brasil								
Total	2	6	8.000	67.892	-	163.892	80.644	49,21%
Total	95	153	255.800	1.141.636	-	6.153.736	1.310.766	21,30%

Nota: ¹Valor destinado ao coordenador na instituição para aporte no projeto, sujeito a prestação de contas.

TABELA 17

PROESP – Subprograma de Apoio a Projetos Especiais

Nº chamada	Objeto	Qtde propostas apoiadas em 2012	Valor do auxílio em R\$
Cátedras Nº 001/2010	Cátedras Ipea/Capes para o Desenvolvimento	3	30.000
PROESP Nº 001/2011	Apoio à publicação de periódicos brasileiros em ciências humanas	37	395.352
PROESP Nº 002/2011	Apoio a estudos científicos para a reflexão do estado da arte	13	78.000
Total geral	-	53	

TABELA 18

PROCIN – Programa de Cooperação Internacional

País de origem	Nº de bolsistas	Valor do apoio em US\$
Brasil	5	20.000
Venezuela	2	7.500
Estados Unidos	1	5.500
Total	8	33.000

PROING – Programa de Incentivo às Novas Gerações em Estudo e Pesquisa

Intercâmbio de estudantes de graduação

O Ipea selecionou e recepcionou 29 estudantes de graduação para intercâmbio, dentre aqueles que se inscreveram na Chamada Pública Ipea /PROING nº 001/2012. As atividades foram desenvolvidas no período de 16 a 27 de julho de 2012. Aos estudantes foram concedidos auxílio-transporte e bolsa, no valor total de R\$ 19.714,00.

Bolsas de mestrado às associações de pós-graduação

Ainda no âmbito do PROING, foram concedidas 35 bolsas de mestrado por intermédio das Associações de Pós-graduação ANPEC, ANPED, ANPUR e ANPOCS.

TABELA 19

PROEV – Programa de Apoio a Eventos Técnico-Científicos

Evento	Número de eventos	Mês de realização	Valor concedido em R\$
Região Sudeste	13		362.000
XVII Encontro Nacional de Economia Política		JUN	35.000
VII Encontro Nacional de Política Social		JUN	15.000
XXVII Reunião Brasileira de Antropologia		JUL	20.000
50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural		JUL	50.000
VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e I Encontro Sul-americano de Defesa		AGO	20.000
V Encontro da Associação Keynesiana Brasileira		AGO	20.000
I Seminário Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade - SEDRES		AGO	12.000
IX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - IX Seminário ANPTUR		AGO	10.000
IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica		OUT	20.000
Encontro Anual da Anpocs		OUT	50.000
XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais		NOV	35.000
XV Seminário sobre a Economia Mineira		AGO	25.000
Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI		NOV	50.000
Região Centro-Oeste	4		80.000
Seminários de Relações Internacionais: Graduação e Pós Graduação		JUL	20.000
V Seminário Internacional de Política Social		OUT	15.000
VI Jornada Nacional de Economia da Saúde		OUT	30.000
VI Seminário Nacional de Avaliação do Ensino Pesquisa e Extensão em Planejamento Urbano e Regional		NOV	15.000
Região Nordeste	4		130.000
XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM		SET	20.000
IV Seminário Nacional Sociologia Política		SET	10.000
XXXV Reunião Anual da ANPEd - Tema: Educação cultura pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI		OUT	50.000
XL Encontro Nacional De Economia		DEZ	50.000
Região Norte	2		50.000
V Encontro da Rede de Estudos Rurais		JUN	10.000
VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade		SET	40.000
Região Sul	4		95.000
VI Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública		JUL	30.000

VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política	AGO	40.000
Conferência Internacional dos Economistas Agrários (th ICAE)	AGO	5.000
XV Encontro da ANPOF	OUT	20.000
Total geral	27	717.000

SGAC – Sistema de Gestão de Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e Contratos de Pesquisa

Criado em agosto de 2008 pela edição da Portaria nº 257, é uma sistemática que visa a organizar de forma sistêmica e integrada as diversas ações/procedimentos necessários para análise de propostas, execução e acompanhamento de pesquisas desenvolvidas pelo Ipea, procedendo à gestão de acordos, convênios e contratos como instrumentos de pesquisa.

Tal ferramenta possibilitou uma socialização, entre as unidades, das pesquisas a serem realizadas mediante parceria, prévia ao Ipea firmar o instrumento, incentivando a integração entre as unidades no planejamento das pesquisas.

Os acordos de cooperação técnica constituem um importante instrumento de desenvolvimento, como forma de superar restrições, permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e contribuem para capacitação de recursos humanos.

O Ipea vem nos últimos anos ampliando as parcerias para desenvolvimento de seus estudos, estendendo as perspectivas de análise e estreitando o relacionamento com diversos atores, com a manutenção atual de 194 instrumentos vigentes. Todo o conteúdo é disponibilizado em ambiente virtual por meio do Colabore, link <http://colabore/sgac/default.aspx>.

Instrumentos firmados vigentes em 31/12/2012

- 179 acordos de cooperação técnica que não envolvem recursos.
- 15 termos e outros instrumentos de cooperação técnica que envolvem recursos financeiros.

PROGRAMA IPEA PESQUISA

O Programa Ipea Pesquisa – Contrato de Empréstimo nº 1841/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – tem como finalidade contribuir para uma melhor formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas brasileiras.

O contrato de empréstimo tem vigência de 15/09/2009 a 15/09/2014. O prazo para comprometer recursos é 15/03/2014, e a data limite para último desembolso é 15/09/2014.

Os recursos do Programa, que totalizam US\$ 8.800.000, estão alocados da seguinte forma:

TABELA 20
Programa Ipea Pesquisa

Categorias de despesas (em mil US\$)	BID	Local	Total
I. Administração	200	69	269
1. Unidade de Coordenação	63	69	132
2. Monitoramento e avaliação	137	-	137

II. Custos diretos	6.729	1.127	7.856
1. Desenvolvimento de projetos estruturadores	4.213	797	5.010
2. Cooperação e intercâmbio nacional e internacional	1.242	84	1.326
3. Desenvolvimento institucional	1.295	225	1.520
Subtotal	6.929	1.196	8.125
III. Sem alocação específica (imprevistos)	200	47	247
IV. Custos financeiros	-	428	428
Total	7.150	1.650	8.800
%	81.25%	18.75%	100%

TABELA 21

Comprometimento de recursos do programa

Componente	Aquisições realizadas e em andamento 2010, 2011 E 2012 (EM US\$)			
	31/12/2012			
	BID	Local	Total	% de execução
Componente 1	1.254.557	97.712	1.352.269	26,99%
Componente 2	585.078	76.422	661.500	49,89%
Componente 3	788.668	66.133	854.801	56,24%
Total custo diretos	2.628.303	240.267	2.868.570	36,51%

	SALDO PARA COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS (EM US\$)		
	31/12/2012		
	BID	LOCAL	TOTAL
Componente 1	2.958.443	699.288	3.657.731
Componente 2	656.922	7.578	664.500
Componente 3	506.332	158.867	665.199
Total Custos Diretos	4.121.697	865.733	4.987.430

DESEMBOLSOS

Até 31/12/2012, do valor total do contrato (US\$ 7.150.000) foram desembolsados 31,17%, ou US\$ 2.228.926.

Data prevista para o próximo desembolso: maio/2013.

COMPRAS E CONTRATOS

TABELA 22

Contratos de terceirização vigentes em 31/12/2012 – Brasília

Nº	Objeto	Empresa	Nº pessoas	Término da vigência	Valor anual em r\$
47/2011	Prestação de serviços de Auxiliar de Escritório, Assistente Administrativo, Auxiliar de Eventos e Organizador de Eventos.	Prestacional Construtora e Serviços	145	11/02/2013	11.634.322
14/2008	Prestação de serviços técnicos continuados para a manutenção da infraestrutura do ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ipea.	Poliedro Informática	23	31/07/2013	2.370.249
27/2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação, a serem realizados de modo contínuo nas áreas do Ipea no Ed. BNDES, Brasília-DF.	RDJ Assessoria e Gestão Empresarial Ltda.	31	31/10/2013	888.202
10/2012	Prestação de serviços de garçoneiro, a serem realizados de modo contínuo nas áreas do Ipea BSB.	WR Comercial de Alimentos e Serviços	16	01/04/2013	487.370
39/2010	Manutenção predial em instalações e bens móveis nas dependências do Ipea.	DLF - Engenharia, Comércio e Representação.	11	10/10/2013	331.992
41/2011	Prestação de serviços de locação de veículos, c/motoristas, combustíveis e seguro franquizado em caráter permanente. Motofrete e aluguel eventual de veículos utilitários e de carga.	Exclusive Service Agência de Turismo	1	04/09/2013	57.549
42/2011	Prestação de serviços de locação de veículos, c/motoristas, combustíveis e seguro franquizado em caráter permanente. Serviço de transporte rotineiro de servidores e colaboradores.	AMJ Auto Locadora Ltda	5	04/09/2013	356.106
Total			232		16.125.790

TABELA 23

Contratos de terceirização vigentes em 31/12/2012 – Rio de Janeiro

Nº	Objeto	Empresa	Nº pessoas	Término da vigência	Valor anual em R\$
004/2012	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio do Ipea/RJ	Paisagem Comércio e Serviço	8	30/06/13	166.779
012/2011	Prestação de serviços de copeiragem	TGWX Recursos Humanos	3	31/10/13	63.980

002/2011	Prestação de serviços de manutenção das instalações prediais, dos bens móveis e fornecimento dos materiais necessários às referidas manutenções do Ipea/RJ	SM21	4	05/01/14	214.565
005/2010	Prestação de serviços de vigilância desarmada a serem executados nas dependências do Ipea/RJ	Juiz de Fora	8	04/04/13	344.553
007/2012	Prestação de serviços de auxílio e assistência, na área administrativa, necessários ao funcionamento do Ipea/RJ.	AD Service	39	06/08/13	1.775.382
008/2012	Prestação de serviços de condução de veículos oficiais do Ipea/RJ	AJS	2	30/09/13	47.988
Total			64		2.613.250

Gestão de almoxarifado e patrimônio

QUADRO 18

Gestão patrimonial

Atividades	Situação
1. Atendimento de E-Pedidos ¹	855 E-Pedidos atendidos
1.1. E-pedidos avaliados como Ótimo	94,63%
1.2. E-pedidos avaliados como Bom	5,13%
1.3. E-pedidos avaliados como Ruim	0,24%
2. Inclusão de bens móveis no acervo patrimonial	1.416 bens móveis incluídos
3. Baixa de bens móveis no acervo patrimonial	317 bens móveis baixados
4. Acervo patrimonial de bens móveis	9.237 itens no acervo

Nota: ¹Demandas de mudanças de mobiliário, solicitação de conserto de móveis, carimbos e atendimento em geral na área de patrimônio.

QUADRO 19

Gestão de almoxarifado

Atividades	Situação
1. Programação de ressuprimento de almoxarifado em 2012	Realizado
2. Atendimento de requisições de materiais (via sistema ASIWEB)	1.171 requisições atendidas
3. Inventário geral dos itens em estoque no almoxarifado	Realizado
4. Lançamento de Notas Fiscais no estoque	Lançamento de notas fiscais no valor R\$ 348.670

SEDE IPEA BRASÍLIA – PROJETOS PRIORITÁRIOS

O Edifício BNDES foi inaugurado em 1962 e em 1970 parte do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi transferida para Brasília, ocupando inicialmente o 11º pavimento. A transferência definitiva ocorreu em 1976, inicialmente como inquilino e posteriormente através de termo de comodato. Desde então o Ipea vem se expandindo em serviços e produtos dentro do Edifício BNDES.

QUADRO 20

Recebimento do condomínio e compra do Edifício BNDES

Benefícios esperados do projeto
Regularização da situação do Condomínio do Ed. BNDE, após a saída do BNDES do Edifício. No final de 2010, expirou-se a vigência do Termo de Comodato entre o BNDES e o Ipea. O benefício esperado após a entrega do prédio é uma maior possibilidade de adoção de medidas que visam à adequação dos espaços e melhoria das instalações aos moldes do Ipea.
Ações realizadas em 2012
Em agosto/2012, foi renovado o Termo de Comodato entre BNDES e Ipea, com prazo de 1 ano, prorrogável por igual período. Aprovação de Crédito Especial para aquisição da propriedade do Edifício BNDES, no valor R\$ 103.000.000.

QUADRO 21

Reforma dos andares mais críticos do Edifício BNDES

Benefícios esperados do projeto
Manutenção necessária na infraestrutura do Edifício BNDES. Otimizar a ocupação dos espaços e acomodar mais postos de trabalho, além de trazer mais equanimidade na distribuição de espaços entre servidores e colaboradores.
Ações realizadas em 2012
Realizado estudo preliminar das medidas a serem adotadas para reforma dos andares mais críticos: 5º, 7º, 8º, 9º, 11º, 16º e 18º que apresentam problemas de piso, rede elétrica, lógica e telefônica e necessidade de adequação do layout. Iniciada a reforma para ocupação do 12º e 13º andares.

QUADRO 22

Atualização da central telefônica

Benefícios esperados do projeto
Corrigir os problemas técnicos existentes atualmente entre as duas centrais telefônicas convencionais instaladas no Ipea Rio e no Ipea Brasília Implantação de nova tecnologia que possibilita a melhoria da comunicação e oferecimento de novos serviços, a depender da disponibilidade orçamentária.
Ações realizadas em 2012
Reuniões e palestras das principais fornecedoras do produto visando o conhecimento e análise do que há de melhor no mercado de telefonia IP. Estudo preliminar sobre a implantação parcial de telefonia IP, inicialmente com acréscimo de 300 ramais. Início da elaboração de um termo de referência para contratação.

Projeto Esplanada Sustentável – PES**Benefícios esperados do projeto**

O Projeto Esplanada Sustentável (PES) tem como foco o incentivo aos Órgãos e Instituições Públicas Federais a adotarem modelo de Gestão Organizacional e de Processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

Catalisar no Governo Federal novos paradigmas em direção a ações racionais e eficientes para a produção, o consumo e a gestão mais sustentáveis.

Ações realizadas em 2012

Assinado recentemente o Termo de Adesão com o Ministério do Planejamento que formaliza as metas pactuadas de julho/12 a dezembro/12.

Publicação a Portaria de composição do Comitê Interno (CIPES) que atuará de forma estratégica na implementação do projeto. Monitoramento da realização das metas pactuadas

**Diretoria de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia
(DIEST)**

INTRODUÇÃO

A Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) é uma das mais novas do Ipea. Ela foi formalmente criada pelo Estatuto de 29 de março de 2010. Resultou do processo de planejamento estratégico da organização, no qual se percebeu a necessidade da criação de uma estrutura voltada à análise e a compreensão da dimensão político-institucional do desenvolvimento brasileiro. Tal percepção foi expressa no eixo temático intitulado “fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia”.

À DiEST compete realizar estudos e pesquisas ligadas à estrutura, organização e funcionamento das instituições do Estado brasileiro, bem como às relações entre o Estado e sociedade nos processos de políticas públicas.

O Plano de Trabalho da diretoria para o ano de 2012 coadunou-se com os *Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento* (cf. CDES Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, 2010), quais sejam:

- Fortalecer as capacidades do Estado de formular e implementar políticas públicas
- Ampliar as relações entre o Estado e a sociedade civil
- Garantir os direitos de cidadania
- Fortalecer a federação brasileira
- Aprimorar o sistema político brasileiro

Na implementação de sua agenda de pesquisas, a DiEST tem contribuído com o objetivo estratégico de ampliar a inserção institucional do Ipea por meio da execução de um plano de trabalho em parceria com organizações do Estado brasileiro, da academia e da sociedade civil, como demonstram os acordos firmados com a Presidência da República, o Conselho Nacional de Justiça, Congresso Nacional, Frente Nacional de Prefeitos, universidades e centros de pesquisas, entre outros (cf. anexo).

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

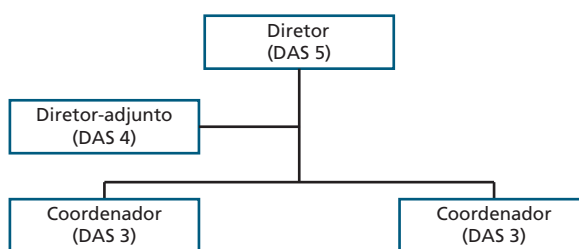
O Plano de Trabalho 2012 estava organizado em três linhas de pesquisa aplicada, correspondente a três coordenações:

- i. Capacidades institucionais e relações Estado-sociedade
- ii. Justiça e cidadania (segurança pública, direitos civis e políticos)
- iii. Sistema Político: governabilidade, representação e federalismo

Ressalte-se que uma dessas coordenações vem sendo acumulada pelo diretor-adjunto, pois a DiEST conta somente com dois DAS 3 (coordenadores), um DAS 4 (coordenador-geral) e um DAS 5 (diretor), conforme organograma abaixo.

DIAGRAMA 1

Organograma atual da Diest



PROJETOS DE PESQUISA EM ANDAMENTO E PRODUTOS ENTREGUES ATÉ 2012

ÁREA DE CAPACIDADES ESTATAIS E RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE

1. Arranjos institucionais de políticas críticas ao desenvolvimento
Coordenadores: Alexandre Gomide e Roberto Pires
Objetivos:
 - Analisar os arranjos institucionais de políticas públicas em áreas críticas para o desenvolvimento, avaliando os efeitos dos arranjos sobre os resultados e extraindo lições e recomendações para o aperfeiçoamento de políticas públicas
 - Discutir analiticamente o conceito de “Novo Estado Democrático Desenvolvimentista”
 - Parceria: MPOG, MDS, MDA e ABDI
 - Produtos entregues:
 - Miniartigos de pesquisa para o Boletim de Análise Político-Institucional do Ipea (concluído)
 - Nota Técnica com definição do enquadramento analítico e metodológico da pesquisa (concluído livro, organizado a partir de capítulos com base nos relatórios de pesquisa e conclusões analíticas dos estudos de caso)
2. Proposições de Políticas Estratégicas para o Brasil na nova Ordem Econômica Global: a dimensão político-institucional
Coordenador: Alexandre Gomide
Objetivos: Produzir conhecimentos aplicáveis à formulação, execução e avaliação de políticas públicas que visem à inserção ativa do país na nova ordem econômica mundial, no que se refere à dimensão político-institucional
Financiamento: Programa Ipea Pesquisa (BID); contrato com o IPTEC (IESP-UERJ)
Parceria: INCT/PPED
Produtos (2º semestre de 2012 ao 1º semestre de 2014):
 - Seminários e *workshops* para transferência de conhecimentos para o Ipea
3. Planejamento nos Estados Brasileiros
Coordenador: Roberto Pires
Objetivos: avaliar e analisar comparativamente as experiências recentes de concepção e elaboração dos PPAs estaduais, assim como a construção dos sistemas de monitoramento e acompanhamento da implementação do plano, gerando subsídios para o aprimoramento do planejamento federal.
Parcerias: Plataforma IPEA de Pesquisa em Rede (nove instituições de pesquisa e ensino de diferentes estados da federação: SEI/BA, IPECE, SEMAC/MS, CEPAM/SP, UFV/MG, FCAA/ES, UNICENTRO/PR, UNISC/RS, UFRN e CEPERJ)
4. Melhoria da gestão pública federal
Coordenador: Roberto Nogueira e Ronaldo Garcia
Objetivo: estudos e pesquisas aplicadas sobre tópicos especiais voltados ao planejamento da força de trabalho e a melhoria da qualidade da gestão pública na Administração Pública Federal.
Parceria: SEGEP/MP e ENAP

5. Efetividade da Participação Social no Brasil

Coordenadores: Joana Alencar e Igor Fonseca

Objetivo: realizar estudos e pesquisa sobre as instituições participativas existentes na esfera federal, buscando compreender seu funcionamento, e as condições associadas a sua efetividade sobre as políticas públicas.

Parcerias: Secretaria-Geral da Presidência da República; Ouvidoria-Geral da União/CGU; UFMG; Instituto Polis; INESC; IESP-UERJ; UFSC.

Participação como membro efetivo no *Fórum Governamental de Participação Social* (SG-PR).

Produtos entregues:

- Relatório parcial do Diagnóstico e Avaliação das Audiências Públicas realizadas no âmbito do governo federal;
- Dezesete relatórios de pesquisa de perfil e avaliação da atuação dos conselheiros nacionais;
- Relatório consolidado da pesquisa de perfil e avaliação da atuação dos conselheiros nacionais (25 Conselhos Nacionais);
- Duas notas de pesquisa para o Boletim de Acompanhamento Político-Institucional do Ipea sobre os conselhos e interfaces socioestatais no programas federais;
- Artigo apresentado em congresso acadêmico e submetido para publicação em periódico;
- Sete Textos para Discussão Ipea publicados sobre o tema das Conferências Nacionais;
- Assessoramento técnico a OGU para implementação de sistema de comunidade virtual de ouvidores nacionais;
- Comunicado do Ipea sobre interfaces socioestatais nos programas federais;
- TD sobre interfaces socioestatais nos programas federais;
- *Hotsite* “Participação em Foco” para disseminação de informações, pesquisas e construção de redes virtuais sobre o tema da participação;
- Relatório final do Diagnóstico e Avaliação das Audiências Públicas realizadas no âmbito do governo federal (concluído);
- Comunicado do Ipea a partir do relatório consolidado da Pesquisa sobre perfil e atuação dos conselheiros nacionais;
- Dois *Policy Papers*: um contendo proposta para Sistema Nacional de Participação e outro sobre Fatores Críticos de Sucesso para as Conferências Nacionais;
- Cinco TDs sobre perfil, atuação e representação nos Conselhos Nacionais;
- Banco de dados sobre normas, estruturas e características das conferências nacionais;
- Livro, coletânea de estudos sobre conferências nacionais;
- TD sobre autonomia e qualidade das ouvidorias públicas federais;
- Artigo a ser submetido a um periódico nacional sobre interfaces socioestatais nos programas federais.

6. Estado e Organizações Civas no Brasil

Coordenador: Felix Lopez

Objetivo: produzir informações e análise sobre os tipos de interação entre o governo federal e as organizações civis, avaliando os instrumentos de parceria, tipos de organizações parceiras e distribuição de recursos por área de política e unidade geográfica e papel desempenhado pelas OSCs nas políticas federais.

Parcerias: Secretaria-Geral da Presidência da República e Ministério da Justiça

Participação no *Grupo de Trabalho* da Presidência da República para definição do novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil

Produtos entregues:

- Elaboração de notas técnicas e subsídios para o referido GT;
- Comunicado do Ipea sobre transferência de recursos da União para Organizações Civis;
- TD com diagnóstico e mapa das formas e áreas de atuação das OSCs nas políticas federais (2003-2011);
- Seminário Nacional sobre Cooperação Estado e Organizações da Sociedade Civil;
- Texto de análise sobre a relação das OSCs com a esfera político-parlamentar;
- TD *Analisando a evolução das transferências federais para OSCs (1999-2011)* (no prelo).

ÁREA DE SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

7. Governabilidade e Representação Política

Coordenador: Acir Almeida

Objetivo: Diagnóstico dos vícios e das virtudes da representação política e da governabilidade no âmbito nacional, visando contribuir para a avaliação do sistema político brasileiro, suas instituições e lógica de funcionamento, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de promover políticas públicas.

Parcerias: Supar/SRI/PR, Câmara dos Deputados, Senado Federal

Produtos entregues:

- Mesa redonda no encontro da ABCP, Gramado, agosto de 2012;
 - Estudo sobre a lógica de edição de medidas provisórias;
 - Estudo sobre a dinâmica do processo legislativo e os efeitos da dinâmica do conflito intra e entre coalizões no Congresso Nacional sobre a tramitação de propostas legislativas;
 - Estudo sobre a assessoria técnica da Câmara dos Deputados, sua estrutura e capacidades;
 - Estudo sobre lobby: formas que regulam a representação de interesses no Congresso Nacional e avaliação da atividade;
 - Estudo sobre a desproporcionalidade entre votos e cadeiras legislativas e seus efeitos sobre políticas públicas;
 - Seminário para apresentação e discussão dos resultados finais das pesquisas;
 - Seminário sobre papel dos partidos e reforma política;
 - Lançamento do livro consolidando os resultados das pesquisas (1º semestre 2013).
- ### 8. Presidencialismo de coalizão brasileiro: o preenchimento de cargos da burocracia pública federal

Coordenador: Félix Garcia Lopez

Objetivo: analisar o papel do Poder Legislativo no processo de ocupação dos cargos de livre nomeação da burocracia federal brasileira, avaliando seu efeito sobre a governabilidade e o ciclo das políticas públicas.

Financiamento: Programa Ipea Pesquisa (BID)

Parcerias: Presidência da República (Casa Civil), Ministério do Planejamento, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

9. Desempenho do Poder Legislativo

Coordenadores: Acir Almeida

Objetivos: produzir metodologia de acompanhamento sistemático da produção do Congresso Nacional para mensurar o seu desempenho na produção de políticas públicas.

10. Representação política: o ponto de vista de parlamentares e eleitores

Coordenadores: Félix Garcia Lopez e Acir Almeida.

Objetivo: compreender o exercício efetivo e cotidiano da representação política com base em dados empíricos coletados dos parlamentares e da população brasileira.

Parcerias: Interlegis (Congresso Nacional).

Produtos entregues:

- TD com resultados conclusivos da pesquisa sobre representação política no nível local (no prelo);
- Texto-resumo com resultados da pesquisa sobre representação política no nível local, publicado no Boletim DIEST;
- Relatório da pesquisa (*survey*) realizada, em 2010 e 2011, em municípios mineiros sobre a percepção da população a respeito dos legislativos municipais;
- TD com texto analítico sobre os resultados da pesquisa.

11. Estudos presidenciais: o papel das presidências na construção do Estado brasileiro

Coordenador: Antonio Lassance

Objetivo: Realizar estudos comparativos sobre as presidências, apontando a trajetória das instituições políticas e das políticas públicas relacionadas aos ciclos de desenvolvimento.

Parcerias: Presidência da República, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro de Museus, Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Oxford, Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Produtos entregues:

- Workshop em seminário internacional sobre estudos presidenciais;
- TD sobre a presidência Sarney;
- Seminário sobre papel dos partidos: governabilidade, representação e desenvolvimento.

12. Arranjos federativos

Coordenadores: Constantino Mendes e Paulo de Tarso Linhares.

Objetivos: avaliar os arranjos de cooperação federativa existentes para a implementação de políticas públicas (RIDEs, Consórcios públicos) e compreender os elementos que condicionam a cooperação e coordenação federativa em áreas onde ocorrem grandes investimentos.

Parceira: instituições da Plataforma Ipea de pesquisa em Rede (IDESP, IMESC, UFRN, CONDEPE/FIDEM, UFES, UFRJ, IBGE, OCPF/FNP, FJP).

Parcerias: SAF/SRI, Frente Nacional de Prefeitos, Observatório das Políticas Públicas

Produtos entregues:

- Nota técnica: Critérios de seleção de estudos de casos;
- Relatório sobre cooperação federativa em áreas de grandes investimentos;
- Relatório sobre experiências internacionais relevantes em cooperação federativa;
- Capítulos para o *Brasil em Desenvolvimento 2012*.

13. Coordenação do Grupo de Trabalho Ipea de Estudos do Federalismo

Coordenador: Paulo de Tarso Linhares

Objetivo: coordenar a discussão dos temas do federalismo brasileiro no Ipea.

Parcerias: SAE, SAF/SRI e Frente Nacional de Prefeitos (ACT assinados no ano passado) e Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (ACT já negociado, mas pendente assinatura por parte do Ipea).

Produtos entregues:

- Livro *Federalismo à Brasileira: questões para discussão*;
- Análise e proposta de critérios de repartição do FPE;
- Estudo sobre a criação de novos entes na federação (divisão dos Estados).

Representação institucional:

- Participação no *Comitê de Articulação Federativa* da SRI/PR;
- Representação do Ipea na Coordenação Técnica do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo da Frente Nacional de Prefeitos.

14. Acompanhamento de temas relevantes da agenda federativa

Coordenador: Antonio Lassance

Objetivo: realizar acompanhamento mensal de caráter prospectivo, com foco na agenda política e institucional do Executivo e do Legislativo federais, identificando temas e o posicionamento de atores políticos centrais.

Parceria: Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Produtos entregues:

- Sete relatórios (janeiro a julho) de acompanhamento da agenda do Poder Executivo e Legislativo, com foco em políticas públicas e mudanças institucionais. Apresentados à rede de assessores federativos da SRI, nos termos do ACT Ipea-SRI, assinado em 2011;
- Cinco relatórios (agosto a dezembro) de acompanhamento da agenda do Poder Executivo e Legislativo, com foco em políticas públicas e mudanças institucionais. Serão apresentados à rede de assessores federativos da SRI, nos termos do ACT Ipea-SRI, assinado em 2011.

Área de Justiça e Cidadania

15. Acesso à justiça nos Juizados Especiais Federais

Coordenadora: Luseni Aquino

Objetivo: a partir de pesquisa de campo amostral com representatividade nacional, produzir um diagnóstico sobre a realidade dos JEFs e compreender em que medida estes espaços jurisdicionais têm contribuído para a promoção do acesso à justiça no país.

Parceria: TCT Ipea/CJF

Produtos entregues:

- Relatório final de pesquisa;
- Seminário nacional sobre os Juizados Especiais Federais.

16. Diagnóstico sobre os juizados especiais cíveis

Coordenador: Bernardo Medeiros

Objetivo: produzir, em caráter piloto, diagnóstico sobre a realidade dos JECs de três UFs selecionadas, com base no volume de demandas apresentadas à Justiça.

Parceria: ACT Ipea/CNJ.

Produtos entregues:

- Relatório final de pesquisa, com conclusão prevista para novembro de 2012;
- Seminário de devolução dos resultados finais, previsto para novembro de 2012.

17. Acesso à justiça por meio de juizados itinerantes

Coordenador: Bernardo Medeiros

Objetivo: realizar diagnóstico das experiências de justiça itinerante existentes no Brasil, com foco em sua efetiva contribuição para a ampliação do acesso à Justiça.

Parceria: PUCRJ (Plataforma Ipea de pesquisa em Rede)

18. Acompanhamento da política nacional de direitos humanos

Coordenador: Maurício Mota Saboya Pinheiro

Objetivo: analisar a política nacional de direitos humanos, da perspectiva dos direitos civis e políticos, do avanço da cidadania e da articulação institucional para implementação de políticas públicas.

Parceria: SEDH/PR

Produtos entregues:

- Relatório parcial de pesquisa.

19. Capacitações humanas para o desenvolvimento

Coordenador: Maurício Saboya Pinheiro

Objetivos: fazer uma elucidação conceitual do “desenvolvimento como liberdade” (abordagem das capacidades humanas, baseada em Amartya Sen), sob a perspectiva de avaliação social; desenvolver metodologias para a avaliação de políticas públicas brasileiras e de análise das grandes questões do desenvolvimento nacional; realizar exercício de aplicação do instrumental teórico à experiência internacional e ao caso brasileiro.

Produtos entregues:

- TD *Contemplando elucidação conceitual e avaliação crítica geral da abordagem das capacidades humanas para o desenvolvimento*;
- TD *Estudo comparativo de indicadores de desenvolvimento humano entre países selecionados*;
- TD sobre estudo de caso sobre o desenvolvimento das capacitações humanas no Brasil.

20. Gestão e Jurisdição: o caso da execução fiscal da União

Coordenador: Alexandre Cunha

Objetivo: reunir uma série de trabalhos sobre gestão do judiciário, produzidos a partir de bases de dados construídas pelo Ipea.

Produto entregue: livro.

21. Vetores de custo e tempo das ações ordinárias cíveis na justiça estadual de primeiro grau

Coordenador: Alexandre Cunha

Objetivo: identificar os vetores determinantes do custo das ações cíveis na justiça estadual de primeiro grau de quatro UFs selecionadas, com o objetivo de construir hipóteses e indicadores que informem a eventual execução de estudo de âmbito nacional.

Parceria: Ipea/USP/CNJ

22. Banco nacional de Autos findos de ações trabalhistas

Coordenador: Alexandre Cunha

Objetivo: conhecer: i) o tempo de processamento das ações trabalhistas; ii) o quantitativo de ações trabalhistas nos quais há reconhecimento de vínculo empregatício e o impacto da jurisdição trabalhista sobre o nível de emprego formal; iii) o valor do passivo trabalhista e previdenciário em discussão judicial (com possível dimensionamento do Fundo Garantidor de Execuções Trabalhistas – FUNGET); iv) o perfil dos acidentes de trabalho e das ações acidentárias

Parceria: Ipea (DIEST e DISOC), CSJT/TST e Ministério do Trabalho e Emprego.

23. Pensando o Direito: participação social nas discussões sobre temas jurídicos de interesse do Ministério da Justiça

Coordenador: Alexandre Cunha

Objetivo: contribuir para a democratização do processo de elaboração normativa nas diversas áreas de interesse do Ministério da Justiça por meio das seguintes estratégias: i) fomento a estudos e pesquisas para avaliar a necessidade de novos textos normativos, revisões ou revogações normativas; ii) acompanhamento do processo legislativo e promoção do debate público sobre anteprojotos de lei por meio de seminários, workshops e oficinas com a participação acadêmica, e de integrantes de movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

Parceria: TCT Ipea-SAL/MJ

24. Rede Nacional de Pesquisa Empírica em Direito

Coordenador: Alexandre Cunha

Objetivo: identificar, articular e formar uma rede de pesquisadores de variadas regiões e instituições engajados na investigação empírica sobre fenômenos jurídicos.

Parceria: ACT Ipea-USP.

Produtos entregues:

- Publicação dos Anais do I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito;
- 4 Encontros Regionais de Pesquisa Empírica em Direito;
- II Encontro de Pesquisa Empírica em Direito;
- Sítio eletrônico que concentre informações e disponibilize espaços de interação entre pesquisadores.

25. Política criminal alternativa à prisão

Coordenador: Almir de Oliveira Júnior

Objetivo: contribuir para a formulação de uma nova política criminal alternativa à prisão, por meio de duas estratégias: i) realização de diagnóstico do fluxo do processamento de determinados tipos penais pelo sistema de justiça de 10 UFs selecionadas, especificando a pena aplicada e medindo a satisfação dos direitos e interesses das vítimas, da comunidade envolvida e do autor do delito; ii) formulação de projetos-piloto de intervenção político-criminal que proponham modelos alternativos à prisão, promovendo o seu debate por meio de audiências públicas.

Parceria: ACT Ipea/DEPEN

Produtos entregues:

- Relatório parcial;
- Base de dados.

26. Reincidência e itinerários criminais no Brasil

Coordenador: Almir de Oliveira Júnior

Objetivo: determinar a taxa de reincidência criminal em sete UFs selecionadas, considerando-se os seguintes aspectos: espécie de delito, perfil do autor e tipo de penalidade aplicada (entre penas privativas e não privativas de liberdade).

Parceria: ACT Ipea-CNJ, com repasse de recursos no valor de R\$ 732.000.

Produto entregue:

- Nota técnica com o desenho da pesquisa de campo.

27. Resgate das séries históricas sobre o sistema de justiça criminal brasileiro

Coordenador: Almir de Oliveira Júnior

Objetivo: produzir um banco de dados digitalizado com informações sobre encarceramento, efetivo policial e financiamento público na área de segurança pública, compreendendo um período que vai da década de 1930 à década de 1980.

Parceria: ACT Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Produto entregue: banco de dados e relatório final da pesquisa.

28. Instituições participativas na segurança pública

Coordenador: Almir de Oliveira Júnior

Parceria: Ipea/FJP/FBSP/UFRJ (Plataforma IPEA).

Objetivo: entender o alcance e significado das instituições participativas em segurança pública em capitais selecionadas do país, em duas perspectivas principais: i) a análise do desenho desses novos formatos institucionais; e ii) o mapeamento de atitudes, valores e crenças de policiais, tanto militares como civis, relacionados à participação social no provimento institucional de segurança pública.

Atividades transversais

29. Boletim de Análise Político-Institucional

- Periódico semestral com o objetivo de divulgar os trabalhos da DIEST

30. Grupo de discussão DIEST

- Encontros semanais para a discussão de resultados das pesquisas dos técnicos da diretoria, bem como para apresentação por pesquisadores externos convidados de temas correlatos ao plano de trabalho.

TABELA 1

Quantitativo de produtos entregues em 2012

Produto	Quantitativo
Projetos de pesquisa	28
Livros	2
Artigos	6
TDs	8
Boletins	3
Notas técnicas	2
Seminários / <i>workshops</i>	14
Acordos e termos de cooperação técnica	4
Relatórios de pesquisa	23

Quadro técnico da Diest

Em 2012, a DIEST contava 20 técnicos, sendo 19 deles da carreira de planejamento e pesquisa (TPP) e um técnico de desenvolvimento e administração (TDA), dos quais apenas três TPPs lotados no Rio de Janeiro. Com o processo de reorganização das diretorias, lançado pela nova Presidência do Ipea em novembro de 2012, o número de técnicos deverá aumentar em 2013 para 34, sendo metade no Rio de Janeiro.

Dos 20 técnicos da diretoria, dez são doutores, quatro doutorandos e três mestres, todos eles nas mais diversas áreas do conhecimento (ciência política, sociologia, direito, economia), configurando o perfil interdisciplinar necessário para a condução do plano de trabalho atual.

Além do seu corpo técnico permanente, a DIEST conta atualmente com cerca de 70 bolsistas colaborando em seus projetos.

Diretor

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor-adjunto

Alexandre dos Santos Cunha

Coordenadores:

- Luseni Maria Cordeiro de Aquino (*pro tempore*)
- Roberto Rocha Coelho Pires

Técnicos de Planejamento e Pesquisa

- Acir dos Santos Almeida
- Almir de Oliveira Junior
- Antonio Semeraro Rito Cardoso
- Bernardo Abreu de Medeiros
- Constantino Cronemberger Mendes
- Felix Garcia Lopez
- Igor Ferraz da Fonseca
- Joana Luíza Oliveira Alencar
- Luseni Maria Cordeiro de Aquino
- Maria Martha de Menezes Costa Cassiolato
- Mauricio Mota Saboya Pinheiro
- Paulo de Tarso Linhares
- Ricardo Vasconcelos Borges S. Torres
- Roberto Passos Nogueira
- Ronaldo Coutinho Garcia
- Valdir Ramalho de Melo

Técnico de Desenvolvimento e Administração

- Ricardo Vasconcelos Borges S. Torres

QUADRO 1

Parcerias institucionais: acordos e termos de cooperação firmados

Instrumento	Título	Objeto
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação entre Ipea/CNJ-MJ	A formalização de parceria entre CNJ e o Ipea para o desenvolvimento de ações integradas na elaboração de estudos técnicos e pesquisas de interesse mútuo.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea/FUNDEP- PRODEP nº 005/2010	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a FUNDEP e o Ipea, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos, pesquisas e eventos de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes à democracia, política brasileira, políticas públicas, governança e estratégias sustentáveis de desenvolvimento, além de outros temas afins a serem definidos conjuntamente.
Acordo de Cooperação Técnica	“PROREDES” Acordo de Cooperação Técnica Ipea/UNITRABALHO	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o PÓLIS, INESC, CEBRAP, UNITRABALHO, ISER, ACTIONAID e o Ipea, visando à integração de ações e de pesquisa em redes nas áreas temáticas definidas pelo Ipea, no âmbito do apoio de PROREDES, assim definido na Portaria Ipea nº 278/2008, que integra o presente Acordo independente de transcrição.
Acordo de Cooperação Técnica	“PROREDES” Acordo de cooperação técnica Ipea/CEBRAP	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o PÓLIS, INESC, CEBRAP, UNITRABALHO, ISER, ACTIONAID e o Ipea, visando à integração de ações e de pesquisa em redes nas áreas temáticas definidas pelo Ipea, no âmbito do apoio de PROREDES, assim definido na Portaria Ipea nº 278/2008, que integra o presente Acordo independente de transcrição.
Acordo de Cooperação Técnica	“PROREDES” Acordo de cooperação técnica Ipea/PÓLIS	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o PÓLIS, INESC, CEBRAP, UNITRABALHO, ISER, ACTIONAID e o Ipea, visando à integração de ações e de pesquisa em redes nas áreas temáticas definidas pelo Ipea, no âmbito do apoio de PROREDES, assim definido na Portaria Ipea nº 278/2008, que integra o presente Acordo independente de transcrição.
Acordo de Cooperação Técnica	“PROREDES” Acordo de Cooperação Técnica Ipea/INESC	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o PÓLIS, INESC, CEBRAP, UNITRABALHO, ISER, ACTIONAID e o Ipea, visando a integração de ações e de pesquisa em redes nas áreas temáticas definidas pelo Ipea, no âmbito do apoio de PROREDES, assim definido na Portaria Ipea nº 278/2008, que integra o presente Acordo independente de transcrição.
Acordo de Cooperação Técnica	“PROREDES” Acordo de Cooperação Técnica Ipea/ISER	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o PÓLIS, INESC, CEBRAP, UNITRABALHO, ISER, ACTIONAID e o Ipea, visando a integração de ações e de pesquisa em redes nas áreas temáticas definidas pelo Ipea, no âmbito do apoio de PROREDES, assim definido na Portaria Ipea nº 278/2008, que integra o presente Acordo independente de transcrição.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea/SOF	Prestar apoio para a elaboração dos orçamentos anuais e da preparação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea/ABDI nº 23/2010	Cooperação entre o Ipea e a ABDI para a execução conjunta de ações com vistas à promoção, fortalecimento e execução de atividades relacionadas com a política industrial brasileira, atualmente denominada Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A cooperação estará centrada em duas vertentes principais, a saber: a investigação sobre as relações existentes no Brasil entre o Direito e o Desenvolvimento e o aumento da inovação e competitividade das empresas.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea/CONASP-MJ	Visando à realização estudos, pesquisas, avaliações e assessoria técnica que atendam a interesse mútuo, para execução do projeto de pesquisa denominado “Participação Social e Governança Democrática da Segurança Pública”.

Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea /ACTIONAID	Visa à integração de ações e de pesquisa em redes nas áreas temáticas definidas pelo Ipea, no âmbito do apoio do PROREDES, assim definido na Portaria Ipea nº 278/2008, que integra o presente Acordo independente de transcrição.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea /CJF	Formalização de parceria entre o CJF e o Ipea para o desenvolvimento de ações integradas na elaboração de estudos técnicos e pesquisas de interesse mútuo.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea /FNP	Estabelecimento de parceria entre a Frente Nacional de Prefeitos e o Ipea, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo - Incentivo ao Desenvolvimento, e a temas econômicos e fiscais de interesse dos municípios brasileiros.
Termo de Cooperação	Termo de Cooperação entre Conselho da Justiça Federal e o Ipea	Execução do projeto de pesquisa denominado "Acesso à Justiça Especiais Federais", a ser desenvolvido em conjunto pelo Ipea e pelo CJF.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e o Ipea	Parceria entre a PGFN e o Ipea, para o desenvolvimento de ações integradas na elaboração de estudos técnicos e pesquisas e interesse mútuo.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ipea e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	O estabelecimento de parceria entre UFSC e o Ipea, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes a democracia, participação e políticas públicas.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica Ipea/Câmara dos Deputados	Estimular e promover o intercâmbio e desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas sobre temas de interesse mútuo.
Termo de Cooperação	Termo de Cooperação Técnica entre o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e o Ipea	A execução do projeto de prospecção de políticas públicas denominado "Política criminal alternativa à prisão", a ser desenvolvido em conjunto pelo Ipea e pelo DEPEN.
Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio da Controladoria Geral da União, órgão integrante da Presidência da República, e o Ipea	O estabelecimento de parceria técnica entre a CGU e o Ipea, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas para a criação de um sistema de rede de Ouvidorias com o propósito de congregar, num único ambiente, as Ouvidorias do Poder Público Federal, e oferecer um ambiente de colaboração virtual a todos os que se dedicam aos temas das ouvidorias públicas, de um lado, e de outro, para elaboração de uma metodologia de construção de indicadores de avaliação que possam aferir a qualidade do trabalho desenvolvido pelas Ouvidorias do Poder Público Federal, consolidando-se, assim as bases de um permanente exercício de melhoria dos serviços prestados.
Termo de Cooperação	Termo de Cooperação que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o Ipea - 001/2012	Execução do projeto de pesquisa denominado "Reincidência criminal no Brasil".
Termo de Cooperação	Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ipea - Projeto "Custo e tempo das ações cíveis na Justiça Estadual de Primeiro Grau: uma análise comparativa"	Execução do projeto de pesquisa denominado "Custo e tempo das ações cíveis na Justiça Estadual de Primeiro Grau: uma análise comparativa", a ser desenvolvido em conjunto pelo Ipea e pelo CNJ.

Termo de Cooperação	Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Conselho de Justiça Federal e o Ipea Projeto "Custo e tempo das ações cíveis na Justiça Estadual de primeiro grau: uma análise comparativa"	Execução do projeto de pesquisa denominado "Custo e tempo das ações cíveis na Justiça Estadual de Primeiro Grau: uma análise comparativa", a ser desenvolvido em conjunto pelo Ipea e CNJ.
Termo de Cooperação	Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - SAL/MJ e o Ipea	A promoção de ações conjuntas pelo Ipea e pela SAL que assegurem a realização de estudos e pesquisas em áreas de mútuo interesse, com o objetivo de aprofundar a "Democratização do processo de elaboração normativa".
Acordo de Cooperação Técnica	SRI/PR	Visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao Federalismo e à descentralização de Políticas Públicas.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas
(DIMAC)**

MISSÃO

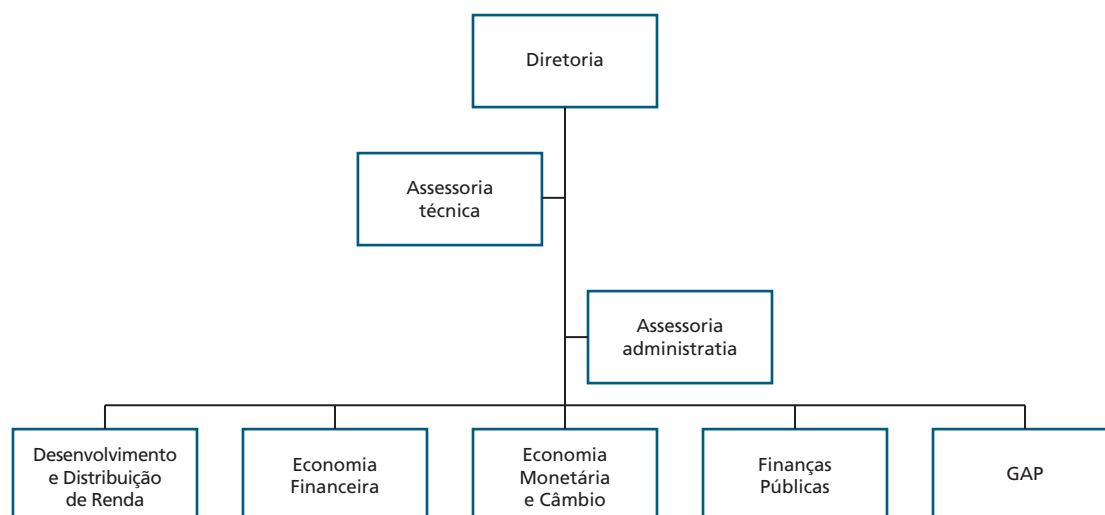
À Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (DIMAC) compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas às áreas de acompanhamento e análise conjuntural, comércio exterior, finanças públicas, condução da política monetária, economia financeira, articulação entre o regime cambial e monetário e questões relacionadas à trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico.

ORGANOGRAMA E PRINCIPAIS LINHAS DE TRABALHO DA DIMAC

Em 2012, as atividades referentes ao Plano de Trabalho da DIMAC foram executadas por um corpo técnico composto por 30 técnicos de Planejamento e Pesquisa do quadro permanente da casa, assessorados por uma assessora técnica, um assessor administrativo e três secretárias, e apoiados por um corpo de 26 bolsistas PNPd, quatro consultores BID e 26 bolsistas PROREDES. A organização interna e a execução do Plano de Trabalho seguiram o seguinte organograma:

DIAGRAMA 1

Organograma e principais linhas de trabalho da DIMAC



Os projetos estruturantes da DIMAC tiveram como objetos de estudo: (i) a caracterização do padrão de desenvolvimento brasileiro, suas especificidades estruturais e institucionais; (ii) o acompanhamento das finanças públicas brasileiras; (iii) a análise da inflação e de instrumentos de controle inflacionário; (iv) a análise de cenários macroeconômicos; (v) estudos de conjuntura.

Como resultado de seu Plano de Trabalho, a DIMAC produziu 27 Textos para Discussão, 18 boletins de análise conjuntural, três números da revista Pesquisa e Planejamento Econômico, um livro e sete capítulos de livro, três notas técnicas ou comunicados, quatro tipos de eventos (que geraram múltiplos seminários) e um curso de capacitação dos servidores da casa. Além disso, a diretoria participou de dois grupos de acompanhamento de políticas públicas, implementou sete ações de fortalecimento institucional, e estabeleceu duas novas relações de cooperação técnica nacionais.

Para 2013, os objetivos e metas da DIMAC são:

- Compreender adequadamente o ambiente econômico externo e suas consequências para a dinâmica macroeconômica brasileira.
- Identificar, com a máxima precisão possível, o estágio do ciclo de negócios em que a economia doméstica se encontra em dado momento, a natureza dos choques que desviaram a economia de sua trajetória de crescimento e os efeitos de cada instrumento de política na economia – subsidiando, assim, as discussões de políticas públicas relativas ao gerenciamento da economia no curto e médio prazo.

- Identificar e propor soluções para as fragilidades domésticas que possam comprometer o desempenho econômico do país, tanto no curto e médio prazo como no longo prazo, contribuindo para a retomada de uma trajetória de crescimento equilibrado.

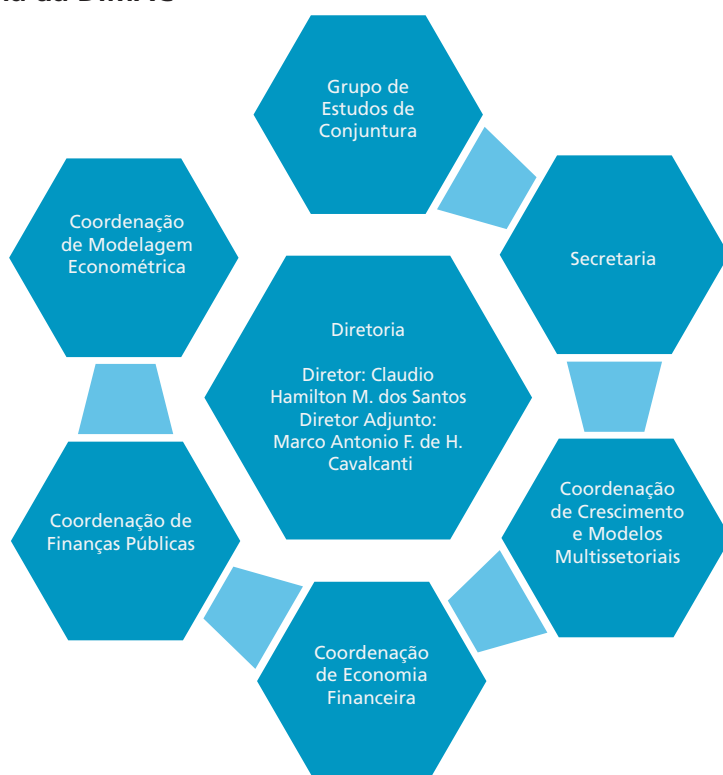
Pretende-se alcançar tais objetivos por meio das seguintes estratégias de ação:

- Concentrar os esforços de pesquisa em projetos estruturantes, que apresentem economias de escala passíveis de serem exploradas na obtenção e manipulação de dados inovadores e/ou na análise de modelos macroeconômicos de médio/grande porte.
- Ampliar e aprofundar as atividades de assessoramento ao governo federal, visando, de um lado, aumentar a visibilidade e o alcance dos estudos da casa para a formulação e o acompanhamento de políticas macroeconômicas; e, de outro lado, acumular experiência e conhecimento institucional sobre o processo de formulação de políticas públicas, o que deverá refletir positivamente na qualidade dos trabalhos futuros de pesquisa e assessoramento a serem realizados pela instituição.
- Ampliar e aprofundar os laços com centros acadêmicos e de pesquisa no Brasil e no exterior, apoiando grupos de estudos e promovendo projetos que possibilitem a internalização de novos conhecimentos pelos técnicos da casa.

Visando organizar e executar adequadamente as atividades propostas, a DIMAC foi reestruturada, no final de 2012, nas seguintes coordenações: (i) grupo de estudos de conjuntura (GECON); (ii) coordenação de finanças públicas (CFP); (iii) coordenação de crescimento e estudos multissetoriais (CCEM); (iv) coordenação de modelagem econométrica (CME); (v) coordenação de economia financeira (CEF); e (vi) coordenação administrativa (CA). O novo organograma da diretoria é apresentado a seguir.

DIAGRAMA 2

Novo organograma da DIMAC



QUADRO 1

Produtos do Plano de Trabalho 2012

1	Efetuar pesquisas sobre os diversos aspectos da vida econômica/social brasileira
	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Reservas Internacionais Ótimas: novas estimativas.</i> Coordenador: C. Vonbun. 2. <i>Intervenções no mercado cambial à vista e de derivativos promovidas pelo Banco Central do Brasil.</i> Coordenador: E. Kopshitz. 3. <i>Multiplicadores fiscais na economia brasileira.</i> Coordenador: M. Cavalcanti, P. Levy. 4. <i>Determinantes do fluxo de investimento direto e em carteira em países emergentes.</i> Coordenador: A. Moreira. 5. <i>Impactos de um choque externo de liquidez internacional e o deslocamento brasileiro.</i> Coordenador: A. Moreira. 6. <i>Uma análise empírica sobre as causas e consequências da alteração abrupta do fluxo de capitais externo.</i> Coordenador: A. Moreira. 7. <i>Política de investimentos dos fundos previdenciários do regime próprio de previdência dos entes federativos brasileiros.</i> Coordenador: A. Moreira. 8. <i>Metodologia de estimação da matriz de insumo-produto.</i> Coordenador: T. Martinez. 9. <i>Estado e Economia no Brasil no Período 2000-2010: uma caracterização das intervenções públicas num contexto de finanças liberalizadas e acumulação rentista.</i> Coordenador: M. Bruno. 10. <i>Investimento e Alocação Financeira no Brasil: determinantes de longo prazo.</i> Coordenador: M. Bruno. 11. <i>Revisitando a relação entre as políticas monetária e fiscal no Brasil.</i> Coordenador: C.H. Santos. 12. <i>Novas estimativas da carga tributária brasileira em bases trimestrais.</i> Coordenador: C.H. Santos. 13. <i>Despesas com Transferências de Assistência e Previdência no Brasil: aspectos institucionais e uma análise sobre seus determinantes no período pós-real.</i> Coordenador: C.H. Santos. 14. <i>Estimativas anuais da matriz insumo-produto brasileira para os anos 2001-2004 e 2006-2009.</i> Coordenador: C.H. Santos. 15. <i>A dinâmica da economia brasileira no período 2004-2012.</i> Coordenador: C.H. Santos. 16. <i>Trajetória da taxa de câmbio e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira.</i> Coordenador: G. Squeff. 17. <i>Produtividade do trabalho, valor adicionado e emprego no Brasil nos anos 2000.</i> Coordenador: G. Squeff. 18. <i>Vulnerabilidade externa enquanto restrição ao desenvolvimento da economia brasileira.</i> Coordenador: G. Squeff. 19. <i>Determinantes do crédito no período pós-real.</i> Coordenador: M.J. Mendonça. 20. <i>Inflação Versus Desemprego: novas evidências para o Brasil.</i> Coordenador: M.J. Mendonça. 21. <i>Existe bolha no mercado imobiliário brasileiro?</i> Coordenador: M.J. Mendonça. 22. <i>Evolução da política do recolhimento compulsório no Brasil pós-real.</i> Coordenador: M. Cavalcanti, C. Vonbun. 23. <i>Efeitos assimétricos da política monetária sobre inflação e crescimento no Brasil.</i> Coordenador: T. Martinez. 24. <i>A Relação entre Crescimento e o Meio Ambiente: uma reavaliação da curva de Kuznets ambiental.</i> Coordenador: S. Sacchet. 25. <i>O impacto dos fundamentos macroeconômicos na vulnerabilidade econômica das economias emergentes.</i> Coordenador: M. Bruno. 26. <i>As relações Estado-economia na Teoria da Regulação Francesa: implicações para o caso do Brasil.</i> Coordenador: M. Bruno. 27. <i>Construindo Estimativas de Alta Frequência para as Finanças Públicas de Estados e Municípios Brasileiros a Partir dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária: novos resultados.</i> Coordenador: C.H. Santos.
2	Participar em conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação no Grupo de Acompanhamento do PPA (Plano Plurianual). Coordenador: T. Martinez. 2. Participação no observatório da equidade do CDES. Coordenador: C.H. Santos.
3	Oferecer oportunidades de capacitação em questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro e à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas para servidores.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Curso Econometria de Séries Temporais. Coordenador: T. Martinez.
4	Estabelecer novas relações de cooperação técnica nacionais e/ou internacionais em temas relacionados ao desenvolvimento.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cooperação técnica com Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF). ACT a ser assinado em março/2013. 2. Cooperação técnica com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF). ACT a ser assinado em março/2013.

5	Implementar ações para o fortalecimento institucional do Ipea.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Curso Econometria de Séries Temporais. Coordenador: T. Martinez. 2. Representação da DIMAC no GT de bases de dados da presidência. 3. Representação da DIMAC no Comitê de Tecnologia da Informação do Ipea. 4. Representação da DIMAC no Comitê Técnico de Gestão de Pessoas. 5. Representação da DIMAC no Conselho Editorial da revista Desafios do Desenvolvimento. 6. Representação da DIMAC no grupo de trabalho da Code. 7. Coordenação do PROING na DIMAC.
6	Organizar eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional com a participação de atores sociais.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seminários das quartas-feiras e oficinas das sextas-feiras, no Rio de Janeiro. Coordenador: E. Kopshitz. 2. Seminários Carta de Conjuntura (3). Coordenador: R. Messenberg. 3. Curso "Aperfeiçoamento em Desenvolvimento e Políticas Públicas". Coordenador: C. Amitrano. 4. Curso "Macroeconomia e Desenvolvimento" (2). Coordenador: C. Amitrano.
7	Publicar livros sobre as temáticas do desenvolvimento brasileiro e formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Livro: <i>Um panorama macroeconômico das finanças públicas no Brasil: artigos de referência</i>. Coordenador: C.H. Santos. 2. Capítulo de livro: <i>A dinâmica recente da carga tributária no Brasil</i>. Coordenador: C.H. Santos. 3. Capítulo de livro: <i>A dinâmica recente das transferências de assistência e previdência social no Brasil</i>. Coordenador: C.H. Santos. 4. Capítulo de livro: <i>O contexto macroeconômico e a dinâmica das finanças públicas brasileiras entre 2004 e 2011</i>. Coordenador: C.H. Santos. 5. Capítulo de livro: <i>A dinâmica recente da dívida pública brasileira</i>. Coordenador: C.H. Santos. 6. Capítulo de livro: <i>A retomada do investimento público no Brasil e os desafios do padrão de financiamento do modelo brasileiro</i>. Coordenador: C.H. Santos. 7. Capítulo de livro: <i>A dinâmica recente do consumo do governo no Brasil</i>. Coordenador: C.H. Santos. 8. Capítulo de livro: <i>Notas sobre o papel das finanças públicas no modelo brasileiro de crescimento inclusivo e a desaceleração da economia em 2011</i>. Coordenador: C.H. Santos.
8	Publicar Textos para Discussão Ipea
	<ol style="list-style-type: none"> 1. TD: <i>Reservas Internacionais Ótimas: novas estimativas</i>. Coordenador: C. Vonbun. 2. TD: <i>Intervenções no mercado cambial à vista e de derivativos promovidas pelo Banco Central do Brasil</i>. Coordenador: E. Kopshitz. 3. TD: <i>Multiplicadores fiscais na economia brasileira</i>. Coordenador: M. Cavalcanti, P. Levy. 4. TD: <i>Determinantes do fluxo de investimento direto e em carteira em países emergentes</i>. Coordenador: A. Moreira. 5. TD: <i>Impactos de um choque externo de liquidez internacional e o deslocamento brasileiro</i>. Coordenador: A. Moreira. 6. TD: <i>Uma análise empírica sobre as causas e conseqüências da alteração abrupta do fluxo de capitais externo</i>. Coordenador: A. Moreira. 7. TD: <i>Política de investimentos dos fundos previdenciários do regime próprio de previdência dos entes federativos brasileiros</i>. Coordenador: A. Moreira. 8. TD: <i>Metodologia de estimação da matriz de insumo-produto</i>. Coordenador: T. Martinez. 9. TD: <i>Estado e Economia no Brasil no Período 2000-2010: uma caracterização das intervenções públicas num contexto de finanças liberalizadas e acumulação rentista</i>. Coordenador: M. Bruno. 10. TD: <i>Investimento e Alocação Financeira no Brasil: determinantes de longo prazo</i>. Coordenador: M. Bruno. 11. TD: <i>Revisitando a relação entre as políticas monetária e fiscal no Brasil</i>. Coordenador: C.H. Santos. 12. TD: <i>Novas estimativas da carga tributária brasileira em bases trimestrais</i>. Coordenador: C.H. Santos. 13. TD: <i>Despesas com Transferências de Assistência e Previdência no Brasil: aspectos institucionais e uma análise sobre seus determinantes no período pós-real</i>. Coordenador: C.H. Santos. 14. TD: <i>Estimativas anuais da matriz insumo-produto brasileira para os anos 2001-2004 e 2006-2009</i>. Coordenador: C.H. Santos. 15. TD: <i>A dinâmica da economia brasileira no período 2004-2012</i>. Coordenador: C.H. Santos. 16. TD: <i>Trajatória da taxa de câmbio e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira</i>. Coordenador: G. Squeff. 17. TD: <i>Produtividade do trabalho, valor adicionado e emprego no Brasil nos anos 2000</i>. Coordenador: G. Squeff.

	<p>18. TD: <i>Vulnerabilidade externa enquanto restrição ao desenvolvimento da economia brasileira</i>. Coordenador: G. Squeff.</p> <p>19. TD: <i>Determinantes do crédito no período pós-real</i>. Coordenador: M.J. Mendonça.</p> <p>20. TD: <i>Inflação Versus Desemprego: novas evidências para o Brasil</i>. Coordenador: M.J. Mendonça.</p> <p>21. TD: <i>Existe bolha no mercado imobiliário brasileiro?</i> Coordenador: M.J. Mendonça.</p> <p>22. TD: <i>Evolução da política do recolhimento compulsório no Brasil pós-real</i>. Coordenador: M. Cavalcanti, C. Vonbun.</p> <p>23. TD: <i>Efeitos assimétricos da política monetária sobre inflação e crescimento no Brasil</i>. Coordenador: T. Martinez.</p> <p>24. TD: <i>A relação entre crescimento e o meio ambiente: uma reavaliação da curva de Kuznets ambiental</i>. Coordenador: S. Sacchet.</p> <p>25. TD: <i>O impacto dos fundamentos macroeconômicos na vulnerabilidade econômica das economias emergentes</i>. Coordenador: M. Bruno.</p> <p>26. TD: <i>As relações Estado-economia na Teoria da Regulação Francesa: implicações para o caso do Brasil</i>. Coordenador: M. Bruno.</p> <p>27. TD: <i>Construindo Estimativas de Alta Frequência para as Finanças Públicas de Estados e Municípios Brasileiros a Partir dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária: novos resultados</i>. Coordenador: C.H. Santos.</p>
9	Publicar Notas Técnicas e Comunicados do Ipea
	<p>1. Nota técnica sobre condução da política monetária. Coordenador: T. Martinez.</p> <p>2. Comunicado sobre a dinâmica das taxas de juros domésticas e sua relação com os fluxos de liquidez internacional, movimento das taxas de juros internacionais, arbitragem e diversificação de risco. Coordenador: R. Messenberg.</p> <p>3. Comunicado: A dinâmica recente da carga tributária brasileira. Coordenador: C.H. Santos.</p>
10	Efetuar a publicação de boletins e outros documentos institucionais
	<p>1. Boletim Indicador Ipea (11). Coordenador: R. Messenberg.</p> <p>2. Boletim Conjuntura em Foco (4). Coordenador: R. Messenberg.</p> <p>3. Boletim Carta de Conjuntura (3). Coordenador: R. Messenberg.</p> <p>4. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), três números. Coordenador: M. Cavalcanti.</p> <p>5. Documento Institucional: <i>Panorama das Finanças Públicas</i>. Coordenador: C.H. Santos.</p>

**Diretoria de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais
(DIRUR)**

INTRODUÇÃO

A Política Pública é concebida, executada e financiada no âmbito de limites político-administrativos legal e historicamente construídos. São os municípios, os estados e a União, os responsáveis pelo desenho de políticas, sua tempestividade, continuidade e provimento de recursos orçamentários adequados para a efetividade das políticas propostas.

Os efeitos da ação pública, todavia, são dispersos no espaço e no tempo e concorrentes entre as escalas de ação dos poderes constituídos. Há fenômenos de cunho local, intraurbano, que não transbordam para outros locais e são autocontidos nos limites do ente político.

Há fenômenos, entretanto, que são interdependentes entre esferas administrativas distintas. Podem-se citar: (a) ações geradoras de demanda e oferta econômica, produção e consumo; (b) mobilidade de pessoas e produtos; (c) sustentabilidade ambiental, de recursos hídricos, poluição ou manejo florestal; (d) interação urbana e rural.

A expertise da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR) se situa exatamente na interface desse paradoxo, qual seja, fenômenos que transbordam entre territórios, de um lado, e territórios político-administrativo-financeiros estritamente demarcados, de outro.

Nesse sentido, a organização interna da DIRUR está desenhada em quatro coordenações temáticas de forma a lidar com as escalas e tipicidade dos fenômenos de forma integrada no âmbito da diretoria.

A Coordenação de Estudos Regionais (COERE) realiza seus estudos e análises, observando a escala maior, a interação entre partes componentes do território brasileiro, tendo o recorte subnacional como prioritário. No bojo desse recorte, avalia questões de políticas específicas promovidas pela União, a desigualdade interna típica dessa escala de análise e, também, a interação entre estados, suas capacidades fiscal e produtiva.

A Coordenação de Estudos Urbanos (COESU) é complementar à COREG no sentido que mantém a linha de análise, mas se detém em escala maior, observando, em especial, os municípios, seus desafios intraurbanos. Além desse olhar localizado, ressalta aspectos derivados da conurbação e da consequente necessidade de articulação intermunicipal e papel do urbano na região.

A Coordenação de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (COSAM) atua nas várias escalas, reforçando continuamente a necessidade de entendimento político e executivo de forma a abarcar a ação sobre o ambiente do ponto de vista de sistemas dinâmicos e interativos. Seu recorte preferencial – os biomas – não se coaduna com quaisquer entes políticos estabelecidos. Ademais, movimentos estritamente econômicos podem gerar efeitos sustentáveis ou degradantes. Com isso, o olhar ambiental pode ser considerado, por vezes, como facilitador econômico, catalisante; como também pode ser considerado restritivo, complicador.

A Coordenação de Estudos Federativos (CODEF) atua no âmbito municipal, estadual e nacional, em sintonia com as outras coordenações, porém, com ênfase nas finanças públicas. Ou seja, atua no entendimento da capacidade financeiro-administrativa, viabilidade, eficiência da máquina pública de executar as políticas públicas necessárias.

Além das coordenações temáticas, a Diretoria conta com a Coordenação de Produtos, que organiza projetos de maior fôlego, transversais; e a Assessoria de Métodos Quantitativos que, além do apoio às coordenações, realiza pesquisas e produtos de cunho metodológico e operacional.

O quantitativo de pessoas envolvidas nos estudos e pesquisas da DIRUR em 2012 está descrito no quadro abaixo.

TABELA 1

Pessoal envolvido em estudos e pesquisas da DIRUR em 2012

Pessoal DIRUR	Quantidade
Equipe Técnica Ipea (efetivos)	40
Equipe Técnica Ipea – outros órgãos	2
Administrativos do Ipea e terceirizados	10

Bolsistas PNPD (presenciais e não-presenciais, inclui Plataforma Ipea)	29
Estagiário	1
Total geral	82

Por fim, como elemento integrador dos trabalhos, os Seminários DIRUR acontecem tradicionalmente com o público interno e externo à diretoria. Em 2012, foram 25 seminários, com oito convidados externos ao Ipea e um externo à diretoria, cobrindo os temas de Método (3), Federalismo (3), Regional e Turismo (7), Urbano (10) e Ambiental (2).

Dentro desse contexto da diretoria, as principais atividades realizadas ao longo do ano de 2012 estão descritas a seguir.

COERE

No âmbito da COERE, a coordenação se reuniu para gestar projeto integrador de Avaliação de Políticas Públicas de caráter regional. O livro resultante do esforço começou a ser organizado e será produzido ao longo de 2013. Além disso, a coordenação enviou para o Editorial os seguintes Textos para Discussão:

- A Hora e a Vez do Desenvolvimento Regional Brasileiro: uma proposta de longo prazo
- Gestão das Águas: experiência internacional e brasileira
- Micro e macroimpactos de políticas de desenvolvimento regional
- A Agricultura no Nordeste Brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento
- Prêmio salarial urbano e a trajetória da desigualdade: evidências para o Brasil

COESU

No âmbito da COESU, a atividade de pesquisa integradora foi o projeto:

- Metropolização: caracterização, institucionalidades e indicativos de política pública

O projeto realizou sete seminários ao longo do ano, produziu um relatório e encaminhou produto em formato de livro que será enviado ao Editorial para publicação em fevereiro de 2013. São 11 capítulos, com 15 autores diferenciados (oito dos quais internos à diretoria). Além disso, foram enviados ao Editorial ao longo de 2012 os seguintes Textos para Discussão:

- Índice de Vulnerabilidade das Famílias: atualização (2003-2009) e recortes geográficos
- Defasagem do IPTU no Município do Rio de Janeiro: uma proposta de reforma
- Gastos das Famílias Brasileiras com Transporte Urbano Público e Privado no Brasil: uma análise da POF 2003 e 2009
- Heterogeneidades em Receitas Orçamentárias, Eficiência e seus Determinantes: evidências para municípios brasileiros em 2010
- O sentido da integração da política pública do Brasil na América do Sul
- Tempo de Deslocamento Casa-Trabalho no Brasil, 1992-2009: diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo

COSAM

A Coordenação de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável elaborou ao longo de 2012 os seguintes Textos para Discussão:

- Sensibilização e Mobilização Dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades da educação ambiental
- A Convergência das Políticas Ambientais e Comerciais no Contexto das Mudanças Climáticas: possíveis impactos sobre a competitividade brasileira
- O licenciamento ambiental federal como instrumento de política ambiental no Brasil
- A Sustentabilidade Ambiental da Agropecuária Brasileira: impactos, políticas públicas e desafios
- Como Impulsionar a Bios prospecção no Brasil: bases para uma moderna regulação do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado

CODEF

A Coordenação de Desenvolvimento Federativo, assim como a COERE, iniciou entendimentos para propor em 2013 livro síntese das questões federativas e fiscais que se colocam prioritariamente para a agenda do país. Além disso, produziu os seguintes Textos para Discussão:

- *Demanda por Gasto Público no Brasil no Período Pós-Redemocratização: testes da Lei de Wagner e da Hipótese de Mill de ilusão fiscal*
- Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil
- O FPM e a estranha distribuição da população dos pequenos municípios brasileiros
- Uma proposta para atualização dinâmica dos coeficientes do FPE

No âmbito da diretoria, foram elaborados ainda os Textos para Discussão:

- Existe bolha no mercado imobiliário brasileiro?
 - O momento, os desafios e possibilidades da análise territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional
 - A Contribuição das RPPNS ao Repasse do ICMS-Ecológico: dados sobre o estado do Rio de Janeiro
- Foram elaborados ainda os números 38, 39 e 40 da *Revista Planejamento e Política Pública (PPP)* e os livros:

- Licenciamento ambiental para fins urbanísticos em estados e municípios selecionados
- Economia de Maceió: diagnóstico e propostas

Finalmente, os seguintes relatórios de pesquisa e comunicados foram elaborados, no âmbito da Diretoria:

- Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos
- Diagnóstico dos resíduos sólidos da construção civil
- Diagnóstico dos resíduos sólidos de logística reversa obrigatória
- Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos
- Diagnóstico dos resíduos sólidos industriais
- Diagnóstico dos resíduos sólidos de serviços de transportes aéreos e aquaviários
- Diagnóstico dos Resíduos Sólidos de Transportes Terrestres: rodoviários e ferroviários
- Diagnóstico dos resíduos sólidos de serviços de saúde
- Diagnóstico dos resíduos orgânicos do setor agrosilvopastoril e agroindústrias associadas
- Diagnóstico de educação ambiental em resíduos sólidos
- Diagnóstico dos instrumentos econômicos e sistemas de informação para gestão de resíduos sólidos
- Diagnóstico dos resíduos sólidos da atividade de mineração de substâncias não energéticas

- Diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares marítimas do Brasil
- A nova Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana
- Coabitação familiar e formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras
- Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores
- O programa Minha Casa Minha Vida em municípios de até 50 mil habitantes: quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social
- Gastos das famílias das regiões metropolitanas brasileiras com transporte urbano

Vários artigos autorais foram publicados também na revista *Desafios do Desenvolvimento*, editorada pelo Ipea.

- A economia de ecossistemas e da biodiversidade no Brasil
- Economia verde e o desenvolvimento sustentável
- O papel das compras públicas sustentáveis na economia verde
- Os limites, a desigualdade e os futuros acordos ambientais
- O permanente desafio do lixo
- Meio ambiente e a maldição do crescimento coletivo
- Bioprospecção e desenvolvimento sustentável
- Existe ilusão fiscal no Brasil?
- Bioprospecção e desenvolvimento sustentável
- A importância da educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos
- Sistema de logística reversa: responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida do produto

O plano de trabalho da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais para o ano de 2013 contempla 70 estudos e projetos nas áreas de atuação da DIRUR, com envolvimento de parceiros nos governos federal, estaduais e municipais, academia, institutos de pesquisa e autarquias. Como resultados estão previstas realizações de seminários, apresentações e *workshops*, publicações diversas, incluindo livros, textos para discussão, artigos científicos, relatórios, notas técnicas e metodológicas.

**Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação,
Regulação e Infraestrutura
(DASET)**

INTRODUÇÃO

A Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (DISET) realiza estudos, avaliações e proposições de políticas públicas voltadas aos diversos setores produtivos. Tais pesquisas apresentam caráter setorial (vertical) avaliando separadamente os setores de agricultura, indústria e serviços, e seus respectivos subsetores, como também transversal, abrangendo questões que perpassam todos os setores, como infraestrutura econômica; regulação econômica e concorrência; ciência, tecnologia e inovação (C,T&I); mercado de trabalho e qualificação; e tributação.

Para tanto a DISET estava estruturada em cinco coordenações: Agricultura, Indústria, Serviços, Infraestrutura Econômica e Regulação. Apesar desta divisão, parte dos trabalhos é realizada com participação de técnicos de coordenações distintas, em especial aqueles mais transversais como os sobre inovação e qualificação de mão de obra, além de em alguns casos haver colaboração de técnicos de outras diretorias. A última coordenação citada, a de Regulação, foi transferida para a Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST) no último trimestre de 2012, e por isto suas atividades serão lá relatadas.

A DISET contava com 29 técnicos de planejamento e pesquisa, dois auxiliares administrativos, cinco auxiliares administrativos terceirizados e 25 bolsistas PNPD, sendo que nem todos os técnicos e bolsistas permaneceram durante todo o ano de 2012. Estes colaboradores atuaram nas diversas linhas de pesquisa da diretoria, produzindo textos para discussão, artigos e notas técnicas, além de assessorar outras instituições da administração pública, conforme detalhamento abaixo segundo cada grande linha de pesquisa.

LINHAS DE PESQUISA E SEUS PRODUTOS

Estrutura Produtiva

Neste grupo estão as pesquisas relacionadas à distribuição dos setores produtivos e a seu relacionamento com o desempenho da economia em termos de crescimento, distribuição geográfica, competitividade e produtividade. Parte destas pesquisas é fruto de acordos de cooperação técnica com outros órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Estas pesquisas geraram os seguintes produtos:

Relatórios de pesquisa:

Título	Estágio atual
<i>Market leadership in the Brazilian automotive industry: the case of Marcopolo</i>	Concluído
<i>Projeto de pesquisa sobre a Heterogeneidade Estrutural da agricultura brasileira</i>	Concluído
<i>Estrutura produtiva, meio ambiente e inovação tecnológica no contexto da Conferência ONU Rio + 20</i>	Concluído
<i>Estimação de taxas de entrada e saída de empresas formais na economia brasileira</i>	Concluído
<i>Relatório fatores econômicos e institucionais condicionantes e determinantes do crescimento, diversificação, aglomeração e investimento em inovação das empresas líderes e grupos econômicos brasileiros.</i>	Concluído
<i>Relatório com a caracterização dos bancos de dados das empresas líderes e grupos econômicos.</i>	Concluído
<i>Relatório de estudo sobre fusões e aquisições na economia brasileira</i>	Concluído
<i>Relatório sobre a mudança tecnológica na estrutura produtiva brasileira</i>	Concluído
<i>Relatório Internacionalização de Empresas e Desempenho Exportador</i>	Concluído
<i>A indústria nacional de defesa</i>	Concluído
<i>Informe Trimestral da Rede de Entidades</i>	Concluído

<i>HE - uma retomada conceitual</i>	Concluído
<i>Trajatória da taxa de câmbio e HE na indústria brasileira</i>	Concluído
<i>Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua HE</i>	Concluído
<i>Heterogeneidade regional</i>	Concluído
<i>A HE e a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho</i>	Concluído
<i>HE na produtividade das firmas brasileiras</i>	Concluído
<i>Brasil: na fronteira do desenvolvimento?</i>	Concluído
<i>A Heterogeneidade Estrutural no Brasil de 1950 a 2009: É preciso que tudo mude para que tudo continue como está?</i>	Concluído
<i>Crescimento Econômico na Tradição Neoclássica: uma breve síntese</i>	Concluído
<i>Visão neoschumpeteriana e desenvolvimento: concepções teóricas e decorrências para políticas econômicas</i>	Concluído
<i>A Teoria do Crescimento no Pensamento Econômico da Escola de Cambridge</i>	Concluído
<i>O Paradigma do "Estado Desenvolvimentista": origens e relevância contemporânea</i>	Concluído
<i>Criação de novas empresas de TICs no Brasil: estudos de casos selecionados</i>	Concluído
<i>Resultados de pesquisa de campo via internet sobre as empresas da base industrial de defesa brasileira – parceria Ipea/COMDEFESA-FIESP</i>	Em andamento
<i>Resultados de pesquisa de campo via internet sobre as empresas fornecedoras da indústria naval (Catálogo Navipeças) – parceria Ipea/ABDI</i>	Em andamento
<i>A Teoria do Desenvolvimento Econômico conforme seus pioneiros</i>	Em andamento
<i>A teoria econômica da CEPAL: origens e relevância contemporânea</i>	Em andamento

Livros:

Título	Estágio atual
O soerguimento da indústria naval brasileira e suas perspectivas para os próximos anos	Em andamento

Capítulos de livro:

Título	Estágio atual	Livro
Determinantes da probabilidade de adoção de comércio eletrônico nas firmas brasileiras	Publicado	KON, A.; BORELLI, E. (orgs.) Indústria, tecnologia e trabalho: desafios da economia brasileira. São Paulo: PUC, 2012

Textos para Discussão do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas</i>	Em andamento
<i>O Estado como cliente: o uso do poder de compras governamental</i>	Em andamento
<i>Determinantes da aglomeração da atividade econômica no Brasil</i>	Em andamento
<i>Liderança de mercado no setor de TICs brasileiro: estudos de caso de Totvs e Positivo</i>	No prelo

<i>Panorama da Economia Criativa no Brasil</i>	No prelo
<i>Heterogeneidade estrutural na produção agropecuária: uma comparação da produtividade total dos fatores (PTF) no Brasil e nos Estados Unidos</i>	No prelo
<i>Abordagem exploratória sobre a segurança e defesa cibernética no Brasil em relação aos Estados Unidos, Rússia e Índia</i>	No prelo
<i>Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário brasileiro: censo de 2006</i>	Publicado
<i>Heterogeneidade produtiva na agricultura brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente</i>	Publicado
<i>Apoio à exportação: evidências empíricas e desafios para futuras pesquisas</i>	Publicado
<i>Export assistance: a literature review and challenges for future research</i>	Publicado
<i>Mudanças Estruturais na Economia Brasileira ao Longo da Década de 2000</i>	Publicado

Comunicados do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Desempenho Dinâmico da Indústria Brasileira 1985-2005</i>	No prelo
<i>Desafios e oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil</i>	Publicado
<i>Download de músicas e filmes no Brasil: Um perfil dos piratas online</i>	Publicado

Notas Técnicas Ipea:

Título	Estágio atual
<i>O Novo Estado Desenvolvimentista do Sec. XXI e o Financiamento do Desenvolvimento</i>	Em andamento
<i>Indústria naval: um cenário dos principais players mundiais</i>	No prelo
<i>O desempenho da indústria brasileira com base nas estatísticas oficiais</i>	Publicado
<i>Nota metodológica sobre a sistemática de uso dos dados da Rede de Entidades dos Setores Produtivos Ipea, e sobre seu Informe Trimestral</i>	Publicado

Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições:

Título	Estágio atual	Congresso/Periódico
<i>Export assistance: a literature review and challenges for future research</i>	Publicado	38th Annual Conference of the European International Business Academy (EIBA), 2012, Sussex, UK.
<i>Heterogeneidade estrutural da agricultura familiar no Brasil</i>	No prelo	Revista da CEPAL
<i>Contramedidas de segurança da informação e vulnerabilidade cibernética: evidência empírica de empresas brasileiras</i>	No prelo	RAUSP
<i>Radiografia produtiva e tecnológica da agricultura familiar no Brasil</i>	No prelo	Nota Técnica CGEE
<i>Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural</i>	No prelo	TD Ipea/Cepal

Esta linha de pesquisa ainda proporcionou assessorias a outros órgãos e entidades do governo, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), o MDIC, o Comitê de Petróleo, Gás e Naval e o Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; a participação em debates e oficinas e a apresentação dos nossos trabalhos em mais de uma dezena de eventos.

Infraestrutura Econômica

Nesta linha de pesquisa são estudados os efeitos da infraestrutura econômica no restante da economia. Entende-se por infraestrutura econômica aquelas que viabilizam e propiciam melhor desempenho aos setores produtivos, em especial as infraestruturas de transportes, energia e tecnologias de informação e comunicação. Nestes aspectos avaliam-se a necessidade de investimentos e sua viabilidade, as formas de financiamento, e questões regulatórias e de concorrência. Neste grupo também há a colaboração com outros órgãos, podendo ser citados os acordos de cooperação técnica com o Ministério Público Federal, o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações. No final do ano, também foi iniciada a negociação de um acordo de cooperação com a Empresa de Planejamento e Logística do Ministério dos Transportes. Estas pesquisas geraram os seguintes produtos:

Relatórios de pesquisa:

Título	Estágio atual
<i>Metodologia para pesquisa de campo para Matriz OD de transporte</i>	Concluído
<i>Perspectivas da aviação regional</i>	Em andamento

Livros:

Título	Estágio atual
<i>Tecnologias da informação e comunicação: competição, políticas e tendências</i>	Publicado

Capítulos de livro:

Título	Estágio atual	Livro
<i>Financiamento da Infraestrutura de Transportes no Brasil</i>	Publicado	Brasil em Desenvolvimento 2011

Textos para Discussão do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Distribuição de riscos no Projeto TAV EF-222</i>	Em andamento
<i>Evolução das contratações de obras públicas nos EUA, Países da UE, Japão e Brasil</i>	Em andamento
<i>Desenvolvimentos institucionais recentes no setor de telecomunicações no Brasil</i>	No prelo
<i>Energia fotovoltaica ligada à rede elétrica: atratividade para o consumidor final e possíveis impactos no sistema elétrico</i>	No prelo

Comunicados do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Rodovias Brasileiras: Investimentos, Concessões e Tarifas de Pedágios</i>	Publicado

Notas Técnicas Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Considerações sobre os Marcos Regulatórios do Setor Ferroviário Brasileiro - 1997-2012</i>	Publicado

Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições:

Título	Estágio atual	Congresso/Periódico
<i>Modernização do sistema portuário no Brasil: uma proposta metodológica</i>	Publicado	Journal of Transport Literature, 2012

Esta linha de pesquisa ainda proporcionou assessorias a outros órgãos e entidades do governo, como o Tribunal de Contas da União, a Procuradoria Geral da República e o Ministério das Comunicações; a participação em debates e oficinas e a apresentação dos nossos trabalhos em mais de 20 eventos e programas especializados de TV.

Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação

Nesta linha de pesquisa são estudadas as políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a inovação de produtos e processos produtivos em empresas brasileiras, sua relação com a economia, bem como a experiência internacional no assunto. Neste grupo também há acordos de cooperação com outros órgãos, podendo ser citados o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Estas pesquisas geraram os seguintes produtos:

Relatórios de pesquisa:

Título	Estágio atual
<i>IPEA/GIPI/OMPI: "IP and Socioeconomic Development"</i>	Em andamento
<i>Gastos empresariais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil</i>	Concluído

Livros:

Título	Estágio atual
<i>PAEDI - Pesquisa sobre Atitudes Empresariais para Desenvolvimento e Inovação</i>	Publicado
<i>Propriedade Intelectual e Aspectos Regulatórios em Biotecnologia</i>	No prelo
<i>Impactos Tecnológicos da Petrobras</i>	No prelo
<i>Avaliação das Políticas Tecnológicas no Brasil</i>	No prelo

Capítulos de livro:

Título	Estágio atual	Livro
<i>Legislação de Propriedade Industrial e seus impactos no patenteamento, na apropriabilidade tecnológica e nas atividades inovativas no Brasil.</i>	Entregue ao organizador do livro	Direitos de propriedade intelectual e inovação: uma análise econômica
<i>Technological trajectory and learning in the agricultural sector</i>	Publicado	Brazilian agriculture: development and changes
<i>Science, technology and innovation policies in the regional development of Brazil.</i>	Publicado	BAER, W.. (Org.). The regional impact of national policies. 1ed.Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2012

Textos para discussão do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Políticas de Inovação no Brasil e na China no Século 21</i>	No prelo
<i>Fundo setorial de biotecnologia: uma análise de contexto, operação e resultados</i>	No prelo
<i>Desenvolvimento Tecnológico por Origem de Capital: A Experiência Brasileira Recente</i>	Publicado
<i>Desenvolvimento Tecnológico por Empresas Multinacionais no Brasil e na Coréia do Sul</i>	Publicado
<i>Origem de capital e acesso aos investimentos fiscais e financeiros à inovação no Brasil</i>	Publicado
<i>Políticas públicas de inovação no setor agropecuário: uma avaliação dos fundos setoriais</i>	Publicado
<i>Financiamento Público da Pesquisa em Recursos Hídricos no Brasil: o Fundo Setorial CT-Hidro</i>	Publicado
<i>Avaliação dos Fundos Setoriais: CT-Info</i>	Publicado
<i>Avaliação dos Fundos Setoriais: CT-Transporte</i>	Publicado
<i>Vende Mais Porque é Fresquinho ou é Fresquinho Porque Vende Mais</i>	Publicado
<i>Impactos Dos Fundos Setoriais Nas Empresas</i>	Publicado
<i>Evolução da Execução Orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Entre 2001-2010</i>	Publicado

Comunicados do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa de P&D regulado pela ANEEL</i>	Publicado

Notas Técnicas Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Sobre a institucionalidade da política de propriedade industrial no Brasil</i>	Publicado
<i>Evolução História e Instituições no Silicon Valley: quais as possibilidades e limites de replicar essa experiência em outros países.</i>	Em andamento

Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições:

Título	Estágio atual	Congresso/Periódico
<i>Políticas públicas de inovação no setor agropecuário: uma avaliação dos fundos setoriais</i>	No prelo	Revista Brasileira de Inovação

<i>Technological trajectory and learning in the agricultural sector</i>	Publicado	Global Network for the Economics of Learning, Innovation, and Competence Building Systems (GLOBELICS) 2012
<i>Gastos empresariais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil</i>	Publicado	Global Network for the Economics of Learning, Innovation, and Competence Building Systems (GLOBELICS) 2012
<i>Impactos dos fundos setoriais nas empresas</i>	Publicado	Revista Brasileira de Inovação, 2012
<i>Execução orçamentária do MCTI entre 2001 e 2010: evolução incremental ou de equilíbrio pontuado?</i>	Publicado	EnANPAD 2012
<i>Patterns of interaction between national and multinational corporations and Brazilian universities/public research institutes</i>	Publicado	Science and Public Policy
<i>Elementos para a análise da baixa inovatividade brasileira e o papel das políticas públicas</i>	Publicado	Revista USP

Esta linha de pesquisa ainda proporcionou assessorias a outros órgãos e entidades do governo, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Câmara dos Deputados; a participação em debates e oficinas e apresentação dos nossos trabalhos em quase uma dezena de eventos.

MERCADO DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EDUCAÇÃO

Nesta linha de pesquisa são estudadas a escassez de mão de obra qualificada no país, as eventuais limitações ao crescimento econômico e as políticas de educação e qualificação da força de trabalho. Neste grupo também há acordos de cooperação com outros órgãos, podendo ser citados o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Estas pesquisas geraram os seguintes produtos:

Relatórios de pesquisa:

Título	Estágio atual
<i>Panorama da engenharia consultiva no setor de infraestrutura de transportes</i>	Em andamento
<i>Panorama da engenharia consultiva no setor de construção naval</i>	Em andamento
<i>Organização dos dados do MTE armazenados no Ipea</i>	Concluído
<i>Identificação dos grupos ocupacionais e setoriais segundo competências laborais</i>	Concluído
<i>Cenários prospectivos para a demanda por engenheiros e profissionais afins</i>	Concluído
<i>Evolução da formação de engenheiros e cientistas no Brasil entre 2000 e 2010</i>	Concluído
<i>Estudos demográficos e regionais sobre ocupações selecionadas</i>	Concluído

Textos para Discussão do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>A demanda por engenheiros e profissionais afins no mercado formal de trabalho no Brasil</i>	Em andamento
<i>Competências laborais no Brasil: padrões setoriais e regionais</i>	Em andamento

Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições:

Título	Estágio atual	Congresso/Periódico
<i>O Motim da Kachedata</i>	No prelo	Revista Tecnologia de Administração e Contabilidade - TAC (Anpad)

Esta linha de pesquisa ainda proporcionou a participação em debates, oficinas e apresentação dos nossos trabalhos em uma dezena de eventos, sendo lançada a Rede Ipea-ABDI para estudos sobre escassez e qualificação de mão de obra.

AGRICULTURA

Nesta linha de pesquisa são estudadas as questões mais específicas do setor agrícola e as políticas de fomento, envolvendo financiamento, desenvolvimento tecnológico, produtividade, comércio exterior, biocombustíveis e insumos agrícolas. Neste grupo também há acordos de cooperação com outros órgãos, podendo ser citados o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Estas pesquisas geraram os seguintes produtos:

Relatórios de pesquisa:

Título	Estágio atual
<i>Análise de desempenho externo do setor agropecuário</i>	Concluído
<i>Inovações institucionais e tecnológicas no setor sucroalcooleiro</i>	Concluído
<i>Avaliação da política de seguro rural no Brasil</i>	Concluído
<i>Panorama da agroindústria brasileira</i>	Em andamento

Textos para Discussão do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica</i>	Publicado

Comunicados do Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Biodiesel no Brasil: desafio das políticas públicas para a dinamização da produção</i>	Publicado

Notas Técnicas Ipea:

Título	Estágio atual
<i>A utilização do potencial agrícola dos municípios brasileiros</i>	Em andamento
<i>Agricultura, Pecuária e Agroindústria na Diretoria de Políticas e Estudos Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura - DISET/IPEA/PEA</i>	Publicado
<i>Perfil das exportações agropecuárias</i>	Publicado
<i>Desafios da política de registro de defensivos agrícolas</i>	Publicado

Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições:

Título	Estágio atual	Congresso/Periódico
<i>Financiamento do desenvolvimento brasileiro: principais desafios e potenciais contribuições do setor agrícola nacional</i>	Publicado	50º Congresso da SOBER, 2012
<i>Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica</i>	Publicado	TD Senado Federal
<i>Can Brazil feed the world? Not yet, but it has the potential!</i>	Publicado	GFAR (Global Forum on Agricultural Research)
<i>Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: mais oportunidades do que riscos</i>	Publicado	Revista de Política Agrícola
<i>Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura</i>	Publicado	Revista de Economia e Sociologia Rural
<i>Modelo agroexportador, política econômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de commodities</i>	Publicado	50º Congresso da SOBER, 2012
<i>Desenvolvimento Local e Agroenergia: uma interpretação das interações entre Estado e mercado na escala de microrregiões e municípios</i>	Publicado	50º Congresso da SOBER, 2012

Esta linha de pesquisa ainda proporcionou a participação em debates e oficinas e apresentação dos nossos trabalhos em uma dezena de eventos.

TRIBUTAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Nesta linha de pesquisa são estudadas questões tributárias que impactam os setores produtivos bem como alguns aspectos da gestão pública, a exemplo as compras governamentais. Estas pesquisas geraram os seguintes produtos:

Relatórios de pesquisa:

Título	Estágio atual
<i>Tributação na indústria naval no Brasil, Coreia do Sul e China</i>	Em andamento

Capítulos de livro:

Título	Estágio atual	Livro
<i>O Processo como Processo: uma breve reflexão sobre o éthos da gestão da Justiça brasileira</i>	No prelo	Gestão e Jurisdição (Ipea)

Notas Técnicas Ipea:

Título	Estágio atual
<i>Emprego na Indústria e Guerra Fiscal: comparação da experiência do Brasil com os EUA</i>	Em andamento

Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições:

Título	Estágio atual	Congresso/Periódico
<i>Associação ecológica entre características dos municípios e o risco de homicídios em homens adultos de 20-39 anos de idade no Brasil, 1999-2010</i>	Publicado	Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2012.

Esta linha de pesquisa ainda proporcionou assessorias a outros órgãos e entidades do governo, como o Comitê Técnico do 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

BOLETIM RADAR: TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR

A DISET produz o *Boletim Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, de frequência bimestral, onde são apresentados artigos relacionados à produção da diretoria. Parte dos artigos reflete resultados das pesquisas em andamento, em linguagem menos técnica, mais acessível ao grande público, que a utilizada em textos para discussão, artigos e capítulos de livros. Também são apresentados artigos com análises mais conjunturais da economia. A seguir são apresentados os resumos de cada edição publicada em 2012, com os títulos dos artigos em cada edição.

A 18ª edição do *Boletim Radar: tecnologia, produção e comércio exterior* reuniu seis artigos que analisam a infraestrutura de transportes no país e suas perspectivas. A prestação eficiente de serviços de infraestrutura condiciona significativamente a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo que melhora o bem-estar social. Dessa forma, os investimentos em infraestrutura de transportes contribuem para a elevação da competitividade sistêmica da economia e promovem efeitos multiplicadores e dinamizadores nos demais setores, induzindo outros investimentos. Ao divulgar pesquisas em andamento no Ipea, esta edição propôs-se a contribuir para o debate público da questão da infraestrutura de transportes e para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social para o país. Estes foram os artigos publicados nesta edição:

- Investimentos na infraestrutura econômica: avaliação do desempenho recente
- Transporte regional sustentável: alavancas para redução das suas emissões de CO₂
- Planejamento da infraestrutura brasileira: do planejado ao autorizado para os portos marítimos entre 2007 e 2011
- Modernização e simplificação regulatória no setor portuário
- Aeroportos no Brasil: investimentos e concessões
- Alternativas para a infraestrutura aeroportuária em São Paulo

A 19ª edição do Boletim reuniu um total de quatro artigos que discutem o uso do poder de compras governamentais, a modelagem de leilões aplicados à autorização de radiofrequências no Brasil e os potenciais custos e benefícios da adoção de redes elétricas inteligentes no país. Os três primeiros artigos tiveram como eixo comum a crescente importância do entendimento das licitações, em especial, no que diz respeito à interface entre seu uso como instrumento de política de desenvolvimento produtivo, sua atuação sobre a concorrência nos mercados em que são realizadas e sua operacionalidade para o órgão público. O quarto artigo retoma o debate sobre infraestrutura, dessa vez, com foco na geração e na transmissão de distribuição de energia elétrica. Estes são os artigos publicados nesta edição:

- O regime diferenciado de contratações públicas e a agenda perdida das compras públicas
- A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: notas sobre o comportamento da demanda e o perfil das firmas contratadas
- Reflexões sobre o modelo de autorização de radiofrequências no Brasil
- Redes Elétricas Inteligentes no Brasil: a necessidade de uma avaliação adequada de custos e benefícios

A vigésima edição reuniu cinco artigos que analisam aspectos relacionados à produção agropecuária no país e suas perspectivas. A agropecuária brasileira conta com alguns dos segmentos de maior eficiência e de maior volume de produção no plano global. Na safra 2010/2011, o valor da produção no Brasil superou R\$ 260 bilhões, apesar da queda apresentada na safra 2011/2012. Por um lado, considerando-se os segmentos colocados a jusante da cadeia produtiva agropecuária, o valor produzido no Brasil atingiu R\$ 917 bilhões em 2011, o equivalente a cerca de 22% do produto interno bruto. Somando-se os produtores familiares e empresariais, a agropecuária é também o setor que mais gera postos de trabalho no país, totalizando cerca de 15 milhões, aí incluídos os empregos e as ocupações dos próprios agricultores. Por outro lado, a agropecuária apresenta disparidades produtivas e desafios para os formuladores de políticas públicas, tais como o aumento do custo relativo de insumos, os distintos níveis de produtividade e as dificuldades de inserção dos produtos no mercado internacional.

Nesta edição do Radar, discutiram-se alguns destes desafios. Estes foram os artigos publicados nesta edição:

- Características, sistema de registros de produtos e concorrência no mercado de agrotóxicos no Brasil
- Amazônia: desenvolvimento agrícola com a criação de mercados
- Exportações agropecuárias: importância relativa e grupos de produtos
- Brecha produtiva internacional e heterogeneidade estrutural na agricultura brasileira
- Determinantes da cooperação em atividades de P&D das indústrias de alimentos e bebidas

Ao longo dos últimos anos tem havido um amplo debate sobre um eventual processo de desindustrialização da economia brasileira. O tema é controverso porque não há um conceito único e consagrado de desindustrialização. Além disso, nos casos em que os indicadores apontam a redução da participação da indústria no produto interno bruto (PIB), questiona-se se sua ocorrência não seria um fenômeno extensivo à maioria dos países não asiáticos. Apesar das controvérsias sobre a desindustrialização, é indiscutível que aspectos como a sobrevalorização cambial têm sido apontados como fatores que trazem dificuldades para o setor manufatureiro no Brasil. A 21ª edição do Radar reuniu cinco trabalhos que trazem algumas contribuições sobre este amplo e complexo debate. Estes foram os artigos publicados nesta edição:

- Desindustrialização em debate: aspectos teóricos e alguns fatos estilizados da economia brasileira
- Produtividade do trabalho e qualidade das ocupações: um breve olhar sobre a última década
- Desindustrialização e movimentos pela competitividade
- Possíveis impactos da transferência da contribuição patronal sobre folha salarial para o faturamento em setores selecionados pelo Plano Brasil Maior
- O complicado debate sobre desindustrialização

A regulação econômica é uma forma de engenharia social, pois tenta alterar decisões individuais – por meio de incentivos, divulgação de informação e desenhos de alternativas – e, com isso, o resultado da interação em sociedade. Os paradigmas de análise microeconômica têm contribuído para melhor compreender implicações e auxiliar a aprimorar o desenho de regras. Pode-se dizer que o aprimoramento da regulação depende do aperfeiçoamento do instrumental regulatório, dos arranjos de governança institucional e da base de evidências – dados empíricos – em que se apoiam tanto as decisões como as avaliações de resultados. A 22ª edição do Radar reuniu um conjunto de oito trabalhos sobre este tema complexo e relevante. Estes foram os artigos publicados nesta edição:

- Uma nota sobre o repasse de ganhos de produtividade em setores de infraestrutura no Brasil (Fator X)
- Desenho de leilões para os acordos de partilha na área do pré-sal: questões em aberto
- Litigância predatória no Brasil
- Uma radiografia das ocupações na indústria farmacêutica brasileira
- Variabilidade e volubilidade nas preferências de entes regulados: como caminhar para uma melhor regulação econômica?
- Análise da estrutura da demanda de energia elétrica residencial segundo os quantis de consumo

- Modelos de decisão judicial e políticas públicas
- Curvas de custos marginais de abatimento de gases de efeito estufa no Brasil: resenha e oportunidade de mitigação

A qualificação dos trabalhadores é um dos fatores mais frequentemente indicados pela literatura econômica como decisivo para incrementar a produtividade e a competitividade das empresas. Como se sabe, dispor de força de trabalho mais qualificada permite às empresas a redução dos custos de produção, a incorporação e o desenvolvimento de tecnologias mais modernas, a adoção de práticas ambientalmente responsáveis e a implementação de padrões mais eficientes de gestão. Essa constatação adquire maior pertinência neste momento do processo brasileiro de desenvolvimento.

As mudanças no cenário global, a superação de várias crises recentes, a abertura de novos horizontes de oportunidades, bem como os óbices que se precisa enfrentar, posicionam a sociedade brasileira ante desafios importantes: suprir esta sociedade de recursos humanos qualificados para aumentar a capacidade inovativa de seu sistema produtivo; tornar este sistema mais competitivo; e, em especial, consolidar a redução das desigualdades e da pobreza. A 23ª edição do Boletim coligiu resultados do último ciclo de produção do Projeto Mercado de Trabalho, Estrutura de Emprego e Educação.

Estes são os artigos publicados nesta edição:

- Breves notas sobre escassez de mão de obra, educação e produtividade do trabalho
- A Mensuração das Competências Cognitivas e Técnicas das Ocupações Brasileiras
- Uma Análise Setorial e Regional das Competências Laborais no Brasil
- Demanda por trabalho qualificado em design e engenharia nas oito maiores regiões metropolitanas do Brasil
- A identificação de empregos verdes, ou com potencial verde, sob as óticas ocupacional e setorial no Brasil
- Níveis e Estruturas de Emprego no Brasil: algumas pistas para uma agenda de pesquisas

SUMÁRIOS DOS RESULTADOS

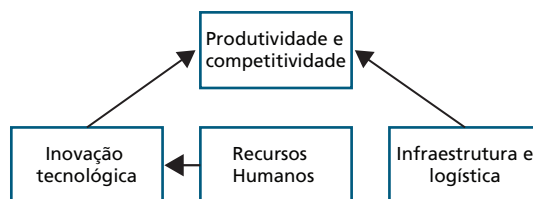
Sumarizando os resultados apresentados acima, o quadro abaixo apresenta a totalização de publicações da DISET em 2012.

Tipo de Publicação	Concluídos, Publicados ou em editoração	Em andamento
<i>Relatórios de Pesquisa</i>	34	10
<i>Livros</i>	5	1
<i>Capítulos de Livro</i>	6	0
<i>Textos para Discussão do Ipea</i>	15	7
<i>Comunicados do Ipea</i>	5	1
<i>Notas Técnicas Ipea</i>	8	4
<i>Artigos em congressos, periódicos externos e outras instituições</i>	22	
<i>Artigos do Boletim Radar</i>	34	

PERSPECTIVAS PARA 2013

O crescimento da produtividade da economia será o pano de fundo da atuação da diretoria. A DISET, por sua experiência acumulada ao longo dos últimos anos, reúne condições para elaborar estudos e análises sobre

o tema que subsidiem a formulação de políticas públicas voltadas para a elevação dos níveis de produtividade da economia brasileira. Os projetos devem ser definidos com base nos determinantes microeconômicos da produtividade. Dessa forma, aspectos como ciência, tecnologia e inovação (CT&I), infraestrutura, logística e recursos humanos perpassam todo o debate sobre ampliação da produtividade e da competitividade da economia brasileira.



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A DISET já tem um vasto conhecimento acumulado sobre esse tema derivado dos trabalhos realizados anteriormente pela Diretoria, especialmente em questões como:

- Determinantes microeconômicos da inovação: impacto de fatores como escala de produção e tamanho da empresa, setor de atividade, qualificação da mão de obra, financiamento, acesso às políticas de fomento à inovação, interação com instituições de pesquisa (oportunidades tecnológicas) etc sobre os indicadores de inovação da firma.
- Impactos microeconômicos da inovação: como a atividade inovativa afeta o desempenho econômico das empresas em termos de variáveis como produtividade, exportações, emprego, salário médio etc.
- Avaliação das políticas públicas de CT&I: quais os resultados e impactos das políticas públicas sobre o desempenho e sobre o esforço tecnológico das empresas. Nesse sentido, a diretoria já desenvolveu diversos trabalhos analisando os Fundos Setoriais, a subvenção, o crédito à inovação, os incentivos fiscais e os resultados dessas políticas.

Uma parte dos resultados obtidos pode ser atualizada a partir dos resultados da Pintec de 2008 (publicada em 2010) e, futuramente, da PINTEC de 2011, cujos resultados devem estar disponíveis no segundo semestre de 2013.

Entretanto, é preciso constituir uma agenda que traga avanços em relação ao que já foi produzido, em especial na avaliação das razões pelas quais a economia brasileira inova relativamente pouco, a despeito de todas as políticas que foram empreendidas no período recente e a despeito do crescimento econômico observado ao longo dos últimos anos. Fatores relevantes para explicar desempenho inovativo do país podem estar relacionados com: i) estrutura setorial concentrada em setores commoditizados; baixa escala de produção em alguns setores mais intensivos em tecnologia; iii) governança e participação estrangeira nas cadeias produtivas brasileiras; iv) infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica descolada das necessidades do setor produtivo.

RECURSOS HUMANOS

Os estudos sobre formação de mão de obra qualificada para o setor produtivo teve início, na diretoria, a partir do crescimento do debate público sobre a escassez de mão de obra em vários setores, especialmente de engenheiros.

Atualmente, esse talvez seja um dos principais fatores que concorrem para o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira. Nesse sentido, as linhas de pesquisa a serem desenvolvidas passam por: i) relação entre qualificação da mão de obra e desempenho das empresas; ii) prêmios salariais associados à qualificação; iii) escassez de oferta de mão de obra em setores e/ou áreas do conhecimento; iv) capacitações científicas brasileiras em áreas-chave para o desenvolvimento tecnológico do país; v) avaliação do programa Ciência sem Fronteiras; vi) mão de obra qualificada e inovação etc.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

As questões relativas à infraestrutura representam uma das prioridades do país no próximo período, a fim de ampliar sua competitividade e reduzir os custos associados ao transporte e a logística. A recente criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que será responsável pelo planejamento na área de transportes e logística do país e que, para tanto, realizará estudos e pesquisas nessa área é uma evidência da carência de informações e análises que possibilitem um adequado planejamento da infraestrutura de transportes no país.

O Ipea tem uma oportunidade muito grande de alavancar suas pesquisas na área de infraestrutura em parceria com a EPL, por meio da coleta, sistematização e modelagem de informações sobre os fluxos de transporte no país. Fundamental para tanto é a estimação de uma matriz origem destino atualizada para o Brasil, que será uma ferramenta fundamental para a realização de estudos e simulações que possam contribuir para o planejamento a ser conduzido pela EPL.

PROJETOS ESTRUTURANTES

Uma das grandes vantagens competitivas do Ipea decorre da possibilidade de reunir pessoas altamente qualificadas e com diferentes formações acadêmicas para o debate de temas comuns. Nesse sentido, a DISET procurará desenvolver projetos de pesquisa denominados “estruturantes” amplos e que possam contar com a contribuição da maior parte dos pesquisadores da diretoria. Dessa forma, além dos temas levantados anteriormente, alguns dos projetos planejados pela DISET para o próximo período são:

Produtividade no Brasil: desempenho recente, gargalos e políticas

O objetivo deste projeto é discutir a evolução recente da produtividade no país, por meio de vários indicadores tanto de produtividade do trabalho, quanto produtividade total dos fatores quanto indicadores específicos como índices de eficiência energética, por exemplo.

Além disso, o projeto procurará mapear os principais obstáculos ao crescimento da produtividade no país e a influência de fatores como inovação, formação de mão de obra qualificada e questões logísticas e de infraestrutura.

Mapeamento da Infraestrutura de Pesquisa em CT&I no país

O objetivo desse projeto é fazer um diagnóstico da infraestrutura disponível para pesquisa científica e tecnológica (perfil das instituições e dos laboratórios, número de usuários e de pesquisadores, atualização dos equipamentos etc.) a fim de subsidiar o planejamento do investimento público em infraestrutura de C&T (laboratórios e instituições de pesquisa). A base de dados resultante desse trabalho será inédita no país e possibilitará uma análise inovadora sobre o Sistema Nacional de Inovação.

Há um interesse grande do MCTI e do CNPq nesse projeto. Além disso, o Ipea poderá, com base nas informações levantadas, contribuir significativamente para o debate sobre novas alternativas para as políticas de CT&I no Brasil.

Estimação da matriz origem destino de cargas e veículos de passeio

A matriz origem destino explicita o número de viagens que, estima-se, sejam realizadas entre diferentes localidades do país e é uma ferramenta fundamental para as atividades de pesquisa e de planejamento da infraestrutura do país. Atualmente, o Brasil não possui uma matriz OD ampla e atualizada e essa é uma das dificuldades para a realização do planejamento da infraestrutura de transportes do país.

Assim, o objetivo desse projeto é estimar a matriz origem destino de cargas e de veículos rodoviários de passeio para o transporte regional no Brasil, com base em dados secundários e em pesquisa de campo a ser realizada pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) com assessoria do Ipea.

A elaboração de uma matriz OD envolve o levantamento e cruzamento de uma série de dados socioeco-

nômicos, que são ajustados e calibrados com pesquisas de campo, onde viajantes são entrevistados em locais pré-determinados para identificar diversos atributos de sua viagem, como origem, destino, motivo, tipo de carga, valor, modo(s) de transporte usados, etc. Este trabalho envolve conhecimento técnico específico em modelagem de transportes e também em economia e estatística.

Acompanhamento do Plano Brasil Maior

Realização de acompanhamento e monitoramento sistemático do Plano Brasil Maior a partir do desenvolvimento de três atividades: i) análise dos indicadores globais e setoriais da política industrial; ii) identificação da dinâmica estrutural e competitiva do setor produtivo; e iii) avaliação dos instrumentos de política industrial adotados no período recente.

Petrobras e o Sistema de Inovação no setor de Petróleo e Gás

Trata-se de continuação de um bem-sucedido projeto de pesquisa realizado com a Petrobras no período 2007-2012 que procurou analisar as potencialidades e os impactos do poder de compra da Petrobras sobre a economia brasileira. Para isso, foram mapeados os impactos das compras da empresa junto à sua cadeia de fornecimento, por um lado, e os impactos tecnológicos dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela empresa em parceria com instituições de pesquisa no Brasil.

A continuidade do projeto prevê o aprofundamento de algumas das questões e o debate de novos temas de interesse para a Petrobras e para o Ipea, quais sejam:

1. Efeitos das compras da Petrobras sobre o desempenho dos seus fornecedores após o pré-sal. O volume de compras realizado pela empresa, tanto no país quanto no exterior, aumentou significativamente no período recente. A questão a ser abordada nesse tópico diz respeito a forma como a ampliação no volume de compras contribuiu para modificar a estrutura da indústria para-petroleira no Brasil.
2. Políticas de Conteúdo Local. Uma das principais políticas públicas para o pré-sal está relacionada com requisitos mínimos de conteúdo local para as compras das concessionárias do setor de óleo e gás. Os temas de pesquisa abordados nesse tópico são: comparações internacionais com políticas de conteúdo local em outros países, impactos e limitações dessa política no Brasil.
3. Sistema setorial de inovação no Setor de Petróleo. Trata-se da realização de um diagnóstico sobre as potencialidades e gargalos da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica brasileira para o setor.
4. Prospecção de Tecnologias-chave para o setor de petróleo e gás, a partir de entrevistas com pesquisadores e empresas no Brasil e no exterior.
5. Avaliação dos resultados dos projetos de pesquisa realizados pela Petrobras para a própria empresa e para os seus fornecedores, por meio da realização de entrevistas junto às diferentes áreas da própria Petrobras e junto à cadeia para-petroleira.

**Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
(DISOC)**

INTRODUÇÃO: A DISOC TAL COMO PLANEJADA EM 2012

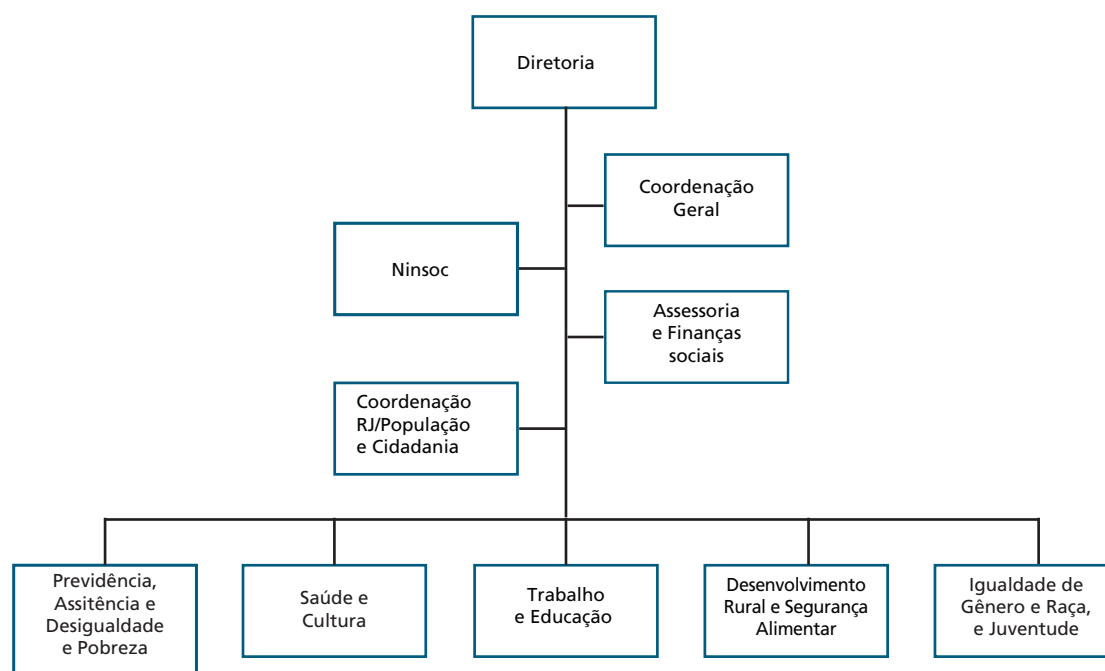
A missão do Ipea, definida no último Planejamento Estratégico, é “produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”. Neste mesmo planejamento ficou definido que a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) seria responsável pela condução do seguinte eixo estratégico do desenvolvimento: Proteção Social e Geração de Oportunidades.

Para efeito da implementação de suas responsabilidades, a Disoc adotou um conceito organizador da política social como sendo o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, com objetivo de efetuar a *proteção e a promoção social* em resposta aos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos, que dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população.

Essa definição conceitual se reflete na própria estrutura organizacional da Disoc, como pode ser constatado na Figura 2, a seguir. A diretoria tem em seu vértice superior o Gabinete do diretor que é composto por: diretor (DAS 101.5), coordenador-geral (DAS 101.4) e uma chefia de divisão (DAS 101.2) que se constitui numa Assessoria e, também no grupo de análise das Finanças Sociais. Numa segunda linha, está a Coordenação de Informações Sociais (NINSOC) e a Coordenação de População e Cidadania, a qual assume também funções administrativas no Rio de Janeiro. Por fim, há 5 coordenações temáticas (também DAS 101.3), conforme o organograma abaixo: Previdência, Assistência e Desigualdade e Pobreza; Saúde e Cultura; Trabalho e Educação; Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; e Igualdade de Gênero e de Raça e Juventude.

FIGURA 1

Estrutura organizacional da Disoc – 2012



A competência da diretoria, definida no Estatuto do Ipea, é a “promoção e realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas às condições sociais e econômicas da população brasileira e ao acompanhamento e análise das políticas sociais, por meio de estudos sobre o funcionamento do mercado de trabalho, da estrutura demográfica da população e sobre a provisão de serviços sociais básicos”. (Decreto Nº 7.142/2010, Anexo I, Art. 13).

Para tanto, a diretoria desenvolve atividades de pesquisa, disseminação e assessoramento ao governo federal nas áreas de políticas sociais: proteção social (assistência social, previdência social e saúde), geração de oportunidades (trabalho, educação, desenvolvimento rural, cultura) e transversalidade (igualdade racial e de gênero, juventude e idosos). Além disso, há vários anos têm sido mantidos grupos e coordenações realizando trabalhos nos temas de desigualdade e pobreza, população e cidadania, finanças sociais, responsabilidade social, migração e segurança alimentar.

As três principais linhas de atividade das intercoordenações da DISOC são: (i) acompanhamento e monitoramento das políticas sociais; (ii) análise da situação social; e (iii) assessoramento ao governo e avaliação de programas.

A primeira linha aborda o acompanhamento das políticas públicas sociais federais e principais fatos relevantes em cada setor, entre outros trabalhos realizados pelas coordenações, com destaque para a elaboração do periódico *Políticas sociais: Acompanhamento e Análise* (BPS). A cada edição, são analisadas nove áreas temáticas da política social, no que se refere aos fatos relevantes e às políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal, no período de referência. Eventualmente, os capítulos incorporam também a análise de algum tema em destaque ou uma seção de desafios, seguindo deliberação do seu conselho editorial. O objetivo é construir um quadro completo e periódico de informações e análises sobre as principais áreas da política social, contemplando sua conjuntura, sua evolução institucional e a implementação dos principais programas e ações governamentais.

O periódico é resultado de uma atividade contínua da DISOC de diagnosticar problemas, acompanhar e avaliar os efeitos das políticas sociais federais, contribuindo para suprir a carência de análises sistemáticas e periódicas sobre a conjuntura dessas políticas. Atualmente, sua periodicidade é anual e os capítulos que o compõem são: Previdência Social; Assistência Social; Saúde; Educação; Cultura; Trabalho e Renda; Desenvolvimento Rural; Igualdade Racial; e Igualdade de Gênero. A publicação é coordenada por um conselho editorial e conta, a cada edição, com a colaboração de algumas dezenas de técnicos, que se envolvem na elaboração dos capítulos.

Além do esforço de acompanhamento e análise das políticas desenvolvidas, a produção do BPS exige um trabalho intensivo dos membros do conselho editorial e um trabalho coletivo de reflexão nas coordenações e entre as coordenações, com a realização de seminários de discussão e troca de ideias e informações. No segundo semestre de 2012, foi elaborado o BPS de número 21, que contemplou um tema comum a todos os capítulos: a análise de cada área da política sob o enfoque territorial, além do acompanhamento regular dos programas e ações e da análise de fatos relevantes ocorridos durante o ano de 2011.

Na segunda linha de atividades da DISOC, a análise da situação social, destacam-se as publicações dos periódicos *Situação Social: condições de vida* e *Situação Social nos estados*. O primeiro tem por objetivo fornecer um panorama sobre a realidade social da população brasileira e suas interfaces com as políticas públicas. Aborda temas componentes do quadro social brasileiro (demografia, educação, trabalho, desigualdade e pobreza, habitação e saneamento, desigualdades de gênero e raça) em perspectiva temporal. Com isso, torna-se possível apreender o perfil de evolução das questões tratadas e dos resultados das políticas públicas que lhes são relacionadas. Por vezes, são feitos alguns recortes analíticos, os quais destacam certos grupos populacionais ou situações específicas, que merecem atenção distinta. Os estudos baseiam-se nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No assessoramento ao governo e avaliação de programas, a diretoria atua na realização de Acordos de Cooperação Técnica com vários órgãos, os quais formalizam e publicizam a cooperação desenvolvida e são o passo inicial no estabelecimento de estudos e pesquisas (ver anexo). Parte destes acordos já se consolidou em estudos e pesquisas presentes no Plano de Trabalho_ e será detalhada abaixo, por Coordenação: Secretaria Geral da Presidência da República (SG), Ministério da Cultura (Minc), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sociedade Brasileira de Sociologia/China Youth and Children Research Center/China Youth and Children Research Associations, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, destacam-me também as atuais negociações para assinatura de acordo e desenvolvimento de estudos com o Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Educação.

Na assessoria, há também a participação em Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho, tais como no Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além do Comitê de Acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria.

Para exercer essas atividades, a DISOC contava, em 31 de dezembro de 2012, com a seguinte distribuição de recursos humanos:

- 33 técnicos de Planejamento e Pesquisa;
- 03 técnicos de Desenvolvimento e Administração;
- 05 servidores da área administrativa;
- 08 gestores de política pública/ analista de Planejamento e Orçamento;
- 82 bolsistas;
- 06 auxiliares terceirizados;
- 05 técnicos de Planejamento e Pesquisa (afastados).

Cabe destacar que, dos 82 bolsistas contratados pela DISOC, 51 exercem atividades vinculadas a Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com dois entes nacionais e um internacional, dos quais 43 estão vinculados ao ACT firmado com o Incra, para o desenvolvimento da “II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária”, cujos primeiros resultados serão apresentados no ano de 2013.

Desta forma, foram realizados diversos estudos e pesquisas e demais atividades, conforme detalhado no quadro abaixo:

1	Efetuação de 90 pesquisas sobre os diversos aspectos da vida econômica/social brasileira.
2	Participação em 11 conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental.
3	Estabelecimento de 03 novas relações de cooperação técnica nacional e/ou internacional em temas relacionados ao desenvolvimento.
4	Implementação de 05 ações para o fortalecimento institucional do Ipea.
5	Organização de 47 eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional com a participação de atores sociais.
6	Publicação de 1 livro sobre as temáticas do desenvolvimento brasileiro e formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.
7	Publicação de 15 Textos para Discussão do Ipea.
8	Publicação de 17 Notas Técnicas e Comunicados do Ipea.
9	Publicação de 1 edição do Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise e 4 edições do Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise.

Além da realização dos produtos e atividades acima descritos e constantes do Plano de Trabalho de 2012, foram desenvolvidos outros estudos, pesquisas e atividades inerentes ao escopo de atuação da DISOC, conforme quadro a seguir:

TÍTULO	COORDENADOR	RESULTADO DA AÇÃO
O Impacto do Consumo Intermediário na Agricultura - Uma análise comparativa entre agricultura familiar e não familiar – Brasil e regiões Nordeste e Sul	Brancolina Ferreira	Relatório
Caracterização do Público Potencial do PRONAF “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006	Brancolina Ferreira	Relatório
Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no Sul e no Nordeste do Brasil. Um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006	Brancolina Ferreira	Relatório
Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste - uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006	Brancolina Ferreira	Relatório

As Implicações Sociais e Econômicas das Alterações no Padrão de Produção Agrícola no Brasil: Produção de Biocombustíveis, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	Brancolina Ferreira	Relatório
A Produção para Autoconsumo no Brasil : uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006	Brancolina Ferreira	Relatório
O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006	Brancolina Ferreira	Relatório
Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde	Tatiana Dias Silva	Relatório
Panorama Prospectivo das Demências no Brasil: um enfoque demográfico	Ana Amélia Camarano	Artigo - <i>Revista Ciência & Saúde Coletiva Plano</i>
Prêmio Tesouro Nacional	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Monografia premiada no XVII Prêmio Tesouro Nacional – 2012
Prêmio Tesouro Nacional	Marcelo Medeiros Coelho de Souza	Monografia premiada no XVII Prêmio Tesouro Nacional – 2012
Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda, 2002-2009	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Relatório
Diferencial salarial público-privado e desigualdade dos rendimentos do trabalho no Brasil	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Relatório
Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda no mercado de trabalho: uma análise da década de 2000	Pedro H. G. Ferreira de Souza	TD
A desigualdade regional explica a desigualdade de renda brasileira?	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Relatório
Institutional determinants of inequality in Brazil	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Relatório
A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Comunicado
Universal benefit for children in BR	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Relatório
Poverty inner and social policies in Brazil 1995-2009 (IPC WP 87 2012)	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Relatório
Privatization and Renationalization: what went wrong in Bolivia's water sector?	Rafael Guerreiro Osório e outros	Artigo para livro, revista ou boletim
The persistence of black-white income differentials in Brazil	Rafael Guerreiro Osório	Artigo para livro, revista ou boletim
Contas Nacionais nº 37 - Contas satélite de saúde - Brasil 2007-2009	Luciana Mendes Santos Servo - membro titular	Livro
VI Jornada Nacional de Economia da Saúde - 17 e 19 de outubro	Luciana Mendes Santos Servo - membro titular	Seminários, workshops, etc.
Financiamento do Sistema Único de Saúde: trajetória recente e cenários para o futuro	Luciana Mendes Santos Servo - membro titular	Número Especial <i>Desenvolvimento e saúde</i>
For a health reform model, try Brazil. Seminar looks at how nation set goals, improved care for children, women	Luciana Mendes Santos Servo - membro titular	Artigo publicado na <i>Harvard Science, Health & Medicine</i>
IMF/WORLD Bank Annual Meetings Side Event: roundtable on opportunities and challenges for universal health coverage	Luciana Mendes Santos Servo - membro titular	Seminários, workshops, etc.
Diretrizes para prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro	Luciana Mendes Santos Servo - membro titular	Relatório: <i>A Saúde no Brasil em 2030</i>
Differences in nutritional outcomes between Brazilian white and black children	Maurício Cortez Reis	Artigo publicado em: <i>Economics and Human Biology</i>
Food insecurity and the relationship between household income and children's health and nutrition in Brazil	Maurício Cortez Reis	Artigo publicado em: <i>Health Economics</i> - 21

Impacto do Plano Simplificado de Previdência Social sobre as contribuições voluntárias ao sistema de previdência	Miguel Nathan Foguel	Artigo para livro, revista ou boletim
Avaliação econômica de programas sociais	Miguel Nathan Foguel	Relatório
Economic Expansion and Increase in Labour Market Formality: a poaching approach	Miguel Nathan Foguel	Artigo para livro, revista ou boletim
Demanda da Presidência do Ipea – Estudo sobre a desoneração da cesta básica	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa	Notas técnicas, notas metodológicas, comunicados
Definição e desoneração da cesta básica nacional	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa	Relatório
Convite reunião 1ª CTN	Alexandre Marinho	Seminários, Workshops, Apresentações, Cursos
Measuring efficiency in the health care sector in Brazil: an overview	Alexandre Marinho	Seminários, Workshops, Apresentações, Cursos
Evaluating long-term efficiency of organ transplantation activity in Brazil.	Alexandre Marinho	Seminários, Workshops, Apresentações, Cursos
Estimating efficiency frontiers and country rankings: a comparative analysis of Health Care Systems	Alexandre Marinho	Seminários, Workshops, Apresentações, Cursos
Avaliação comparativa de sistemas de saúde com a utilização de fronteiras estocásticas: Brasil e OCDE. Vol. 66 (1): 3-19, 2012. Revista Brasileira de Economia.	Alexandre Marinho	Artigos Completos Publicados em Periódicos
Desigualdades de transplantes de órgãos por sexo e raça no Brasil. Revista de Direito Sanitário. Vol. 13(1): 38-53, 2012.	Alexandre Marinho	Artigos Completos Publicados em Periódicos
Saúde. Brasil em Números. N. 20. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, 2012.	Alexandre Marinho	Capítulos de Livros
Avaliação de eficiência em sistemas de saúde: Brasil, América Latina, Caribe e OCDE.	Alexandre Marinho	TD Ipea, 1784
Estimating efficiency frontiers and country rankings: a comparative analysis of health care systems. 10th International Conference on Data Envelopment Analysis, Natal, Brasil, 2012	Alexandre Marinho	Trabalhos Apresentados e Publicados em Anais de Eventos
Evaluating long-term efficiency of organ transplantation activity in Brazil. 10th	Alexandre Marinho	Trabalhos Apresentados e Publicados em Anais de Eventos:
International Conference on Data Envelopment Analysis, Natal, Brasil, 2012	Alexandre Marinho	Trabalhos Apresentados e Publicados em Anais de Eventos:
Membro da Câmara Técnica Nacional de Ética e Pesquisa em Transplantes. 1ª Reunião Anual das Câmaras Técnicas Nacionais, realizada nos dias 13 e 14/09/2012	Alexandre Marinho	Participação em Comissões
Avaliação comparativa de sistemas de saúde com a utilização de fronteiras estocásticas: Brasil e OCDE	Alexandre Marinho	Participação em Comissões
Desigualdades por sexo e por raça e o direito aos transplantes de órgãos no Brasil	Alexandre Marinho	Participação em Comissões
Direito ao trabalho e inclusão produtiva	André Gambier	Livro: <i>Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas</i> , publicado pela Câmara dos Deputados

Evolução da ocupação no sistema de segurança no Brasil	André Gambier	Notas técnicas, notas metodológicas, comunicados
Trabalho e tempo livre	André Gambier	TD 1767

A PERSPECTIVA DA DISOC PARA 2013

Para 2013, a DISOC projeta uma adaptação na sua maneira de atuar sem grandes rupturas. Entre as mudanças almejadas, destacamos incentivar uma maior autonomia para as coordenações e um acompanhamento mais sistemático das ações previstas no plano de trabalho. Dentro dessa perspectiva e objetivando o fortalecimento desta diretoria desmembramos a coordenação de Trabalho e Educação em duas coordenações: Trabalho e Emprego; e Educação. Reiteramos, entretanto, alguns princípios já vingentes na DISOC, quais sejam:

Assessoria técnica e estudos analíticos

A primeira delas é combinar assessoria técnica de alto nível ao governo com estudos analíticos de forma integrada. Ou seja, ao responder às demandas do governo os técnicos da DISOC percebem quais temas necessitam ser aprofundados em estudos analíticos de fôlego. Ou de forma mais proativa, alguns estudos analíticos produzidos na Disoc mostram ao governo elementos úteis para a política pública que não estavam em evidência.

Temas tradicionais e áreas verdes

Em termos de áreas de atuação, o plano de trabalho de 2013 da Disoc procura por um lado cobrir o “núcleo duro” das políticas sociais: educação, saúde, trabalho, previdência/assistência. Por outro lado, também procuramos contribuir em áreas mais carentes de análises tais como migração internacional, violência contra a mulher e situação dos deficientes no Brasil.

BPS como elemento estruturante

Mais do que uma publicação que acompanha as políticas públicas da área social, o Boletim de Políticas Sociais (BPS) funciona como um elemento agregador e um fórum para discussões, bem como um espaço para potencializar sinergias entre os técnicos da diretoria.

Cooperação entre áreas em outros produtos

Além do BPS, estão previstos outros produtos em que se pretende contar com a colaboração de técnicos de diferentes coordenações. Um desses projetos já em andamento é o de definição da cesta básica, que pretende agregar técnicos com expertise no processamento e análise dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Há também projetos que combinam demografia com previdência, mercado de trabalho e educação, saúde e mercado de trabalho; e, por fim, uma combinação de mercado de trabalho e distribuição de renda, uma tarefa de tradição na Disoc.

ANEXO

ANEXO A

Relação dos Acordos de Cooperação Técnica

Parceiros	Objetivo	Término
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Visa à realização de atividades voltadas a promover e discutir estudos, eventos e pesquisas de interesse mútuo a respeito das micro, pequenas e médias empresas, dos setores de comércio e serviços, e do artesanato brasileiro.	20/07/2013
FBB - Fundação Banco do Brasil	Alocação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do Projeto de nr. 8.313, intitulado <i>Atividades produtivas urbanas: Desafios da Sustentabilidade</i> , no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania da Fundação.	19/09/2013
MINC - Ministério da Cultura	Visa à implementação de parcerias conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às Políticas Públicas de Cultura.	04/11/2015
MINC - REDESENHO	A descentralização de recursos orçamentários para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea visou à realização de estudos que subsidiem o redesenho do Programa Cultura Viva, considerando a política de continuidade e de aprofundamento, partindo dos macros temas orientadores da nova gestão.	12/12/2013
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	O acidente de trabalho configura num importante problema tanto da perspectiva econômica quanto social. Onera os agentes públicos e as empresas, além de representar uma redução de bem-estar para os trabalhadores e suas famílias.	22/12/2013
MPS - Ministério da Previdência Social	Estabelecer condições para a realização de estudos e pesquisas previdenciários de interesse dos partícipes.	24/09/2012
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social	A parceria visa à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas de desenvolvimento social e combate à fome.	16/09/2015
CASA CIVIL/BA	Formalizar a intenção dos partícipes em possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas de produção, articulação e disseminação de conhecimento voltado para a superação da pobreza e das desigualdades, bem como para a melhoria da gestão de políticas públicas no Estado da Bahia.	04/11/2015
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Tem por objetivo o estabelecimento de parceria entre a UFMG e o Ipea visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao Programa Bolsa Família e outras políticas sociais no Brasil.	14/12/2013
INCRA/SP - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/São Paulo	Conjugar os esforços dos partícipes para realização de estudos, pesquisas, eventos e intercâmbio de informações, visando fornecer diagnósticos e propostas de políticas públicas no sentido de definir diretrizes e ações no âmbito fundiário e agrário no Estado de São Paulo.	30/11/2013
UFU/MG - Universidade Federal de Uberlândia / Minas Gerais	Pesquisa intitulada <i>Implicações econômicas e sociais dos bicombustíveis: mudança no uso da terra e impactos sobre a produção de alimentos e segurança alimentar</i> .	17/12/2014

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Tem como objetivo a conjunção de esforços entre os partícipes para a implementação de ações que assegurem a realização de estudos, pesquisas, eventos, intercâmbio de informações, diagnóstico e análise nas áreas de interesse comum, com vistas ao aperfeiçoamento dos programas e ações de reforma agrária e ordenamento fundiário nacional em benefício do público da reforma agrária, da regularização fundiária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.	22/11/2013
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o Ipea e a CONTAG, com vistas à realização de estudos e pesquisas que permitam ampliar e aprofundar os conhecimentos relativos às condições sociais da população rural.	09/12/2012
SPU - Secretaria do Patrimônio da União	Conjugar esforços dos partícipes para a realização de estudos, pesquisas, eventos, publicações, intercâmbio de informações e de técnicos dos respectivos órgãos, visando fornecer diagnósticos, aperfeiçoamento e propostas de políticas públicas.	25/06/2015
RFB - Receita Federal do Brasil	A conjugação de esforços dos partícipes para o estabelecimento de condições que possibilitem a realização de estudos, pesquisas, eventos, intercâmbio de informações cadastrais e econômico-fiscais agregadas ou desagregadas não abrangidas por sigilo fiscal e de experiências e técnicas entre os servidores dos respectivos órgãos, quando devidamente acordado em cada caso concreto pelas respectivas instituições, para troca de experiências e nivelamento das questões relativas às áreas de interesse comum.	INDETERMINADO
SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres	Formalizar a intenção dos partícipes em possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas de produção, articulação e disseminação de conhecimento sobre a situação das mulheres brasileiras; as relações de gênero no Brasil; o impacto do papel do Estado, por meio das suas políticas sociais, na transformação e/ou reprodução das convenções sociais de gênero; e sobre as políticas para as mulheres e/ou de gênero.	20/06/2014
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		31/12/2013
IPP - Instituto de Urbanismo Pereira Passos	O estabelecimento de parceria entre o Ipea e o IPP visa à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente na análise de condições de vida e políticas públicas federais, estaduais e municipais.	30/05/2014

**Diretoria de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais
(DINTE)**

AGENDA DE TRABALHO

Durante o ano de 2012, a agenda de trabalho da DINTE concentrou-se na elaboração e difusão de estudos e pesquisas vinculados aos seguintes eixos temáticos: (i) Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, (ii) Defesa e Segurança Internacional, (iv) Integração Regional da América do Sul, (v) Políticas e Instituições de Propriedade Intelectual, (vi) Comércio Internacional, Política Comercial e Câmbio; (vii) Integração Produtiva e Cadeias Globais de Valor; (viii) Investimento Estrangeiro Direto e Empresas Transnacionais, e (iv) Arquitetura Financeira e Monetária Internacional. Esses eixos de pesquisa geraram, como produtos do trabalho da diretoria, uma ampla lista de publicações com foco no relacionamento político e econômico do Brasil com o resto do mundo. Entre os resultados de 2012, destacam-se a elaboração de oito livros, 31 Textos para Discussão (TDs), quatro edições do *Boletim de Economia e Política Internacional* e duas da *Revista Tempo no Mundo*, além de dezenas de outros produtos – como artigos, relatórios – e da organização e participação em eventos nacionais e internacionais.

A DINTE, em representação do Ipea, cumpre também missão de pesquisa na Venezuela, no âmbito do projeto “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional”. Tal missão tem como objetivo promover a cooperação internacional com foco no estreitamento das relações entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros, voltada à realização de estudos que visam a contribuir para o desenvolvimento dos países envolvidos e a melhoria das condições socioeconômicas de suas populações.

No que diz respeito às atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento, foram efetivados oito acordos com instituições internacionais. Destacam-se a realização de pesquisas, o intercâmbio de missões para visitas técnicas, execução de seminários e edição de publicações conjuntas com vistas ao desenvolvimento das partes envolvidas. O Ipea ampliou as relações interinstitucionais em 2012, em particular com países dos BRICS, por meio de acordos conjuntos assinados com instituições da China, Índia, Rússia e África do Sul. Além disso, iniciaram-se as negociações para assinatura de novos acordos com a República Dominicana e com organismos internacionais como a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a Agência da ONU para Refugiados e a Secretaria do Mercosul.

O quadro abaixo resume os principais produtos do trabalho da DINTE, durante o exercício de 2012.

QUADRO 1

DINTE: principais produtos do programa de trabalho 2012

Produto	Total
Livros	8
TDs	31
Notas Técnicas	5
Publicações Periódicas	8
Artigos e capítulos	44
Relatórios	14
Eventos	30
Acordos de Cooperação Técnica	8
Capacitação	4

ESTRUTURA FUNCIONAL

Para a realização de sua agenda de atividades, a DINTE contou com uma força de trabalho presencial de 29 funcionários, entre pesquisadores da carreira de Planejamento e Pesquisa, pessoal corporativo (nível superior e técnico) e estagiários. Ademais, contou com a colaboração de 75 pesquisadores bolsistas, contratados no âmbito dos Programas de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento (PROMOB), os quais cumpriram papel importante na viabilização do programa de trabalho. O quadro a seguir apresenta em detalhe a estrutura de pessoal que exerceu atividades na DINTE em 2012.

QUADRO 2

DINTE: Estrutura Funcional em 2012

Tipo	Total
Técnicos de Planejamento e Pesquisa	16
Servidores Administrativos	2
Funcionários Terceirizados	8
Estagiários	3
Bolsistas	75
Total	104

PRODUTOS DESENVOLVIDOS

Tendo como base a terminologia utilizada quando da elaboração do Plano de Trabalho, apresentam-se a seguir os principais produtos da DINTE durante o exercício de 2012:

LIVROS

- *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: Ipea, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no prelo.
- *Internationalization of companies: selected international experience*. Luciana Acioly, Luis Afonso Fernandes Lima e Elton Ribeiro (Organizadores). Brasília: Ipea, 2012. (versão em língua inglesa de livro lançado em 2011).
- O livro apresenta as experiências comparadas de sete países que têm desempenhado importantes papéis nessas transformações: África do Sul, China, Coreia do Sul, Espanha, Malásia e Rússia. Procura-se analisar os perfis desses investimentos e as principais diretrizes de políticas públicas que têm dado suporte a esse novo movimento de internacionalização, colocando em outro patamar as estratégias das empresas destes países.
- *O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. André Gustavo de Miranda Pineli Alves (Organizador). Brasília, Ipea, 2012.

O livro avalia o projeto da Rússia de recuperar seu status no sistema geopolítico internacional. Contém capítulos sobre as relações da Rússia com os Estados Unidos, a União Europeia e a China, sobre a questão da democracia na Rússia, sobre os problemas relacionados à dependência econômica da produção e exportação de petróleo e gás (doença holandesa) e sobre a capacidade de inovação da economia russa.

- *Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Ivan Tiago Machado Oliveira e Vera Thorstensen (Organizadores). Brasília: Ipea, 2012.
- O objetivo deste livro é realizar uma análise comparada das políticas comerciais de cada integrante do BRICS, tendo a Organização Mundial de Comércio (OMC) como quadro de referência. Assim, busca-se examinar a inserção de cada um deles no comércio internacional, bem como sua participação no regime multilateral de comércio.
- *Padrões de financiamento das corporações no Brasil: perspectivas do desenvolvimento*. Edison Bendito da Silva Filho e Marcos Cintra (Organizadores). Brasília: Ipea, no prelo.
- O livro traça um panorama sobre os aspectos econômicos e financeiros das estratégias de inserção internacional das empresas brasileiras, com ênfase no monitoramento dos impactos dos instrumentos financeiros de crédito e securitização de ativos e passivos dessas corporações.
- *Perspectivas para la Integración de América Latina*, , Rodrigo Alves Teixeira; Walter Antonio Desidera Neto. Brasília: Ipea, 2012.

- Entre os diversos temas tratados no livro, destacam-se: a integração das cadeias produtivas; a integração da infraestrutura física de transportes, de energia e de comunicações, a nova arquitetura financeira regional e as assimetrias estruturais da região.
- *Defesa Nacional para o Século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. Edison Silva Filho; Rodrigo Fracalossi de Moraes. Ipea, 2012.
- Este livro teve dois objetivos: i) oferecer ao leitor um panorama da segurança internacional contemporânea e de impactos que algumas mudanças recentes nas suas principais dinâmicas têm trazido – ou podem vir a trazer – para a defesa nacional brasileira; e ii) discutir as estratégias de defesa e segurança decorrentes das mudanças na tecnologia e na segurança internacional em período recente.
- *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação*. Kai Michael Kenkel; Rodrigo Fracalossi de Moraes, 2012.

O livro busca contribuir para o debate sobre o papel das operações de paz no trabalho do Brasil em alcançar posição mais relevante nas mesas de poder no mundo. Seu objetivo foi reunir pesquisas ao longo de dois eixos: i) aspectos conceituais e empíricos das operações de paz, permitindo orientar o pensamento sobre o papel do Brasil nessas missões e o delas no projeto nacional brasileiro; e ii) perspectivas domésticas e experiências internacionais para apontar como se tirar plena vantagem da contribuição destas operações à imagem do país no mundo.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO (TDS)

- *Dois países andinos no Mercosul?*, Renato Baumann. Texto para Discussão, n.1716. Brasília, Ipea, 2012
- *A Política Comercial dos BRICS com seu entorno e efeitos para o Brasil*. Renato Baumann e Rubem Ceratti. Texto para Discussão, n.1745. Brasília, Ipea, 2012
- *Política Comercial e Política Externa no Brasil: Uma análise da estratégia comercial Brasileira (1995-2010)*. Ivan Tiago Machado Oliveira. Texto para Discussão, n. 1765. Brasília, Ipea, 2012.
- *BRICS: Novos competidores no comércio internacional de serviços?* Ivan Tiago Machado Oliveira. Texto para Discussão, Brasília, Ipea, no prelo.
- *O Regionalismo no século XXI: Comércio, Regulação e Política*. Ivan Tiago Machado Oliveira. Texto para Discussão, n. 1709. Brasília, Ipea, 2012.
- *A influência da taxa de câmbio sobre o desempenho comercial: teoria*. Flávio Carneiro. Texto para Discussão, Brasília, Ipea, no prelo.
- *A influência da taxa de câmbio sobre o desempenho comercial: aspectos metodológicos*. Flávio Carneiro. Texto para Discussão, Brasília, Ipea, no prelo.
- *O grau de sofisticação relativa das exportações brasileiras 1996-2007*. Guida Piani, Honório Kume e Pedro Miranda. Texto para Discussão no. 1792. Brasília, Ipea, 2012
- *Exportações e processos inovativos: um estudo para América Latina e Europa do Leste*. Marcelo José Braga Nonnenberg e Ana Paula Avellar. Texto para Discussão. Brasília, Ipea, no prelo.
- *Integração produtiva, fragmentação da produção e evolução do comércio internacional: como evoluíram os países da Ásia e América Latina?* Marcelo José Braga Nonnenberg e Ana Paula Avellar. Texto para Discussão, Brasília, Ipea, no prelo.
- *Cooperação Brasileira Para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI): O Brasil e os fundos multilaterais de desenvolvimento*. Manuel Jose Forero Gonzalez e Ricardo Mendes Pereira. Texto para Discussão, n. 1719. Brasília, Ipea, 2012.
- *Padrão de financiamento e exposição cambial das empresas brasileiras a partir da crise de 2008*. Edison Benedito da Silva Filho. Texto para Discussão, n.1783. Brasília, Ipea, 2012.
- *Compromissos assumidos por grandes e médias economias em acordos preferenciais de comércio: o contraponto entre União Europeia e Estados Unidos e China e Índia*. Michelle R. S. Badin. Texto para Discussão, n.1700. Brasília, Ipea, 2012.

- *Desafios da acessão da Rússia à OMC.* Vera Thorstensen, Carolina Müller e Daniel Ramos. Texto para Discussão, n.1776. Brasília, Ipea, 2012.
- *O uso de medidas antidumping no Brasil, na Índia e na China: Características de regulação e de participação do setor privado.* Daniel Castelan. Texto para Discussão, n.1756. Brasília, Ipea, 2012.
- *Sobreapreciações cambiais e composição de comércio exterior nos países emergentes.* Nelson Marconi e Marcos Rocha. Texto para Discussão, n.1766. Brasília, Ipea, 2012.
- *O mistério da taxa de câmbio real Chinesa: algumas razões que podem explicar a diversidade dos resultados.* Emerson Marçal. Texto para Discussão, n.1769. Brasília, Ipea, 2012.
- *Insumos importados e evolução do setor manufatureiro no Brasil.* Nelson Marconi e Marcos Rocha. Texto para Discussão, n.1780. Brasília, Ipea, 2012.
- *Os BRICS sob a ótica da teoria dos acordos regionais de comércio.* Lucas Ferraz. Texto para Discussão, n.1789. Brasília, Ipea, 2012.
- *Propriedade Intelectual, serviços e investimentos: panorama de regulação em acordos regionais de comércio celebrados por União Européia, Estados Unidos, China e Índia.* João Roriz e Lucas da Silva Taschetto. Texto para Discussão, n.1801. Brasília, Ipea, 2012
- *Medidas de defesa comercial e regras de origem: panorama de regulação em acordos regionais de comércio celebrados por União Européia, Estados Unidos, China e Índia.* Marina de Carvalho e Luciana Silveira. Texto para Discussão. Brasília, Ipea, no prelo
- *Acordos bilaterais de comércio entre os BRICS: uma abordagem de equilíbrio geral.* Lucas Ferraz. Texto para Discussão Brasília, Ipea, no prelo
- *A regulação de “novos temas” em acordos preferenciais de comércio celebrados por União Europeia, Estados Unidos, China e Índia: pontos relevantes para o Brasil.* Michelle R. S. Badin. Texto para Discussão, n.1773. Brasília, Ipea, 2012.
- *A Recuperação do Desenvolvimentismo no Regionalismo Latino-Americano.* Rodrigo Alves Teixeira, Walter Desidera Neto, Texto para Discussão n. 1790, Brasília, Ipea/IPEA, 2012.
- *Base Industrial de Defesa Brasileira.* José Carlos Albano do Amarante. Texto para Discussão, n. 1758, Brasília, Ipea, 2012.
- *Dos “dividendos da paz” à Guerra Contra o Terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria -1991-2009.* Edison Benedito da Silva Filho; Rodrigo Fracalossi de Moraes. Texto para Discussão n. 1754, Brasília, Ipea, 2012.
- *Tecnologia militar e desenvolvimento econômico: uma análise histórica.* Érico Esteves Duarte. Texto para Discussão n. 1748, Brasília, Ipea, 2012.
- *Conduta da guerra na era digital e suas implicações para o Brasil: uma análise de conceitos, políticas e práticas de defesa.* Érico Esteves Duarte. Texto para Discussão, n. 1760, Brasília, Ipea, 2012.
- *Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau.* Monica Hirst. Texto para Discussão n. 1687, Brasília, Ipea, 2012.
- *A inserção externa da indústria brasileira de Defesa.* Rodrigo Fracalossi de Moraes. Texto para Discussão, n. 1754, Brasília, Ipea, 2012
- *Além da autossuficiência: o Brasil como protagonista no setor energético.* Pedro Silva Barros; Giorgio Romano Schutte; Luiz Fernando Sanna Pinto. Texto para Discussão n. 1725, Brasília, Ipea, 2012.

NOTAS TÉCNICAS E COMUNICADOS

- *Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas.* Elton Ribeiro. Comunicado n. 150. Brasília, Ipea, 2012.
- *A participação dos BICS na OMC: o exemplo da Rodada Doha.* Vera Thorstensen, Daniel Ramos, Carolina Muller e Daniel Castelan. Nota Técnica n. 07. Brasília, Ipea, 2012.

- *Estimando o desalinhamento cambial para países selecionados utilizando análise baseada em fundamentos*. Emerson Marçal. Nota Técnica n. 10. Brasília, Ipea, 2012.
- *Obrigações da Rússia na acessão à OMC*. Vera Thorstensen, Daniel Ramos e Carolina Muller. Nota Técnica n. 08. Brasília, Ipea, 2012.
- *OMC e economias não de mercado: o caso da China*. Vera Thorstensen, Daniel Ramos, Carolina Muller e Fernanda Bertolaccini. Nota Técnica n. 09. Brasília, Ipea, 2012.
- Publicações periódicas
- *Boletim de Economia e Política Internacional*, números 9, 10, 11 e 12.
- *Revista Tempo no Mundo*, Volume 4, números 1 e 2 (no prelo).
- *Monitor da Percepção Internacional do Brasil*, números 1 e 2.
- Artigos e capítulos de livros
- *De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes*. Elton Ribeiro e Rodrigo Moraes. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 10. Brasília, Ipea, 2012.
- *Os BRICS no comércio internacional de serviços*. Ivan Tiago Machado Oliveira. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 09. Brasília, Ipea, 2012.
- *As negociações comerciais do Brasil: uma estratégia em três trilhos*. Ivan Tiago Machado Oliveira. *Boletim Meridiano* 47 vol. 13, n. 134, p. 32 a 38, nov.-dez. 2012.
- *A ordem internacional em transformação: uma análise em três dimensões*. Ivan Tiago Machado Oliveira. *Boletim Meridiano* 47, v.13, n.131, p. 31-37, maio-junho, 2012.
- *As regras do poder e o poder das regras: a institucionalização do regime multilateral de comércio e suas implicações para as estratégias de negociação comercial*. Ivan Tiago Machado Oliveira. *Tempo do Mundo*. Ago./2012.
- *Atores não estatais e trade policy-making no Brasil: análise dos interesses e das estratégias da CEB e da REBRIP*. Ivan Tiago Machado Oliveira e Carlos Milani. *Dados - Revista de Ciências Sociais* - v.55, n.02, p.63-96. 2012.
- *A política comercial brasileira no pós-crise*. Ivan Tiago Machado Oliveira. Projeto "Análise do Protecionismo Contemporâneo": CEPR/Global Trade Alert e Latin American Trade Network. Lima, 2012.
- *Agricultura*. Ivan Tiago Machado Oliveira et al. Capítulo do livro "Os BRICS na OMC". Brasília, Ipea, 2012.
- *Serviços*. Ivan Tiago Machado Oliveira et al. Capítulo do livro "Os BRICS na OMC". Brasília, Ipea, 2012.
- *Acordos plurilaterais*. Ivan Tiago Machado Oliveira et al. Capítulo do livro "Os BRICS na OMC". Brasília, Ipea, 2012.
- *Complementaridade da pauta e oportunidades de aproximação comercial do Brasil com os demais BRICS*. Flávio Carneiro. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 09. Brasília, Ipea, 2012.
- *Is China only assembling parts and components? The recent spurt in High Tech Industry*. Marcelo José Braga Nonnenberg e Allan Mesentier. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 16, no. 2, maior-agosto de 2012.
- *A Rússia sofre de Doença Holandesa? André Gustavo de Miranda Pineli Alves*. Capítulo do livro "O Renascimento de uma potência? A Rússia no Século XXI". Brasília, Ipea, 2012.
- *Ainda sujeita ao contágio? A vulnerabilidade da economia russa a uma nova crise financeira internacional*. André Gustavo de Miranda Pineli Alves. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 10. Brasília, Ipea, 2012.
- *BRICS: cooperation, competition and rivalry in a Multipolar World*. André Gustavo de Miranda Pineli Alves. Capítulo de livro organizado pela Observer Research Foundation. Nova Delhi, ORF, 2012.
- *Russia*. André Gustavo de Miranda Pineli Alves. Capítulo do livro "Internationalization of Companies", Brasília, Ipea, 2012.
- *Padrão de financiamento e exposição cambial das empresas exportadoras brasileiras a partir da crise de 2008*. Edison Benedito da Silva Filho. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 12. Brasília, Ipea, 2012.

- *Cooperación internacional e inteligencia en el combate de la criminalidad transnacional: el caso brasileño.* Edison Benedito da Silva Filho e Almir de Oliveira Junior. Policía y Seguridad Pública, San Salvador, 2012.
- *Antidumping: Brasil, Índia e China.* Daniel Castelan. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 09. Brasília, Ipea, 2012.
- *Impactos da crise econômica e financeira na regulação do comércio internacional.* Vera Thorstensen. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 12. Brasília, Ipea, 2012.
- *Acordos de Investimento na América do Sul.* Daniel Castelan. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 12. Brasília, Ipea, 2012.
- *Regionalismos concorrentes no Leste Asiático e efeitos da crise financeira global.* João Roriz. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 12. Brasília, Ipea, 2012.
- *Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia: impactos da crise econômica sobre regulamentos técnicos aplicados ao comércio internacional de bens.* Marina de Carvalho e Luciana Silveira. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 12. Brasília, Ipea, 2012.
- *Questões conceituais e metodológicas sobre os estudos da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.* Rodrigo Pires de Campos, João Brígido Bezerra Lima, Manuel José Forero Gonzalez. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 11. Brasília, Ipea, 2012.
- *La recuperación del Desarrollismo en el Regionalismo Latinoamericano.* Rodrigo Alves Teixeira; Walter Antonio Desidera Neto. In: Rodrigo Alves Teixeira; Walter Antonio Desidera Neto. *Perspectivas para la Integración de América Latina.* Brasília: Ipea/Ipea, 2012.
- *Eleições na China em 2012: reflexos de mudanças socioeconômicas.* Ricardo G. Bacelette. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 10, abr.-jun. 2012
- *Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização.* Ricardo G. Bacelette. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 11, jul.-set. 2012.
- *A transição de poder na década que se inicia.* Walter Antonio Desidera Neto, *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 12, out.-dez. 2012.
- *Relações Brasil-Estados Unidos: a agenda das visitas presidenciais oficiais em 2011 e 2012.* Walter Antonio Desidera Neto, Hevellyn Menezes Albres. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 11, jul.-set. 2012.
- *The politics of private foreign aid: humanitarian principles, economic development objectives, and organizational interests in NGO private aid allocation.* André de Mello e Souza; Tim Buthe; Solomon, Major. *International Organization*, vol. 66, pp. 571-607, 2012.
- *A Cooperação para o Desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China.* André de Mello e Souza, *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 09, jan.-mar. 2012.
- *A legislação da Índia Relativa ao uso e à propriedade da biotecnologia.* André de Mello e Souza. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 10, abr.-jun. 2012.
- *The politics of AIDS treatment in brazil: patents and access to medicines.* André de Mello e Souza. In: Hans Lofgren. *The Politics of the Pharmaceutical Industry and Access to Medicines: World Pharmacy and India.* Nova Délhi, Índia: Social Science Press, pp. 272-299, 2012.
- *Saúde pública, patentes e atores não estatais: a Política Externa do Brasil ante a epidemia de AIDS.* André de Mello e Souza. In: Leticia Pinheiro e Carlos R. S. Milani. *Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pp. 203-240, 2012.
- *Legislações internacionais.* André de Mello e Souza. In: Graziela Ferrero Zucoloto e Rogério Edivaldo Freitas. *Propriedade Intelectual e Aspectos Regulatórios em Biotecnologia.* Brasília, Ipea-INPI, no prelo.
- *Propriedade Intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: Índia.* André de Mello e Souza In: Graziela Ferrero Zucoloto e Rogério Edivaldo Freitas. *Propriedade Intelectual e Aspectos Regulatórios em Biotecnologia.* Brasília, Ipea-INPI, no prelo.

- *Operações de paz e comércio de armas: governança e “desgovernança” internacional na gestão de conflitos.* Rodrigo Fracalossi de Moraes, In: Kai Michael Kenkel; Rodrigo Fracalossi de Moraes. *O Brasil e as Operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação.* Brasília: Ipea, 2012. No prelo.
- *Mapeando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.* Guilherme Oliveira Schmitz. *Revista Mundorama*, mar. 2012.
- *De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes.* Elton Jony Jesus Ribeiro; Rodrigo Fracalossi de Moraes, *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 10, abr.-jun. 2012.
- *Olhando para a águia: visões da opinião pública no Brasil e no mundo sobre os Estados Unidos.* Flávia de Holanda Schmidt; Rodrigo Fracalossi de Moraes; Lucas Rocha Soares de Assis, *Radar*, Brasília, n. 19, abr. 2012.
- *Dos “dividendos da paz” à Guerra Contra o Terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria - 1991-2009.* Edison Silva Filho; Rodrigo Fracalossi de Moraes. In: _____; _____. *Defesa Nacional para o Século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar.* Brasília: Ipea, 2012.
- *A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: notas sobre o comportamento da demanda e o perfil das firmas contratadas.* Flávia de Holanda Schmidt; Rodrigo Fracalossi de Moraes; Lucas Rocha Soares de Assis *Radar*, Brasília, n. 19, abr. 2012.
- *A presença dos países do BRICS na Venezuela.* Pedro Silva Barros e Luiz Fernando Sanna Pinto. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, vol. 09, jan.-mar. 2012.
- *A questão do banimento internacional das minas terrestres: novos atores na segurança Internacional e os casos das Américas Central e do Sul.* James Augusto Pires Tiburcio; Rodrigo Fracalossi de Moraes, *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 2, jul. dez. 2011.

RELATÓRIOS

- *Patentes, inovação e o futuro da indústria nacional.* André de Mello e Souza. et al., Relatório produzido para Câmara dos Deputados, no âmbito de acordo institucional com o Ipea, visando assessorar a relatoria do projeto de reforma da lei de propriedade industrial a cargo do deputado Newton Lima, 2012.
- *Propriedade Intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia.* André de Mello e Souza. et al , Relatório produzido para o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no âmbito de acordo institucional com o Ipea, 2012.
- *Capítulo VII: A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, e os princípios que regem o direito ambiental internacional,* Guilherme Oliveira Schmitz; e Gustavo Luedemann. In: *Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio +20*, Ipea, 2012.
- *II International Development Cooperation Report. Chapter 3.* Guilherme Oliveira Schmitz, Departamento Social e Econômico das Nações Unidas (UNDESA), 2012.
- 10 Relatórios relativos ao projeto BRICS e seu Entorno, cinco de temas de economia e cinco de temas políticos, dois para cada um dos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

EVENTOS

- *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009.* Guilherme Oliveira Schmitz . Bonn, Alemanha. 04/2012.
- *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009.* Guilherme Oliveira Schmitz . Nova Iorque/ Sede das Nações Unidas, 09/2012
- *Saúde Pública, patentes e atores não estatais: a Política Externa do Brasil ante a epidemia de AIDS”* André de Mello e Souza. Seminário “Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das

Práticas”, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/ UERJ), 27 de abril.

- Política de Defesa Brasileira em tempos de instabilidade. Rodrigo Fracalossi de Moraes. Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 22 jun. 2012.
- The politics of private foreign aid, André de Mello e Souza. Seminário do Laboratório do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (CAENI), USP, 5 de outubro.
- Seminário “Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar”. Rodrigo Fracalossi de Moraes; Edison Benedito da Silva Filho. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 6 nov. 2012.
- Workshop “The Hague Initiative on Global Governance”. André de Mello e Souza. Oberoi Hotel, Nova Délhi, 22 e 23 de Novembro.
- XL Encontro Nacional de Economia. Porto Galinhas, Pernambuco. 11-14 de dezembro de 2012. Marcelo Nonnemberg
- IV Seminário sobre pesquisas em Relações Econômicas Internacionais, DEC/MRE e FUNAG. MRE, Brasília. 28 e 29 de março de 2012.
- 3º Seminário de capacitação em atração de investimentos: a experiência japonesa. Belo Horizonte 21 a 23 de março de 2012,
- Seminário “Investindo na África: oportunidades, desafios e instrumentos para Cooperação Econômica”, Rio de Janeiro, 3 de maio de 2012.
- CODE–Bahia – “O investimento direto estrangeiro e o Brasil”. Salvador, 20 de setembro de 2012.
- IV seminário acadêmico dos BRICS.. Observer Research Foundation. Nova Délhi, 4 a 7 de Março de 2012
- Seminário: Política Externa Brasileira: desafios de um mundo em transição. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados, Auditório Nereu Ramos. Brasília, 18 e 19 de Setembro de 2012
- II Mesa Redonda “O Brasil, os BRICS e a agenda internacional”. Fundação Alexandre Gusmão e IPRI. São Paulo, 27 de Abril de 2012
- Fórum Público da OMC, Genebra, 24 a 26 de setembro de 2012.
- Think20. Encontro de *think tanks* do G20. Moscou. 11 de dezembro de 2012.
- Convenção da International Studies Association (ISA), San Diego, EUA, 1 a 4 de abril de 2012.
- BRICS no sistema de solução de controvérsias da OMC. MRE. Brasília. 10 de outubro de 2012.
- Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Gramado, 1 a 4 de agosto.,
- Workshop: a agenda dos BRICS. 17 de setembro. Rio de Janeiro. BRICS Policy Center.
- Debate acadêmico: Diálogo Mercosul-UE. ApexBrasil. Brasília, 25 de outubro de 2012.
- Seminário sobre Política Externa Brasileira. UFSC. Florianópolis, 2 e 3 de julho de 2012.
- Seminário sobre política comercial. PUC-GO. Goiânia, 6 de setembro de 2012.
- Seminário da Força-Tarefa CINDES/Ipea . 5 de julho de 2012, Brasília.
- Seminário ‘Os desafios da política externa brasileira para um mundo em transição’, Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, 19 de setembro de 2012
- II Ciclo de Debates sobre Bioética, Diplomacia e Saúde Pública promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia na Saúde (NETHIS) e Fundação Oswaldo Cruz, Auditório FIOCRUZ/ UnB, 26 de abril de 2012.
- Mesa-redonda: Migrações internacionais e direitos humanos, promovida pela UDF e realizada em 10 de maio de 2012

- Seminário ‘Efeito Brasil’ – especialistas civis brasileiros em países frágeis ou pós-conflito, promovido pela ONU/Instituto Igarapé/UnB, Finatec (UnB), 28 de fevereiro de 2012
- 1º Seminário pós-graduação em Relações Internacionais, IRI/UnB, FINATEC (UnB), 12/13 de julho de 2012.

PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS E CONSELHOS

- Comitê de Gestão do Conhecimento;
- Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX);
- Comitê Técnico de Gestão de Pessoas (CTGP);
- Comissão Especial para avaliação de desempenho de estágio probatório para fins de aquisição da estabilidade dos servidores;
- Conselho Editorial do Ipea;
- Conselho Editorial da revista Desafios do Desenvolvimento;
- Grupo de Trabalho da OCDE;
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal (CEDES).

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

- Curso “Políticas Públicas e Planejamento Estratégico Participativo”, realizado em maio de 2012, na cidade de Cumaná, estado de Sucre, para 80 funcionários públicos da PDVSA, governo estadual, conselho federal de governo e 12 das 15 prefeituras do estado;
- Curso “Mercosul e Negociações Internacionais”, realizado em setembro de 2012 no Banco Central da Venezuela, Caracas, para 40 funcionários do BCV, Ministério de Planejamento e Finanças, Seniat;
- Curso “Mercosul e Negociações Internacionais” realizado em dezembro de 2012 na UFRR, em Boa Vista-RR, para 40 funcionários da Secretarias de Planejamento e Assuntos Internacionais do governo de Roraima, Sebrae, Abin, côsul do Brasil em Santa Elena de Uairén, côsul da Venezuela em Boa Vista e mais outras instituições envolvidas nos temas de fronteira.
- Oficina sobre Fundamentos e Práticas da Cooperação Internacional Brasileira. Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional. A experiência brasileira com os estudos de cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: questões conceituais e metodológicas. Evento promovido pela ENAP/MPOG; ABC/MRE e GIZ, ENAP, 01 de agosto de 2012

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Foram efetivados oito acordos com instituições internacionais interessadas em desenvolver atividades conjuntas de cooperação técnica com o Ipea. As ações de cooperação internacional foram conduzidas levando em consideração os delineamentos estratégicos do Ipea e de acordo com as diretrizes da Política Externa Brasileira, de modo a possuir efeito técnico positivo para a instituição e contribuir para o adensamento das relações entre os países e o estreitamento dos seus laços políticos e econômicos. A seguir, o detalhamento dos acordos de cooperação firmados em 2012:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Vigência: 24/04/2012 23/04/2017

Objetivo: A cooperação entre as partes abrange as seguintes atividades entre as principais: coordenação e otimização do uso de redes de levantamento de dados e publicação de relatórios e estudos de interesse comum; aprimoramento e atualização, entre outros, do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do Atlas de Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas, e dos relatórios sobre os Objetivos

de Desenvolvimento do Milênio.

Diretoria Interessada: ASPLA/PRESI

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Vigência: 20/09/2012 19/09/2014

Objetivo: produzir o *Atlas de Desenvolvimento Humano Nacional*, de 16 Atlas de Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém, Manaus, Goiânia, Vitória, Cuiabá, São Luis e Natal); e de produtos complementares aos Atlas Nacional e Metropolitanos.

Diretoria Interessada: ASPLA/PRESI

- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (Ajuste Complementar ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas)

Vigência: 01/04/2012 31/03/2016

Objetivo: implementar ações de cooperação na área de políticas públicas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social da América Latina, em especial do Brasil, destacando-se aspectos macroeconômicos, sociais, regionais e setoriais.

Diretoria Interessada: ASTEP/PRESI

- Presidência de la República del Paraguay - Secretaria Técnica de Planificación (STP)

Vigência: 15/02/2012 14/02/2017

Objetivo: estabelecer diretrizes para a colaboração mútua entre o Ipea e a STP, apontando a implementação de ações de cooperação que assegurem a ampliação e o intercâmbio de conhecimentos nas áreas de interesse mútuo.

Diretoria Interessada: DINTE

- Korean Development Institute (KDI) - Coreia do Sul

Vigência: 25/01/2012 24/01/2017

Objetivo: estabelecer parceria a fim de promover e desenvolver cooperação acadêmica no campo dos estudos de política econômica e financeira na base da igualdade e da reciprocidade.

Diretoria Interessada: DINTE

- Escritório Nacional de Planejamento do Suriname - Suriname

Vigência: 05/05/2012 04/05/2014

Objetivo: capacitar técnicos surinameses, elaboração de pesquisas conjuntas e o fomento da integração entre o Brasil e Suriname.

Diretoria Interessada: DINTE

- A Ruskiy Mir Foundation – RMF (Rússia), a Observer Research Foundation – ORF (Índia), o China Center for Contemporary World Studies (China) e o Institute for Global Dialogue - IGD (África do Sul)

Vigência: 06/03/2012 05/03/2017

Objetivo: estabelecer parceria entre instituições coordenadas do BRICS a fim de implementar atividades e projetos de cooperação de interesse mútuo.

Diretoria Interessada: DINTE

- Ministério das Relações Exteriores - Brasil

Vigência: 10/10/2012 09/10/2013

Objetivo: implementar ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às relações econômicas internacionais.

Diretoria Interessada: DINTE

PROGRAMA DE TRABALHO 2013

A definição do programa de trabalho da diretoria para o ano de 2013 possui seis linhas centrais.

Em primeiro lugar, está sendo dada continuidade a um projeto iniciado em 2012, de análise das relações econômicas e políticas dos países BRICS em relação a seus vizinhos. Os dados mostram que existe – certamente nos casos da China e da Rússia, mas também de modo crescente (embora a partir de bases muito limitadas) nos casos da Índia e da África do Sul – uma intensificação dos vínculos comerciais e produtivos, que sugerem um processo de crescente regionalização das relações econômicas. Há indicações, ademais, de que as preferências comerciais – no caso da China e seus vizinhos – têm afetado negativamente o desempenho exportador brasileiro para aqueles países.

Uma segunda linha de trabalho deriva dos próprios resultados iniciais do projeto sobre os BRICS e seus vizinhos e do debate crescentemente intenso sobre as cadeias globais de valor. São já diversos os trabalhos que enfatizam o fato de que a economia brasileira participa de maneira muito marginal dessas cadeias. Assim, o projeto busca identificar em que setores se poderiam encontrar evidências de que o país teria condições de aumentar seu perfil nessas cadeias de valor.

A terceira linha de trabalhos está relacionada com demanda da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, que há dois anos pediu ao Ipea apoio na quantificação dos esforços de cooperação técnica empreendidos pelo Brasil. Essa iniciativa deu origem a um primeiro mapeamento dessa atividade no período de 2005-9, e no momento se estão ajustando em termos metodológicos e quantitativos os dados relativos ao ano de 2010, assim como produzindo as publicações com as informações relativas aos anos de 2011 e 2012. Subproduto dessa atividade é o amadurecimento do quadro conceitual relativo às atividades de cooperação técnica, algo que vem ao encontro de demanda recente por parte da Agência Brasileira de Cooperação.

A quarta linha de pesquisa está relacionada a temas vinculados à área de Defesa e Segurança. Esta é uma área em que a diretoria já vem produzindo diversos trabalhos há alguns anos.

Uma quinta linha de pesquisa, relaciona-se com a avaliação da dinâmica dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) no Brasil. Nos últimos anos, tem-se observado modificações importantes no direcionamento dos recursos desses bancos, que passaram a ser alocados majoritariamente aos estados e municípios brasileiros. Essa nova dinâmica de relacionamento tem gerado enorme demanda por financiamento a projetos e programas públicos, justamente em um momento de fortes restrições por parte destas instituições em termos de ampliação da capacidade de financiamento.

A sexta linha básica de atividades da diretoria está relacionada com as relações do Ipea com organismos multilaterais e instituições de outros países. Uma unidade específica se encarrega de preparar os textos dos acordos internacionais, antes de sua apreciação pela assessoria jurídica, e de apoiar missões de técnicos no exterior e o recebimento de visitantes de outros países.

Além dessas atividades mencionadas, está vinculada a esta diretoria a representação que o Ipea mantém na Venezuela. A agenda de atividades aí desenvolvidas é definida de forma autônoma em relação ao programa de trabalho da diretoria, atendendo a demandas específicas, compreendendo basicamente análises de possíveis processos complementares no Arco Norte da América do Sul, assim como estudos específicos sobre a adesão de alguns países ao Mercosul.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Assessoria de Imprensa e Comunicação
(ASCOM)

INTRODUÇÃO

Em 2012, a Assessoria de Imprensa e Comunicação do Ipea obteve avanços importantes nos diferentes serviços executados para o Instituto. Assim como nos anos anteriores, a Ascom, uma assessoria vinculada à Presidência do Ipea, ampliou o atendimento às sete diretorias de pesquisa e às outras duas assessorias da Presidência, tornando-se um ator essencial em diversas etapas da produção de conhecimento por parte do Instituto.

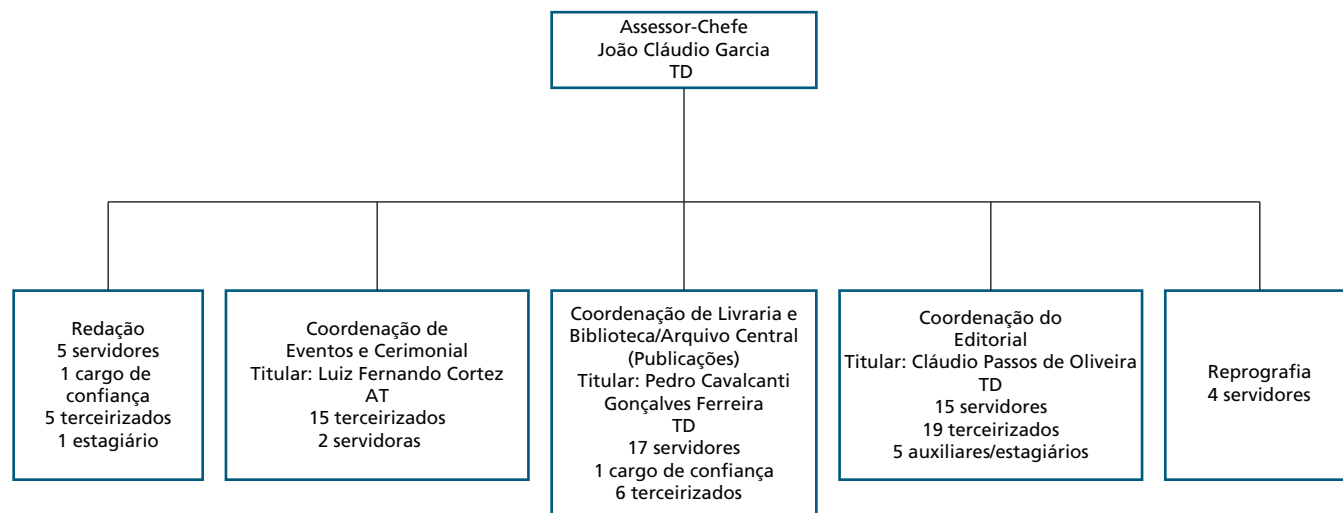
Em relação à produção editorial, mais uma vez a assessoria conseguiu produzir mais de 300 títulos durante o ano, aproximando-se da marca de uma publicação para cada dia. O processo editorial consolidou-se diante da estabilidade da qual as equipes de servidores e terceirizados na revisão e na diagramação gozaram. Vale ressaltar que boa parte dessas duas etapas do processo é realizada pelas equipes lotadas no Rio de Janeiro. Ainda em 2012, por meio de adesão a uma ata, o Instituto pôde voltar a contar com um serviço de tradução de textos para outros idiomas, passo relevante para as iniciativas de tornar o conhecimento aqui produzido mais acessível a outros países. E deu início à sua estruturação para começar a desenvolver, no próprio Ipea, os *Ebooks*. Essa iniciativa colocará o Instituto em posição de vanguarda entre órgãos do Executivo Federal.

A Assessoria de Imprensa, apesar da perda de um servidor e de um fotógrafo durante o ano, conseguiu disseminar as informações mais destacadas sobre o Ipea em 2012, especialmente os Comunicados do Ipea, os indicadores, além da posse do novo presidente do Instituto e as Conferências Estaduais do Desenvolvimento. A Livraria iniciou um processo de organização dos meios de distribuição (venda e doação) das publicações, que deve ser concluído em 2013. A Biblioteca, por sua vez, já cumpriu algumas etapas para inserir-se na Rede RVBI de bibliotecas, o que proporcionará uma visibilidade bem maior para seu acervo entre o público brasileiro. Também assumiu papel importante na alimentação do Repositório do Conhecimento do Ipea.

Para a Coordenação de Eventos e Cerimonial, 2012 foi um ano de consolidação mediante o estabelecimento de processos de trabalho entre uma equipe bem treinada e integrada. Isso permitiu a realização eficiente de mais de 1.900 atividades do Ipea e de seus parceiros em 2012. Obtenha, neste relatório, mais informações sobre as ações da Ascom em 2012. Abaixo, conheça o organograma da assessoria:

DIAGRAMA 1

Organograma da Assessoria de Comunicação (ASCOM)



Assessoria de Imprensa e Comunicação

Entre as funções da redação da Assessoria de Imprensa e Comunicação do Ipea estão a produção e gravação semanal do programa de TV Panorama Ipea (uma parceria do Instituto com a rede de TV NBR, da EBC), transmitido ao vivo pelo Portal Ipea; a revisão e diagramação dos Comunicados do Ipea, Sistema de Indicadores

de Percepção Social (SIPS), Índice de Expectativas das Famílias (IEF) e Notas Técnicas; a cobertura jornalística de eventos e produção de notícias; a coordenação de coletivas públicas, em que as perguntas recebidas online são respondidas durante a coletiva; o atendimento aos jornalistas; os contatos e a articulação com outros órgãos para a organização de cobertura jornalística em eventos, a exemplo das conferências estaduais, promovidas em parceria com o Ministério da Integração Nacional e os governos dos estados; produção e envio de avisos de pauta para a mídia, gerenciamento de pedidos de embargo à publicação de estudos e pesquisas; divulgação eletrônica de coletivas e outros eventos do Ipea; produção do *Ipea Informa*, periódico de circulação interna; produção do *Boletim Ipea* para jornalistas, enviado em formato HTML via mailing; gravação audiovisual de eventos e produção de vídeos institucionais, documentários e matérias.

Atendimento à imprensa e ao cidadão

Em 2012, a Assessoria recebeu e respondeu por mês cerca de 150 demandas de entrevistas e solicitação de estudos e de dados, feitos pelos jornalistas, em sua maioria, e cidadãos, via e-mail. Neste ano, foram recebidos em média 30 telefonemas por dia de jornalistas e cidadãos que buscam informações junto ao Instituto.

Produção Audiovisual

Agência Ipea

Em 2012, foram postados no Portal Ipea 95 vídeos de eventos do Instituto, entre gravações na íntegra de coletivas e seminários, e sonoras realizadas pela Agência Ipea com os técnicos de Planejamento e Pesquisa, coordenadores e diretores do Ipea, e outros participantes de eventos.

Panorama Ipea

Foram gravados no ano passado 48 programas, levando ao estúdio 96 convidados para debater assuntos da atualidade, temas econômicos e sociais como a situação social nos estados, a previdência, a inflação, as eleições municipais, a Rio+20, o marco civil da Internet, economia criativa, governo eletrônico, agronegócio, o caso de Belo Monte, a regularização das terras quilombolas, a desaceleração da economia brasileira, a reformulação do FPE, o financiamento da saúde, o Mercosul e a entrada da Venezuela no bloco, entre outros.

Uma parceria do Ipea com o canal NBR, o programa, além de ser exibido pela emissora em diferentes horários durante a semana, é transmitido ao vivo pelo portal do Instituto toda quarta-feira, às 17h. Durante a gravação, os internautas podem participar ao vivo enviando perguntas e comentários para o perfil do Instituto no Twitter.

Principais coberturas

Entre as principais coberturas jornalísticas de 2012, destaca-se a cerimônia de posse de Marcelo Neri como presidente do Instituto, em 12 de setembro. A cerimônia contou com cobertura jornalística da Agência Ipea (texto, foto, vídeo), foi transmitida ao vivo pelo Portal Ipea e, via videoconferência, para os servidores e colaboradores do Instituto no Rio de Janeiro. O canal NBR também realizou a transmissão ao vivo para todo o Brasil.

FIGURA 1

Cerimônia de posse de Marcelo Neri como presidente do Ipea



Foto: João Viana

Também merece destaque a divulgação dos Comunicados do Ipea nº 156 e 157, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo Portal Ipea, que teve grande repercussão na mídia. Durante a coletiva, realizada em 11 de outubro, os técnicos Ana Amélia Camarano e Miguel Fobel trataram da demografia e do mercado de trabalho brasileiros com base nos últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

FIGURA 2

Apresentação dos Comunicados do Ipea nº 156 e 157, no Rio de Janeiro.



Foto: Kennedy Costa.

CODES ESTADUAIS

Em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio de Acordo de Cooperação Técnica, o Ipea promoveu, de agosto a outubro de 2012, 26 edições estaduais e uma distrital da Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea) e da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR/MI).

A Assessoria de Imprensa e Comunicação, além de oferecer assessoria na montagem do evento, também apoiou os estados no processo de divulgação das conferências. Para cada edição da CNDR-Code foi preparado um kit com convite e release personalizado. Criou-se também um *hotsite* específico para as Codes, para ajudar na promoção das atividades.

Todas as conferências tiveram cobertura jornalística de equipe própria da Assessoria. Os jornalistas da Ascom atualizaram o blog da Conferência e o Portal Ipea, com matérias e fotos dos painéis e grupos de trabalho, resultando em 50 textos. A íntegra das matérias pode ser encontrada no endereço <http://blogdacodeipea.wordpress.com/>.

IPEA NA MÍDIA

Em relação à exposição do Ipea na mídia nacional e internacional, em 2012, o Instituto foi citado 17.031 vezes, segundo dados fornecidos pela empresa Boxnet. O Ipea obteve o melhor desempenho no mês de janeiro, com 2.033 citações. Do total no ano, 16.875 citações foram positivas e 156 negativas.

TABELA 1

Quantidade de matérias positivas e negativas sobre o Ipea na mídia nacional (2012)

2012	Rádio	TV	Imprensa	WEB	Total
Positivo	621	191	2.994	13.069	16.875
Negativo	6	0	45	105	156
Total	627	191	3.039	13.174	17.031

Fonte: BoxNet.

TABELA 2

Quantidade de matérias sobre Ipea na mídia nacional em 2012 e 2011

	Rádio	TV	Imprensa	WEB	Total
Ano 2012	627	191	3.039	13.174	17.031
Ano 2011	1.260	429	3.958	18.027	23.674
Total	1.887	620	6.997	31.201	40.705

Fonte: BoxNet.

Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil

Em março de 2012, o Ipea lançou, em São Paulo e em Brasília, a segunda edição do *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*. Foram quatro volumes: *Indicadores*, *Flagrantes*, *Memória*, e *Tendências*. O quarto volume, *Tendências*, foi elaborado com base em artigos produzidos por seis bolsistas selecionados mediante a *Chamada Pública nº 50* de 2011. Esta edição trouxe dois novos temas estudados: “Serviços, aplicativos e conteúdos digitais multiplataformas – avanços no campo público de televisão digital”, e “A regulação no setor de telecomunicações e comunicação no Brasil”. Ainda no primeiro semestre de 2012, foi lançada a *Chamada Pública nº 71/2012*, para a seleção de mais seis bolsistas que realizarão o volume 4 da terceira edição do *Panorama*, cuja divulgação está prevista para maio de 2013.

Em 6 de setembro de 2012, devido ao trabalho realizado no projeto Panorama da Comunicação e das Telecomunicações, o Ipea foi homenageado, durante o XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com o Prêmio Luiz Beltrão – oferecido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e pela Globo Universidade. O Instituto foi o vencedor na categoria “Instituição Paradigmática”, destinada a “cursos, departamentos, escolas, institutos, empresas, sindicatos, associações ONGs ou órgãos públicos que tenham se notabilizado na área de pesquisa dos fenômenos comunicacionais”. A cerimônia de premiação ocorreu na Universidade de Fortaleza (Unifor). O prêmio foi lançado em 2007.

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Com a publicação da Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2012), cujo propósito é regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, o Ipea implementou o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC) em maio de 2012. Desde aquele mês até dezembro de 2012, o SIC Ipea recebeu e atendeu 73 demandas e oito recursos. Por meio de portaria do Ipea de maio de 2012, duas servidoras da Ascom no Rio de Janeiro e dois servidores da Ascom em Brasília são encarregados de receber e encaminhar as demandas aos respondentes, zelando para que o retorno ocorra no prazo previsto em lei. Outra servidora da Ascom em Brasília foi nomeada, pela mesma portaria, gestora do SIC.

Reprografia

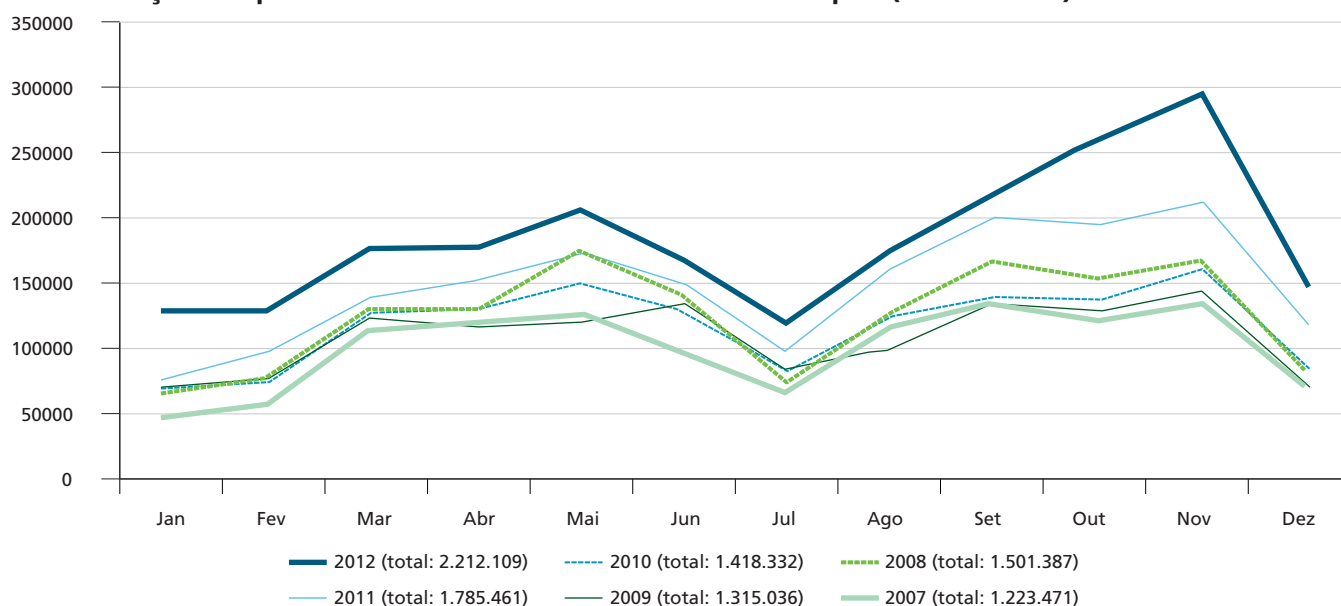
A unidade atendeu com agilidade e eficiência às demandas de 2012 para os serviços de reprografia, encadernação e ampliação/redução. Para 2013, tem-se como objetivo tornar mais formal o processo de solicitação dos serviços, sem, no entanto, incorrer em demora no atendimento. Com a previsão de chegada de novas máquinas em 2013, o trabalho deve ser mais ágil e com maior qualidade.

Ambiente web

Em 2012, o número de acessos ao Portal Ipea cresceu 24,1%. Na comparação com o ano anterior, a quantidade de visitantes únicos – métrica que considera apenas um registro por IP – pulou de 1,78 milhão para 2,21 milhões, de acordo com dados compilados pelo software de análise web AWStats. Este resultado se deve, em parte, aos conteúdos e atividades geradas pelas diretorias do Instituto – os meses de melhor desempenho, como setembro, outubro e novembro, coincidiram com a divulgação de documentos de boa repercussão (notas técnicas, comunicados, boletins etc.) e realização das conferências estaduais do desenvolvimento (Codes) –, mas também houve contribuição importante da presença ativa nas redes sociais, especialmente *Twitter* e *Facebook*.

GRÁFICO 1

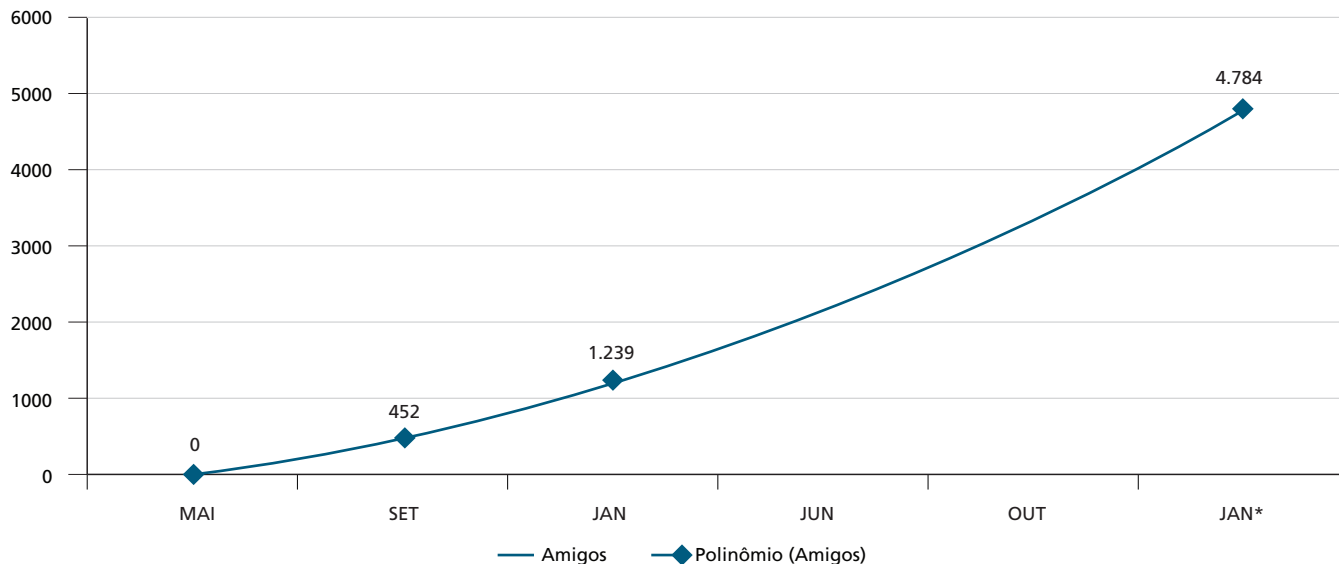
Evolução da quantidade de visitantes únicos ao Portal Ipea (2007 a 2012)



Fonte: AWStats.

Ainda de acordo com o AWStats, o Facebook lidera o ranking de ligações externas ao site do Instituto, ao se desconsiderar os motores de busca (*Google, Bing* e outros). No ano passado, 14,5% dos links direcionados ao Portal Ipea tiveram origem nessa rede social, contra 5,5% em 2011. A importância no Facebook pode ser traduzida pelo número de “amigos” do perfil do Ipea: 4.784 em janeiro deste ano, quase quatro vezes maior que no mesmo período de 2012.

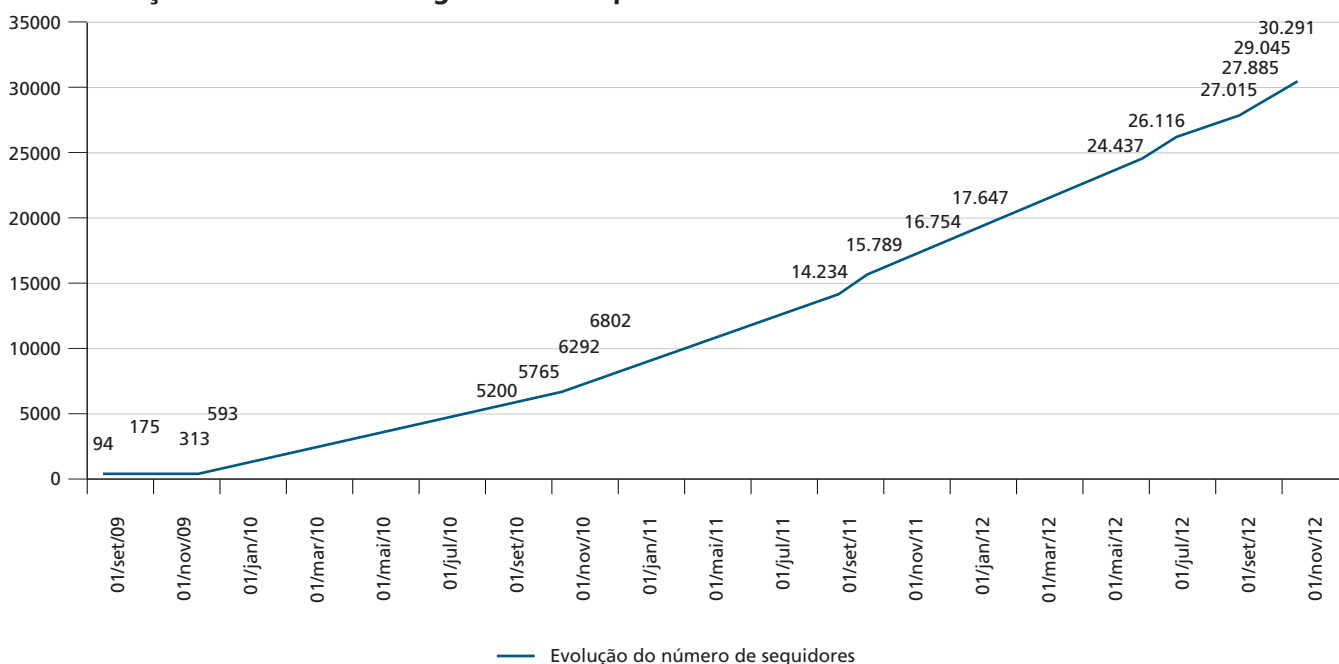
GRÁFICO 2
Evolução do número de amigos do Ipea no Facebook



Fonte: disponível em: <www.facebook.com>.

Da mesma forma, no *Twitter* o desempenho foi relevante, com a marca de 30,29 mil seguidores registrados em dezembro (em 2011, eram 17,6 mil). Por causa de sua influência na rede (medida pelo número de vezes que uma mensagem é “retuitada”), a ferramenta *Tweet Level*, da consultoria *Edelman*, classifica o perfil do Instituto como “criador de ideias” – “pequeno grupo de perfis por trás de pensamentos e ideias sobre os quais outras pessoas falam”.

GRÁFICO 3
Evolução do número de seguidores do Ipea no Twitter



Fonte: Twitter Counter.

Ao longo de 2012, a equipe de Web da Assessoria de Imprensa e Comunicação do Ipea promoveu ainda ajustes no Portal que podem estimular um resultado superior no próximo período. O principal deles foi a melhoria no sistema de busca por publicações, especialmente Textos para Discussão e Livros, produtos mais consultados pelos usuários do site. A consulta por autor, palavra-chave ou conteúdo das publicações foi otimizada quando os conteúdos passaram a ser exibidos por meio do *Joomla* (publicador web) e não mais no antigo *SiteMaker*. O programa de TV *Panorama Ipea*, realizado em parceria com a NBR, voltou a ser disponibilizado na web a partir de março, fato que gerou um fluxo semanal de conteúdos novos e ajudou a atrair usuários ao Portal Ipea (média de 800 acessos por programa).

Hotsites e conteúdos

O ritmo das atividades do Ipea exigiu que a criação de sites e hotspots permanecesse em patamar igual ao de 2011. A equipe de designers da Ascom criou layout e colocou no ar nove páginas no ano passado – Repositório do Conhecimento (criação de layout); Acesso à informação; Code 2012 (reformulação); Nova sede do Ipea (reformulação); Ouvidoria Ipea (reformulação); Participação em Foco; Rede Ipea; Retratos das Desigualdades; Ipea Digital (reformulação) –, média de uma a cada 1,3 mês. O Portal Ipea sofreu uma reprogramação visual no início do ano passado. O objetivo das alterações foi dar mais destaque gráfico às informações, além de facilitar a navegação, com a criação de menus temáticos, em substituição às áreas por diretoria.

De posse do levantamento de conteúdo mais procurado e acessado pelos internautas no Portal Ipea, o mesmo poderá passar por uma nova formulação de layout em 2013, com vistas a facilitar o acesso aos estudos e pesquisas. Essa adaptação apenas começou a ser analisada e deve ser detalhada durante o ano.

Por fim, houve significativo aumento nas tarefas de publicação de conteúdos, provocado pela realização, de agosto a outubro, de 27 conferências do desenvolvimento. Cada uma das edições da Code exigiu a formulação de página específica com informações sobre o evento (programação, inscrições, local, etc.), e gerou conteúdo jornalístico postado no *Blog da Code* (artigos que se somaram às 398 matérias publicadas no Portal sobre os fatos diários do Instituto).

Livraria

A Livraria do Ipea aumentou consideravelmente o volume de publicações movimentadas em 2012, contribuindo de forma mais efetiva para a disseminação do conhecimento produzido no Instituto. No ano anterior, entre Textos para Discussão, boletins, livros e relatórios, haviam sido distribuídos 88.369 exemplares. Este número saltou para 124 mil no ano passado, elevação de 40%. As vendas também cresceram, em ritmo menor, mas revertendo a tendência de queda registrada em 2011. Foram comercializados 861 exemplares em 2012 (543 em eventos), contra 780 no ano anterior.

Entre as razões para estes resultados, podem ser apontados o reforço no quadro de pessoal, com a contratação de novos auxiliares, assim como a participação em uma quantidade maior de eventos externos ao Ipea. Houve, no entanto, acréscimo na quantidade de publicações em estoque, já que a Livraria recebeu cerca de 250 títulos, num total de 141 mil exemplares impressos.

No ano passado, a Livraria Ipea esteve em 48 eventos externos – contra 37 em 2011. Além dos encontros científicos apoiados pelo Instituto, a equipe da Livraria participou das 27 edições estaduais da Conferência do Desenvolvimento, nas quais foram doadas 17 mil publicações e comercializadas outras 252, e da *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, a Rio+20, com um estande montado na área de exposições do Píer Mauá. Para o encontro da ONU, a Livraria encaminhou 700 exemplares de títulos gratuitos.

TABELA 3

Eventos externos com participação da Livraria Ipea em 2012

Eventos	Local	Mês
Congresso Brasileiro de Rel. Públicas	São Luís/MA	Maio
Ciclo de Debates Panorama da Comunicação e das Telecomunicações	São Paulo/ SP	Maio e Junho
Rio + 20	Rio de Janeiro/RJ	Junho
Curso de Economia para Jornalistas	Salvador/BA	Junho
Encontro Nacional de Estudantes de Economia	Goiânia/GO	Junho
IV Encontro Brasileiro de Segurança Pública	Porto Alegre/RS	Julho
Conferência do Desenvolvimento – Edição Espírito Santo	Vitória/ES	Agosto
Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	São Luís/MA	Julho
VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política	Gramado/RS	Agosto
Conferência do Desenvolvimento – Edição Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	Agosto
Conferência do Desenvolvimento – Edição Mato Grosso do Sul	Campo Grande/MS	Agosto
VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa	São Paulo/SP	Agosto
I Seminário de Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade	Rio de Janeiro/RJ	Agosto
IX Associação Nacional de Pós-Graduação em Turismo	São Paulo/SP	Agosto
Conferência do Desenvolvimento – Edição Espírito Santo	Vitória/ES	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Piauí	Teresina/PI	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Roraima	Boa Vista/RR	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Rio Grande do Norte	Natal/RN	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Alagoas	Maceió/AL	Setembro
XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação	Fortaleza/CE	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Amazonas	Manaus/AM	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Acre	Rio Branco/AC	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Paraíba	João Pessoa/PB	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Rondônia	Porto Velho/RO	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Bahia	Salvador/BA	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Tocantins	Palmas/TO	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Amapá	Macapá/AP	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Santa Catarina	Florianópolis/ SC	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Mato Grosso	Cuiabá/MT	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Ceará	Fortaleza/CE	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Paraná	Curitiba/PR	Setembro

Conferência do Desenvolvimento – Edição São Paulo	São Paulo/SP	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Sergipe	Aracaju/SE	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Pernambuco	Recife/PE	Setembro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Distrito Federal	Brasília/DF	Outubro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Goiás	Goiânia/GO	Outubro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Maranhão	São Luís/MA	Outubro
Conferência do Desenvolvimento – Edição Pará	Belém/PA	Outubro
V Seminário Internacional de Política Social	Brasília/DF	Outubro
VI Jornada Nacional de Economia de Saúde	Brasília/DF	Outubro
XXXV Reunião Anual da Anped	Porto de Galinhas/PE	Outubro
Encontro Anual da Anpocs	Águas de Lindóia/SP	Outubro
XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais	Águas de Lindóia/SP	Novembro
Seminário sobre políticas agroambientais	Brasília/DF	Novembro
XL Encontro Nacional de Economia	Porto de Galinhas/PE	Dezembro

A movimentação da revista *Desafios do Desenvolvimento* é registrada separadamente. A maior parte das revistas sai por meio de *mailing* próprio, no qual constavam 6.821 nomes em dezembro do ano passado – ao longo de 2012, 442 nomes deixaram a lista e outros 768 solicitaram inclusão. O destaque do ano foi a criação da categoria “grandes demandas” neste *mailing*, o que permitiu às instituições (universidades, institutos de pesquisa, órgãos do governo, etc.) solicitarem o envio de mais de um exemplar por edição. Além disso, promoveu-se uma campanha de assinatura durante as Codes. Dessa forma, a *Desafios* passou a ser enviada a pessoas e entidades de todos os estados do país.

BIBLIOTECA

Com o objetivo de modernizar o Sistema de Automação da Biblioteca do Ipea e integrar o acervo do Instituto a outros órgãos públicos, a equipe da Biblioteca, em conjunto com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC), definiu como projeto prioritário de 2012 e 2013 o processo de migração para a Rede Virtual de Biblioteca RVBI – cooperativa de bibliotecas, coordenada pelo Senado Federal, que agrega 14 bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal. A primeira reunião de trabalho com o Senado Federal foi realizada em maio do ano passado. A previsão é que a migração esteja completa até meados deste ano.

Ainda em 2012, a Biblioteca realizou um novo processo de atualização de seu acervo. Foi requisitada, à Divisão de Compras e Contratos, a aquisição de 349 títulos, sugeridos por servidores da Casa.

Também como parte do serviço de indexação e inserção de publicações do Ipea em repositórios, a Ascom passou a gerenciar, por meio de servidor lotado no 15º andar – não na Biblioteca –, o trabalho de alimentação dos Textos para Discussão no Research Papers in Economics (Repec). Em breve, essa tarefa será ampliada, para que outros repositórios internacionais de grande visibilidade passem a contar com publicações do Instituto.

Em relação ao Arquivo Central, o trabalho realizado em 2012 manteve o Ipea de acordo com as normativas de documentação previstas pela Administração Pública Federal. No entanto, para 2013, esta unidade necessitará de mais espaço físico dentro da estrutura do Edifício BNDES, para continuar cumprindo com suas obrigações.

EVENTOS

No Ipea, entende-se evento como um instrumento institucional com o intuito de disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro, por meio de um acontecimento previamente planejado, a ocorrer em um espaço de tempo, reunindo participantes. Os eventos realizados pelo Ipea têm sido divididos da seguinte maneira: coletivas de imprensa, cursos, apresentações, palestras, reuniões, seminários, oficinas de trabalho e a Conferência do Desenvolvimento.

TABELA 4

Total de atividades realizadas no Ipea em 2012 e evolução em relação a 2011

Mês	Ano 2011	Ano 2012
Janeiro	51	96
Fevereiro	106	145
Março	96	189
Abril	110	188
Maiο	160	196
Junho	162	161
Julho	131	165
Agosto	204	185
Setembro	172	152
Outubro	160	181
Novembro	150	148
Dezembro	127	116
Total	1629	1922

Fonte: Coordenação de Eventos do Ipea.

Os eventos realizados em 2012 foram divididos entre as seguintes especificações: coletivas e lançamentos contabilizaram 107 atividades, 145 cursos foram oferecidos, 47 palestras foram ministradas, 1.235 reuniões ocorridas, 135 seminários ofertados, 114 oficinas de trabalho realizadas, dentre mais 138 variadas atividades agendadas, totalizando 1.922 eventos.

CONFERÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO (CODES), EDIÇÕES ESTADUAIS

De agosto a outubro de 2012, técnicos e dirigentes do Ipea percorreram o país para realizar 26 edições estaduais e uma distrital da Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea). Nestas conferências, o Instituto teve como parceiro o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), para articular painéis de debates e grupos de trabalho sobre os temas mais importantes para a realidade de cada região visitada. Essas atividades contaram com a presença de representantes de toda a sociedade civil, pesquisadores, gestores públicos, estudantes e autoridades, e resultaram em propostas de princípios e diretrizes para as etapas macrorregionais e nacional.

As atividades da CNDR-Code foram divididas em dois momentos. O primeiro previa a formação de painéis de debates sobre os quatro eixos da Conferência (Governança, Participação Social e Diálogo Federativo; Financiamento do Desenvolvimento Regional; Desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e Vetores de Desenvolvimento Sustentável). Em cada um destes painéis, o Ipea foi representado por servidores de suas diretorias técnicas, que fizeram apresentações direcionadas por Unidade da Federação.

A etapa inicial do programa tinha o objetivo de fornecer subsídios para o processo de definição e eleição de princípios e diretrizes para a PNDR, momento seguinte. Cada comissão organizadora estadual pôde definir a distribuição das atividades pelo período mais adequado, que variou de dois a quatro dias. Além da programação principal, o Ipea ofereceu, em boa parte das conferências, cursos sobre suas ferramentas de pesquisas e análises estatísticas (IpeaMapas, IpeaGeo e IpeaData).

A programação sugerida às comissões locais contava com credenciamento, solenidade de abertura, painéis com temas relacionados aos eixos temáticos, plenária de contextualização, reunião dos grupos de trabalho, palestras e atividades culturais, plenária de orientação, eleição de delegados, minicursos Ipea, eleição de delegados, plenária final e encerramento.

A Assessoria de Imprensa e Comunicação do Ipea ofereceu auxílio na montagem do evento, divulgação e execução. O resultado desse trabalho foi a participação de mais de oito mil pessoas nas 27 edições. Agora, a Coordenação de Eventos prepara, em conjunto com o MI, a realização da Conferência do Desenvolvimento Nacional, prevista para março de 2013.

EVENTOS PRÓPRIOS E SOB REQUISIÇÃO DE PARCEIROS

Além das conferências estaduais e distrital, o Ipea foi o organizador e realizador de outros grandes eventos tanto em Brasília, quanto em outras Unidades da Federação. Alguns desses eventos executados em 2012 foram demandados ao Ipea por parceiros, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e a Defensoria Pública da União.

Cabe ressaltar também, em 2012, a retomada, para as unidades do Instituto, do serviço de buffet, por meio de dois contratos, um com a Agência de Eventos, Negócios e Serviços LTDA. e outro com a Alvo Eventos LTDA. Ambos com contrato vigente de 21/06/12 a 20/06/13, e com o objetivo de prestar serviços de planejamento operacional, organização e execução de acompanhamento de eventos internos e externos do Ipea, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (Agência) e Norte e Sul (Alvo).

Abaixo, seguem exemplos de alguns dos grandes eventos realizados ao longo do ano, valendo-se da ideia de que a grande maioria contou com o apoio das agências contratadas.

- Curso de Economia para Profissionais de Comunicação, em parceria com o Sebrae-BA, de 18 a 21/06, no Hotel Pestana, em Salvador:
O curso, criado em 2009 em comemoração aos 45 anos do Ipea, teve como objetivo aprofundar e atualizar o conhecimento dos profissionais da comunicação sobre temas econômico-sociais e suas análises e pesquisas nas diversas áreas: setorial, ambiental, urbana e regional, social, macroeconômica e internacional. Esta edição reuniu cerca de 300 alunos.
- Estande do Ipea na Rio +20, de 13 a 24/06, no Armazém 1, Pier Mauá, no Rio de Janeiro:
O espaço contou com a Livraria Ipea, mesas para leitura, e um miniauditório de 25 lugares, no qual houve uma extensa programação de palestras e debates sobre publicações e estudos relativos ao desenvolvimento sustentável realizados pelo Instituto e seus parceiros. Ao longo das duas semanas, mais de 30 mil pessoas passaram pelo Armazém 1.
- Posse de novos defensores públicos federais, 27/08, auditório do Ipea, em Brasília:
Evento realizado em parceria com a Defensoria Pública da União, que contou com a presença de cerca de 100 pessoas, entre autoridades, empossados e familiares.
- Lançamento do livro “Defesa Nacional para o Século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar”, dia 06/11, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro:
Organizado pelos técnicos de Planejamento e Pesquisa do Ipea Edison Benedito da Silva Filho e Rodrigo Fracalossi de Moraes, a obra busca contribuir para o estudo e a formulação das políticas de defesa do Brasil. Cerca de 200 pessoas compareceram ao lançamento.
- XII ENEE - “Programa Espacial Brasileiro: interesse estratégico de Estado”, de 07 a 09/11, na Escola Naval, no Rio de Janeiro

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Defesa, promoveu um grande evento que contou com duas conferências, além de seis painéis, dos quais participaram especialistas e autoridades para debater os diversos aspectos relacionados ao cenário internacional, com destaque para o setor espacial brasileiro no contexto global, e o cenário nacional, a partir da condução da política espacial brasileira. Ao longo dos três dias, cerca de 700 pessoas transitaram pelo evento.

- Lançamento do relatório “Classe Média na América Latina”, dia 13/11, no auditório do Ipea, em Brasília

O evento, que teve apoio da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e contou com a presença do ministro Moreira Franco, mostrou como na última década a classe média da América Latina e do Caribe cresceu 50%, passando de 103 milhões para 152 milhões de pessoas. O lançamento contou com autoridades, jornalistas e interessados em geral, somando mais de 80 pessoas.

- Seminário: “Desafios Federativos: Mecanismos para solução de controvérsias”, dia 27/11, no auditório do Ipea, em Brasília.

O seminário foi promovido pela SAE, em parceria com o Ipea, contou com a participação do ministro Moreira Franco e teve como objetivo gerar discussão entre especialistas no assunto para a criação de instrumentos e mecanismos próprios para lidar com os conflitos entre os entes da federação. O evento contou com mais de 200 participantes.

EDITORIAL

Em 2012 o Ipea, por meio de sua divisão Editorial, manteve os elevados volume e qualidade de publicações. Foram publicados, nas formas impressa e/ou digital, 337 volumes, entre livros, revistas, boletins, indicadores, notas técnicas, relatórios e textos para discussão, totalizando mais de 24.000 páginas em publicações, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.

TABELA 5

Tipos e quantidades de publicações produzidas pelo Ipea em 2012

Produtos editoriais do Ipea, por categoria	Títulos publicados em 2012 (jan.-dez.)
Livros	28
Revistas	13
Boletins	86
Indicadores	31
Notas técnicas	13
Relatórios de pesquisa	36
Relatórios de gestão	7
Textos para discussão	123
Total em itens publicados	337
Total em número de páginas	24.205
Obs.: A lista completa dos títulos publicados pelo Ipea em 2012 pode ser consultada no anexo 1.	

Fonte: Coordenação do Editorial do Ipea

A manutenção deste acelerado ritmo de produção em 2012 se deveu, principalmente, aos resultados que vêm sendo colhidos por meio das melhorias graduais implementadas nos processos de gestão de processos e

recursos humanos da divisão Editorial ao longo dos últimos anos, cujos princípios norteadores e ações foram, resumidamente:

- mapeamento, otimização e comunicação dos processos editoriais aos públicos interno e externo ao Ipea, de forma a melhorar o entendimento mútuo das partes envolvidas no processo no que tange às responsabilidades de cada para o bom andamento dos trabalhos (em 2012, inclusive, deu-se início à revisão do *Manual do Editorial do Ipea*, cuja edição mais recente ocorreu em 2011. A nova edição, prevista para 2013, abordará, além dos aspectos textuais que tradicionalmente fazem parte deste manual, informações detalhadas sobre o processo de produção editorial e os aspectos gráfico-visuais das publicações do Ipea).
- divulgação de relatório semanal detalhado das publicações finalizadas e em processo de produção no instituto (disponível na intranet: <http://intranet.ipea.gov.br/index.php?id=1.2.16.7.3>), com a especificação da fase do processo em que se encontra cada publicação e a explicitação da parte responsável.
- estabelecimento de critério de gerenciamento de fila de produção que não seja puramente cronológico, levando em conta prioridades institucionais, períodos desejados de lançamento de publicações e datas de capa de publicações periódicas.
- sintonia organizacional e comunicacional entre as equipes editoriais lotadas em Brasília e no Rio de Janeiro, com distribuição equilibrada de pauta de trabalho integrada, tendo por base o tamanho da força de trabalho e características de cada equipe, não sua localização.
- estruturação e comunicação de organograma de funções a atribuições nos níveis de coordenação, supervisão, execução e apoio.
- adaptações constantes dos formulários de E-pedido de publicações para que estes reflitam de maneira fiel as características dos produtos editoriais do Ipea, facilitando assim a detecção e resolução de pendências já no início do processo de publicação.

Outro passo importante para a continuidade do bom andamento dos trabalhos foi a recontração, em 2012, de empresa de tradução para servir às necessidades do Ipea no que respeita a divulgação de sua produção em escala internacional.

Em resposta aos movimentos recentes do mundo editorial, motivados principalmente pelo aumento acelerado do uso de dispositivos portáteis e pelas novas tecnologias de disponibilização da informação escrita em formato enriquecido, visualmente amigável e flexível, o Ipea iniciou, em 2012, a estruturação de um projeto de produção de *ebooks* em escala, a ser implementado em sua plenitude em 2013. Este projeto prevê tanto a contratação (o termo de referência para licitação já se encontra em processo de finalização) de empresa para a produção de versões das publicações do instituto em formato EPUB (padrão mais aberto e universal existente no mercado na atualidade) como a capacitação interna gradual da equipe do Editorial do Ipea para a produção de publicações neste formato.

Ressalte-se também a fundamental importância para a área editorial do Ipea, em seu permanente esforço para contemplar adequadamente as necessidades de seus públicos-alvo, da retomada dos trabalhos do Conselho Editorial em dezembro de 2012. Na reunião que marcou o reinício dos trabalhos, foram lançadas as bases para a implementação, ao longo de 2013, de ações de melhoria nas áreas de adequação de tiragens impressas de publicações ao contexto atual, reestruturação da estratégia atual de disseminação e distribuição de publicações do instituto, adaptação de produtos editoriais às necessidades de diferentes públicos-alvo e produção de sumários executivos de publicações com vistas à ampliação do acesso a informações concisas, entre outras.

ANEXO

ANEXO A

Lista de títulos publicados, por categoria (jan.-dez. 2012)

Livros

#	Título	Volume	Número
1.	As Transformações no Sistema Financeiro Internacional	1	
2.	As Transformações no Sistema Financeiro Internacional	2	
3.	Brasil em Desenvolvimento	1	2011
4.	Brasil em Desenvolvimento	2	2011
5.	Defesa Nacional para o Século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar		
6.	Federalismo à Brasileira: questões para discussão (Série Diálogos para o Desenvolvimento)	8	
7.	Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha: mulheres negras no mercado de trabalho		
8.	Internationalization of Companies		
9.	I Prêmio Estadual de Monografias Professor Roberto Santos (2010) - Gestão da Informação para o Desenvolvimento do Pará		
10.	Manual do Editorial do Ipea (2a edição - revista e ampliada)		
11.	Micro e Pequenas Empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento		
12.	Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública		
13.	O Desenvolvimento Social no Brasil		
14.	O Renascimento de uma Potência? A Rússia no Século XXI		
15.	O Sentido da Vida e a Busca da Felicidade		
16.	Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul		
17.	PAEDI: Pesquisa sobre Atitudes Empresariais para o Desenvolvimento e Inovação		
18.	Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil	1	2012
19.	Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil	2	2012
20.	Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil	3	2012
21.	Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil	4	2012
22.	Perspectivas para la Integración de América Latina		
23.	Proposta de Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública		

24.	Quilombos das Américas: articulação de comunidades afro-urbanas (Documento Síntese)		
25.	Saúde e Segurança no Trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores (2ª edição, revista)		
26.	Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida		2
27.	SUS: o desafio de ser único		
28.	Tecnologias da Informação e Comunicação: competição, políticas e tendências		

Revistas

#	Título	Volume	Número
1.	Desafios do Desenvolvimento	8	70
2.	Desafios do Desenvolvimento	9	71
3.	Desafios do Desenvolvimento	9	72
4.	Desafios do Desenvolvimento	9	73
5.	Desafios do Desenvolvimento	9	74
6.	Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)	42	1
7.	Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)	42	2
8.	Planejamento e Políticas Públicas (PPP)		38
9.	Planejamento e Políticas Públicas (PPP)		39
10.	Revista Tempo do Mundo (RTM)	3	1
11.	Revista Tempo do Mundo (RTM)	3	2
12.	Revista Tempo do Mundo (RTM)	3	3
13.	The Perspective of the World Review (PWR)	2	3

Boletins

#	Título	Número
1.	Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)	2
2.	Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)	9
3.	Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)	10
4.	Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)	11
5.	Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)	12
6.	Carta de Conjuntura	16
7.	Carta de Conjuntura	17
8.	Comunicado do Ipea - Custo e tempo do processo de execução fiscal promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	127
9.	Comunicado do Ipea - A nova Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana	128

10.	Comunicado do Ipea - Presença do Estado no Brasil	129
11.	Comunicado do Ipea - Considerações sobre a desaceleração do PIB em 2011	130
12.	Comunicado do Ipea - Vulnerabilidade das famílias entre 2003 e 2009	131
13.	Comunicado do Ipea - Participação social como método de governo: um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais	132
14.	Comunicado do Ipea - Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: análise das Contas Nacionais	133
15.	Comunicado do Ipea - Evolução da parcela do rendimento do trabalho durante a recente estabilidade monetária	134
16.	Comunicado do Ipea - Considerações sobre o Pleno Emprego no Brasil	135
17.	Comunicado do Ipea - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): O Brasil e os Fundos Multilaterais de Desenvolvimento	136
18.	Comunicado do Ipea - Biodiesel no Brasil: desafios das políticas públicas para a dinamização da produção	137
19.	Comunicado do Ipea - A dinâmica recente das transferências públicas de assistência e previdência social	138
20.	Comunicado do Ipea - Evolução do Índice de Qualidade do Desenvolvimento em 2011	139
21.	Comunicado do Ipea - Evolução do mercado de trabalho nos Estados Unidos e Europa em decorrência da crise econômica	140
22.	Comunicado do Ipea - A internacionalização das empresas indianas	141
23.	Comunicado do Ipea - Coabitação familiar e formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras	142
24.	Comunicado do Ipea - Parlamento do Mercosul: Análise das propostas de eleição direta em discussão no Congresso Nacional	143
25.	Comunicado do Ipea - Rodovias brasileiras: Investimentos, concessões e tarifas de pedágio	144
26.	Comunicado do Ipea - Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores	145
27.	Comunicado do Ipea - O programa Minha Casa Minha Vida em municípios de até 50 mil habitantes: Quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social	146
28.	Comunicado do Ipea - Download de músicas e filmes no Brasil: Um perfil dos piratas online	147
29.	Comunicado do Ipea - Efeitos assimétricos da política monetária sobre inflação e crescimento no Brasil: diferenças conforme a fase do ciclo econômico e a direção e magnitude de choques nos juros	148
30.	Comunicado do Ipea - Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero	149
31.	Comunicado do Ipea - Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas	150
32.	Comunicado do Ipea - Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável para a América Latina na Rio+20	151
33.	Comunicado do Ipea - Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa de P&D regulado pela Aneel	152
34.	Comunicado do Ipea - Desafios e oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil	153
35.	Comunicado do Ipea - Gastos das famílias das regiões metropolitanas brasileiras com transporte urbano	154
36.	Comunicado do Ipea - A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda	155
37.	Comunicado do Ipea - PNAD 2011: Primeiras Análises sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro	156

38.	Comunicado do Ipea - Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011	157
40.	Comunicado do Ipea - 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável	158
41.	Conjuntura em Foco	17
42.	Conjuntura em Foco	18
43.	Conjuntura em Foco	19
44.	Conjuntura em Foco	20
45.	Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (BMT)	50
46.	Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (BMT)	51
47.	Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (BMT)	52
48.	Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (BMT)	53
49.	Políticas Sociais: acompanhamento e análise (BPS)	20
50.	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	18
51.	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	19
52.	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	20
53.	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	21
54.	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	22
55.	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	23
56.	Situação Social nos Estados - Região Centro-Oeste - Distrito Federal	
57.	Situação Social nos Estados - Região Centro-Oeste - Goiás	
58.	Situação Social nos Estados - Região Centro-Oeste - Mato Grosso	
59.	Situação Social nos Estados - Região Centro-Oeste - Mato Grosso do Sul	
60.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Alagoas	
61.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Bahia	
62.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Ceará	
63.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Maranhão	
64.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Paraíba	
65.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Pernambuco	
66.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Piauí	
67.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Rio Grande do Norte	
68.	Situação Social nos Estados - Região Nordeste - Sergipe	
69.	Situação Social nos Estados - Região Norte - Amazonas	
70.	Situação Social nos Estados - Região Norte - Pará	
71.	Situação Social nos Estados - Região Norte - Tocantins	
72.	Situação Social nos Estados - Região Sudeste - Espírito Santo	
73.	Situação Social nos Estados - Região Sudeste - Minas Gerais	
74.	Situação Social nos Estados - Região Sudeste - Rio de Janeiro	

75.	Situação Social nos Estados - Região Sudeste - São Paulo	
76.	Situação Social nos Estados - Região Sul - Paraná	
77.	Situação Social nos Estados - Região Sul - Rio Grande do Sul	
78.	Situação Social nos Estados - Região Sul - Santa Catarina	
79.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	1
80.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	2
81.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	3
82.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	4
83.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	5
84.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	6
85.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	7
86.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	8
86.	Temas Relevantes da Agenda Federativa	9

Indicadores

#	Título	Ano	Número
1.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		17
2.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		18
3.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		19
4.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		20
5.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		21
6.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		22
7.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		23
8.	Índice de Expectativas das Famílias (IEF)		24
9.	Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD)	3	11
10.	Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD)	3	12
11.	Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD)	4	1
12.	Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI)	3	6
13.	Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI)	3	7
14.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	45
15.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	46
16.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	47
17.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	48
18.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	49
19.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	50

20.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	51
21.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	52
22.	Indicador Ipea de Produção Industrial Mensal (PIM)	6	53
23.	Sensor Econômico	4	1
24.	Sensor Econômico	4	2
25.	Sensor Econômico	4	3
26.	Sensor Econômico	4	4
27.	Sensor Econômico	4	5
28.	Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): mobilidade urbana 2ª edição: análise preliminar dos dados coletados em 2011		
29.	Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): percepção dos trabalhadores sobre intensidade e exigências no ambiente de trabalho		1
30.	Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): segurança pública		
31.	Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): trabalho e tempo livre		

Notas técnicas

#	Título	Número
1.	A importância do crédito para o desenvolvimento social e produtivo dos assentados	11
2.	A necessidade de auditores fiscais do Trabalho no Brasil: uma análise contemplando o grau de descumprimento da legislação trabalhista	4
3.	A Participação dos BICS na OMC: o exemplo da Rodada DOHA	7
4.	Considerações sobre a integração das instituições participativas ao ciclo de gestão de políticas públicas: subsídios à formulação de um sistema de participação	3
5.	Considerações sobre os marcos regulatórios do setor ferroviário brasileiro (1997-2012)	6
6.	Estimando o desalinhamento cambial para países selecionados utilizando análise baseada em fundamentos	10
7.	Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil	10
8.	Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais	2
9.	Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010	9
10.	Gasto Social Federal: uma análise da execução orçamentária de 2011	13
11.	O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema	14
12.	Obrigações da Rússia na acesso à OMC	8
13.	OMC e economias não de mercado: o caso da China	9

Relatórios de pesquisa

#	Título
1.	A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros

2.	A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil na Visão de seus Membros
3.	Audiências Públicas no Âmbito do Governo Federal: análise preliminar e bases para avaliação
4.	Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+20
5.	Diagnóstico da Situação Atual dos Resíduos Sólidos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias Sedimentares Marítimas do Brasil
6.	Diagnóstico de educação ambiental em resíduos sólidos
7.	Diagnóstico dos instrumentos econômicos e sistemas de informação para gestão de resíduos sólidos
8.	Diagnóstico dos resíduos sólidos da atividade de mineração de substâncias não energéticas
9.	Diagnóstico dos resíduos sólidos da construção civil
10.	Diagnóstico dos resíduos sólidos de logística reversa obrigatória
11.	Diagnóstico dos resíduos sólidos de serviços de saúde
12.	Diagnóstico dos resíduos sólidos de transportes aéreos e aquaviários
13.	Diagnóstico dos resíduos sólidos de transportes terrestres: rodoviários e ferroviários
14.	Diagnóstico dos resíduos sólidos industriais
15.	Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos
16.	Diagnóstico dos resíduos orgânicos do setor agrossilvopastoril e agroindústrias associadas
17.	Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos
18.	Estudo comparado sobre a juventude brasileira e chinesa: dados preliminares do Brasil
19.	Infraestrutura e planejamento no Brasil: coordenação estatal da regulação e dos incentivos em prol do investimento - o caso do setor elétrico
20.	Justiça Infantojuvenil: situação atual e critérios de aprimoramento
21.	Mulheres e homens em ocupação de DAS na administração pública federal
22.	O Conselho Nacional das Cidades na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
23.	O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca na visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
24.	O Conselho Nacional de Assistência Social na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
25.	O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
26.	O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
27.	O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
28.	O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
29.	O Conselho Nacional de Recursos Hídricos na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
30.	O Conselho Nacional de Saúde na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)

31.	O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na visão de seus conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
32.	O Conselho Nacional de Turismo na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
34.	O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
35.	O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
36.	O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de seus Conselheiros (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
37.	Perfil Socioeconômico e Condições de Vida das Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Floresta

Relatórios de gestão

#	Título
1.	Metas Institucionais Globais e Intermediárias Ipea 2012
2.	Plano Anual de Capacitação 2012
3.	Plano de Ação Ipea 2012-2013
4.	Plano de Trabalho 2012
5.	Relatório das Articulações Institucionais Ipea 2011
6.	Relatório de Atividades Ascom/Ipea 2011
7.	Relatório de Atividades Ipea 2011

Textos para discussão

#	Título	Número
1.	Ampliando as dimensões de Indicadores Compostos Municipais: a inclusão da dinâmica econômica	1684
2.	Análises da dinâmica orçamentária dos municípios brasileiros: uma aplicação da metodologia VAR com dados empilhados	1685
3.	Gestão Pública no Século XXI: as reformas pendentes	1686
4.	Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: os casos do Haiti, Bolívia e Guiné Bissau	1687
5.	Inspeção do trabalho e evolução do emprego formal no Brasil	1688
6.	Avaliação dos fundos setoriais: CT-Transporte	1689
7.	Planejamento e desenvolvimento no Brasil entre 2003 e 2010: uma síntese dos documentos do governo federal	1690
8.	Vende mais porque é fresquinho, ou é fresquinho porque vende mais: uma avaliação de políticas selecionadas de desenvolvimento tecnológico no Brasil	1691
9.	Padrões de especialização comercial no Mercosul	1692
10.	Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha (MG)	1693

11.	Inflação, Desemprego e Choques Cambiais: Estimativas VAR para a Economia Brasileira	1694
12.	Uma investigação sobre a desigualdade na distribuição de renda e o endividamento dos trabalhadores norte-americanos dos anos 1980 aos anos 2000	1695
13.	Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia, 1995 a 2009	1696
14.	Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro	1697
15.	Áreas de Concentração das Vítimas da Violência no Município do Rio de Janeiro (2002-2006)	1698
16.	Índice de vulnerabilidade das famílias: atualização (2003-2009) e recortes geográficos	1699
17.	Compromissos assumidos por grandes e médias economias em acordos preferenciais de comércio: o contraponto entre União Europeia e Estados Unidos face a China e Índia	1700
18.	A Remuneração dos Investimentos em Energia Renovável no Brasil: uma Proposta Metodológica ao Benchmark da UNFCCC para o Brasil	1701
19.	Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral	1702
20.	Determinantes dos Deságios nos Leilões de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil entre 1999 - 2010	1703
21.	Meta-avaliação: estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários	1704
22.	Comércio internacional e integração produtiva: uma análise dos fluxos comerciais dos países da ALADI	1705
23.	Determinantes da repetência escolar no Brasil: uma análise de painel dos censos escolares entre 2007 e 2010	1706
24.	Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socio-estatais nos programas federais	1707
25.	Heterogeneidade Estrutural no Setor Agropecuário Brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2006	1708
26.	O regionalismo no século XXI: comércio, regulação e política	1709
27.	O nível da taxa básica de juros e o spread bancário no Brasil: uma análise de dados em painel	1710
28.	Impactos dos Choques na Política Monetária e no Câmbio no Brasil: um modelo de Autorregressão Vetorial Estrutural Aumentada Por Fatores Dinâmicos	1711
29.	O estatuto da igualdade racial	1712
30.	Diferencial de salários entre os setores públicos e privado no Brasil: um modelo de escolha endógena	1713
31.	Participação Social e Governança Democrática na Segurança Pública: Direções Possíveis para o Conselho Nacional de Segurança Pública	1714
32.	A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010	1715
33.	Dois países andinos no Mercosul	1716
34.	Preferência pela Liquidez dos Bancos Públicos no Ciclo de Expansão do Crédito no Brasil: 2003-2010	1717
35.	A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010	1718
36.	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): o Brasil e os fundos multilaterais de desenvolvimento	1719
37.	Educação Superior: Uma Comparação Internacional e suas Lições para o Brasil	1720
38.	Menos Armas Menos Crime	1721
39.	Políticas Públicas de Inovação no Setor Agropecuário: uma avaliação dos fundos setoriais	1722

40.	Decodificando economias locais: análise da estrutura e dinâmica do sudeste paraense utilizando CSa	1723
41.	Cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência social	1724
42.	Além da autossuficiência: o Brasil como protagonista no setor energético	1725
43.	A Paraíba no contexto nacional, regional e interno	1726
44.	Conferências Locais, Distritais e Municipais de Saúde: mudança de escala e formação de um sistema participativo, representativo e deliberativo de políticas públicas	1727
45.	Desenvolvimento tecnológico por origem de capital	1728
46.	A Hora e a Vez do Desenvolvimento Regional Brasileiro: uma proposta de longo prazo	1729
47.	Levando a sério o que nos dizem as narrativas: Notas sobre narrativas e avaliação nas políticas públicas	1730
48.	O Plano Amazônia Sustentável (PAS) e suas Interações com o Desmatamento Regional: uma aplicação qualitativa da dinâmica de sistemas	1731
49.	Neodesenvolvimento e a busca de uma nova inserção	1732
50.	Conferências de políticas públicas e inclusão participativa	1733
51.	Preferências, instituições e política na formulação e implementação do BPC - Geralda Luiza de Miranda	1734
52.	Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais	1735
53.	Desenvolvimento tecnológico por empresas multinacionais no Brasil e Coréia do Sul	1736
54.	Impactos dos Fundos Setoriais nas Empresas	1737
55.	O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho	1738
56.	Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil	1739
57.	Heterogeneidade produtiva na agricultura brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente	1740
58.	Conferências Nacionais e Políticas Públicas para Grupos Minoritários	1741
59.	Financiamento público da pesquisa em recursos hídricos no Brasil: o Fundo Setorial CT-Hidro	1742
60.	Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009	1743
61.	Gestão das águas: experiência internacional e brasileira	1744
62.	A política comercial dos BRICS com seu entorno e efeitos para o Brasil	1745
63.	Defasagem do IPTU no Município do Rio de Janeiro: uma proposta de reforma	1746
64.	Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro	1747
65.	Tecnologia militar e desenvolvimento econômico: uma análise histórica	1748
66.	Problematizações acerca do conceito de um novo Estado desenvolvimentista	1749
67.	Representação política e conferências: os desafios da inclusão da pluralidade	1750
68.	Evolução da execução orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação entre 2001 e 2010	1751
69.	Avaliação dos Fundos Setoriais: CT-Info	1752
70.	Origem de capital e acesso aos incentivos fiscais e financeiros à inovação no Brasil	1753
71.	Dos "dividendos da paz" à guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria	1754

72.	Sensibilização e Mobilização dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades da Educação Ambiental	1755
73.	O uso de medidas antidumping no Brasil, na Índia e na China: características de regulação e de participação do setor privado	1756
74.	Sistema Brasileiro de Registro de Preços: virtudes e vícios à luz da teoria econômica	1757
75.	A base industrial de defesa brasileira	1758
76.	Políticas de apoio à inovação no Brasil: uma análise de sua evolução recente	1759
77.	Conduta da guerra na era digital e suas implicações para o Brasil: uma análise de conceitos, políticas e práticas de defesa	1760
78.	Perfil e dinâmica do emprego em telecomunicações no Brasil entre 1998 e 2011	1761
79.	Existe Bolha no Mercado Imobiliário Brasileiro?	1762
80.	Inflação versus Desemprego: novas evidências para o Brasil	1763
81.	A gênese das agências reguladoras de transportes: o institucionalismo histórico aplicado à reforma regulatória brasileira dos anos de 1990	1764
82.	Política Comercial e Política Externa no Brasil: uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010)	1765
83.	Sobreapreciações cambiais e composição de comércio exterior nos países emergentes	1766
84.	Trabalho e tempo livre	1767
85.	Dívida Pública e Passivo Externo: onde está a ameaça?	1768
86.	O mistério da taxa de câmbio real chinesa: algumas razões que podem explicar a diversidade dos resultados	1769
87.	Mudanças Estruturais na Economia Brasileira ao Longo da Década de 2000	1770
88.	Structural Change in the Brazilian Economy in the 2000s	1770a
89.	Investimentos nos Governos Subnacionais no Brasil: estimação e análise por modelos de espaço de Estado	1771
90.	A Convergência das Políticas Ambientais e Comerciais no Contexto das Mudanças Climáticas: possíveis impactos sobre a competitividade brasileira	1772
91.	A regulação de novos temas em acordos preferenciais de comércio celebrados por União Europeia, Estados Unidos, China e Índia: pontos relevantes para o Brasil	1773
92.	Eficiência Regulatória: tempo de registro de medicamentos genéricos no Brasil	1774
93.	Políticas de conteúdo local no setor petrolífero: o caso brasileiro e a experiência internacional	1775
94.	Desafios da Acessão da Rússia à OMC	1776
95.	Micro e macroimpactos de políticas de desenvolvimento regional	1777
96.	Transferências federais a entidades sem fins lucrativos (1999-2010)	1778
97.	Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local	1779
98.	Insumos importados e evolução do setor manufatureiro no Brasil	1780
99.	Curvas de Custos Marginais de Abatimento de Gases de Efeito Estufa no Brasil: Resenha e Oportunidades de Mitigação	1781
100.	A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios	1782

101.	Padrão de financiamento e exposição cambial das empresas exportadoras brasileiras a partir da crise de 2008	1783
102.	Avaliação de Eficiência em Sistemas de Saúde: Brasil, América Latina, Caribe e OCDE	1784
103.	Apoio à exportação: evidências empíricas e desafios para futuras pesquisas	1785
104.	Export assistance: a literature review and challenges for future research	1785a
105.	A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento	1786
106.	Representação e reforma política: o debate sobre as eleições diretas para o Parlasul	1787
107.	O momento, os desafios e possibilidades da análise territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional	1788
108.	Os BRICS sob a Ótica da Teoria dos Acordos Regionais de Comércio	1789
109.	A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano	1790
110.	Panorama do pré-sal: desafios e oportunidades	1791
111.	O grau de sofisticação relativa das exportações brasileiras: 1996-2007	1792
112.	Prêmio Salarial Urbano e a trajetória da desigualdade: evidências para o Brasil	1793
113.	As Liberdades Humanas como Bases do Desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen	1794
114.	Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica*	1795
115.	Heterogeneidades em receitas orçamentárias, eficiência e seus determinantes: evidências para municípios brasileiros em 2010	1796
116.	Mulheres e homens em ocupação de DAS na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG)	1797
117.	Fatores Globais e Locais na Determinação do Fluxo de Capital para Economias Emergentes	1798
118.	Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX	1799
119.	O grau de desenvolvimento rural dos municípios goianos	1800
120.	Propriedade Intelectual, Serviços e Investimentos: panorama de regulação em acordos regionais de comércio celebrados pela União Europeia, Estados Unidos, China e Índia	1801
121.	Desempenho Produtivo	1802
122.	Gastos das famílias Brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: uma análise da POF 2003 e 2009	1803
123.	Inflação e o padrão de crescimento brasileiro: considerações a partir da desagregação do IPCA	1804

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Assessoria Técnica da Presidência do Ipea
(ASTECC)

INTRODUÇÃO

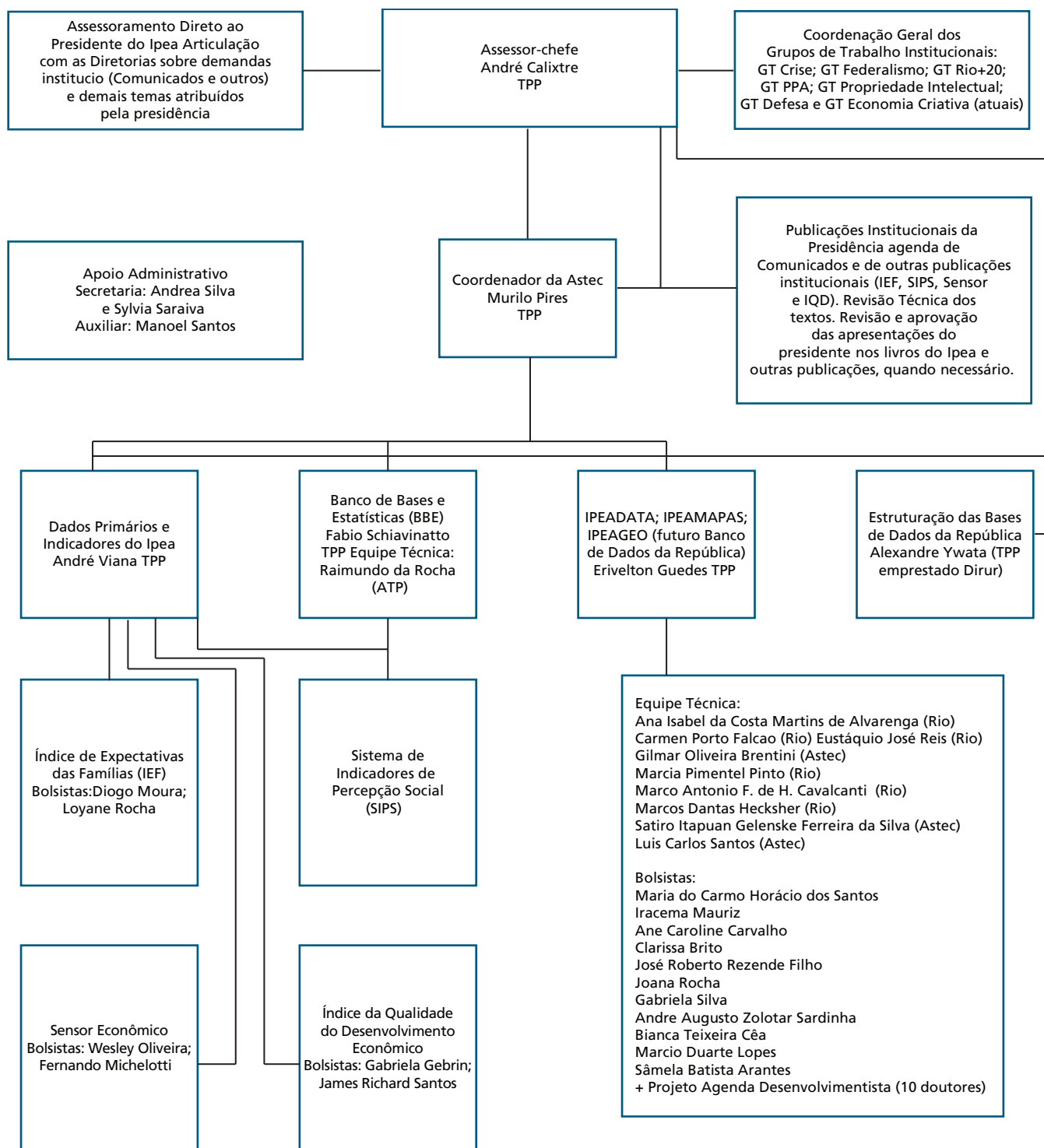
Seguindo decisão tomada pelo presidente Marcio Pochmann em meados de 2011, a ASTEC passou, sob a chefia da técnica de Planejamento e Pesquisa Luciana Acioly, por um processo de revitalização da capacidade do gabinete do presidente em operacionalizar pesquisas de alcance institucional e, ao mesmo tempo, centralizar e integrar as bases de dados primárias, vitais ao funcionamento da casa e que estavam dispersos nas diretorias. Esse processo de estruturação da ASTEC consolida-se ao final de 2011 e início de 2012, quando, sob a chefia do técnico de Planejamento e Pesquisa André Calixtre, o organograma, apresentado abaixo, expressou o quadro geral de funcionários e competências em 2012.

A estrutura geral da Assessoria tinha por objetivos: fornecer respostas rápidas a demandas do presidente e de órgãos superiores da República; estabelecer procedimentos para as publicações institucionais do Ipea, garantindo a qualidade técnica dos trabalhos divulgados e a participação efetiva dos técnicos da casa nesses espaços; promover a integração dos dados primários (do Ipea e de outras instituições) existentes na casa com os sistemas de acesso à informação por parte do público, primeiramente fortalecendo um sistema interno de consulta de dados (Banco de Bases e Estatísticas – BBE) para posteriormente integrá-lo ao IpeaData (nome provisório do projeto: Banco de Dados da República); promover a produção matricial do conhecimento sobre o desenvolvimento do Brasil e sua inserção Internacional, a partir da criação e o fortalecimento de Grupos de Trabalho (GTs) interdiretorias.

Foi diante dessa demanda que a ASTEC formou-se de acordo com o organograma abaixo:

DIAGRAMA 1

Organograma da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea em 2012



Nessa estrutura, foi estabelecido Plano de Trabalho para o ano 2012, que consistiu dos seguintes itens:

QUADRO 1

Projetos do Plano de Trabalho da ASTEC para 2012

Número do Projeto	Projeto	Descrição
10	Sistema de Indicadores de Percepção Social - SIPS	Disponibilizar para atores governamentais e para a sociedade civil pesquisas de indicadores de percepção social em diversos temas, como mobilidade social, mídia, trabalho, defesa nacional, entre outros.
11	Integração Base de Dados	Promover integração de todas as bases de dados do Ipea numa única plataforma de informações, melhorar sua governança e garantir de forma fácil e segura o acesso a informações.
12	Parceria Ipea-Cepal	Ser o ponto focal de interlocução do Ipea com a Cepal no estabelecimento da parceria, articulando também as linhas gerais de trabalhos realizados entre as diretorias do Ipea e a Cepal.
13	Grupo de Trabalho sobre Defesa Nacional	Realizar estudos e pesquisas interdiretorias sobre o tema Defesa Nacional.
14	Grupo de Trabalho Propriedade Intelectual	Discutir o tema propriedade intelectual em suas várias dimensões, indústria, serviços, entre outros.
15	Grupo de Trabalho Economia Criativa	Realizar estudos e pesquisas de forma transdisciplinar sobre tema economia criativa.
16	Grupo de Trabalho sobre a Crise	Analisar a conjuntura da crise internacional.
17	Produção de Indicadores	Elaborar e divulgar indicadores econômicos e sociais.
18	Comunicados do Ipea	Articular e disseminar para a sociedade as principais pesquisas realizadas e em andamento do Ipea, bem como responder a necessidades específicas da presidência e diretorias do Ipea.
19	Documentos da Presidência do Ipea para o Governo	Assessorar o Governo, nas três esferas de poder, sobre temas estratégicos do Estado brasileiro, antecipando pesquisas relevantes do Ipea e fortalecendo o canal de diálogo entre a instituição e os formuladores de políticas públicas.
20	Presença do Estado no Brasil	Elaborar o relatório 2012 da publicação "Presença do Estado no Brasil".
21	Grupo de Trabalho Cenários e Perspectivas	Analisar cenários e perspectivas como apoio às pesquisas relativas ao projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro II (PDB II).

PROJETO 10: SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL

Durante 2012, 11 pesquisas relacionadas ao SIPS foram produzidas: Intensidade do Trabalho; Uso do Tempo Livre; Segurança Pública; Conhecimento dos Programas Sociais (documento interno); Mobilidade Urbana; Mídia e Comunicação; Educação; Defesa Nacional (3 edições); e Valores e Estrutura Social.

A coordenação do SIPS é exercida pelo técnico Fabio Schiavinatto, que desempenha funções amplas que abarcam desde a contratação da empresa responsável até a revisão técnica dos documentos finais, elaborados a partir de questionário e análise feitos pelos técnicos da casa. O roteiro de atividades do SIPS seguiu este escalonamento:

QUADRO 2
Roteiro de atividades do SIPS em 2012

	Interesse espontâneo (participaram em 2010)	Interesse espontâneo (não participaram em 2010)	Indicados (não participaram em 2010)	Interesse externo (outros órgãos de governo)	Diretoria	Técnico responsável	Sugestão	Justificativa
Segurança Pública					DIEST	Almir		Relevância
Justiça					DIEST	Fabio Sá ¹		Relevância
Cultura					DISOC	Fred		³
Mobilidade Urbana					DIRUR	Ernesto		Parceria c/ MC
Bancos					ASTEP	Fabio ²		Parceria c/ o Bacen
Gênero					DISOC	Maria		
Saúde					DISOC	Luciana S		Relevância
Educação					DISOC	P Corbucci		Relevância
Trabalho					DISOC	Andre		
Saneamento Básico					DIRUR	Piedade		Parceria c/ MC
Mídia/Comunicação					PRESI	Luseni		Tema novo
Tempo Livre					PRESI	Márcio P.		³
Assistência Social					DISOC	Jorge A.		Parceria c/ o MDS
Defesa								³

Notas: ¹ A responsabilidade do tema a decidir: Gabinete ou DIEST.

² Responsabilidade compartilhada com Flávia, da DISET.

³ Entrariam em uma possível rodada adicional (possibilidade contratual a ser submetida à Procuradoria Jurídica).

PROJETO 11: INTEGRAÇÃO DAS BASES DE DADOS

Tópico de múltiplas responsabilidades entre os técnicos da ASTEC, envolve os trabalhos do IpeaData, do Ipea Mapas e do BBE.

Com relação ao BBE, os responsáveis de cada diretoria pela centralização dos dados foram definidos segundo a Portaria nº147/2011:

QUADRO 3
Responsáveis pela centralização de dados no BBE

Diretoria	Diretor	Técnico responsável pela base	Ramal	Email
DIRUR	Francisco de Assis	Alexandre Ywata	5394	alexandre.ywata@ipea.gov.br
DISOC	Jorge Abrahão	Herton Araújo	5118	herton.araujo@ipea.gov.br
DINTE	Marcos Cintra/ Luciana Acioly	Flávio Lyrio Carneiro	5064	flavio.carneiro@ipea.gov.br
DIEST	Alexandre Gomide	Acir dos Santos Almeida	5544	acir.almeida@ipea.gov.br
DISET	Marcio Wohlers/ Carlos Silveira	Aguinaldo Nogueira	5133	aguinaldo.maciente@ipea.gov.br

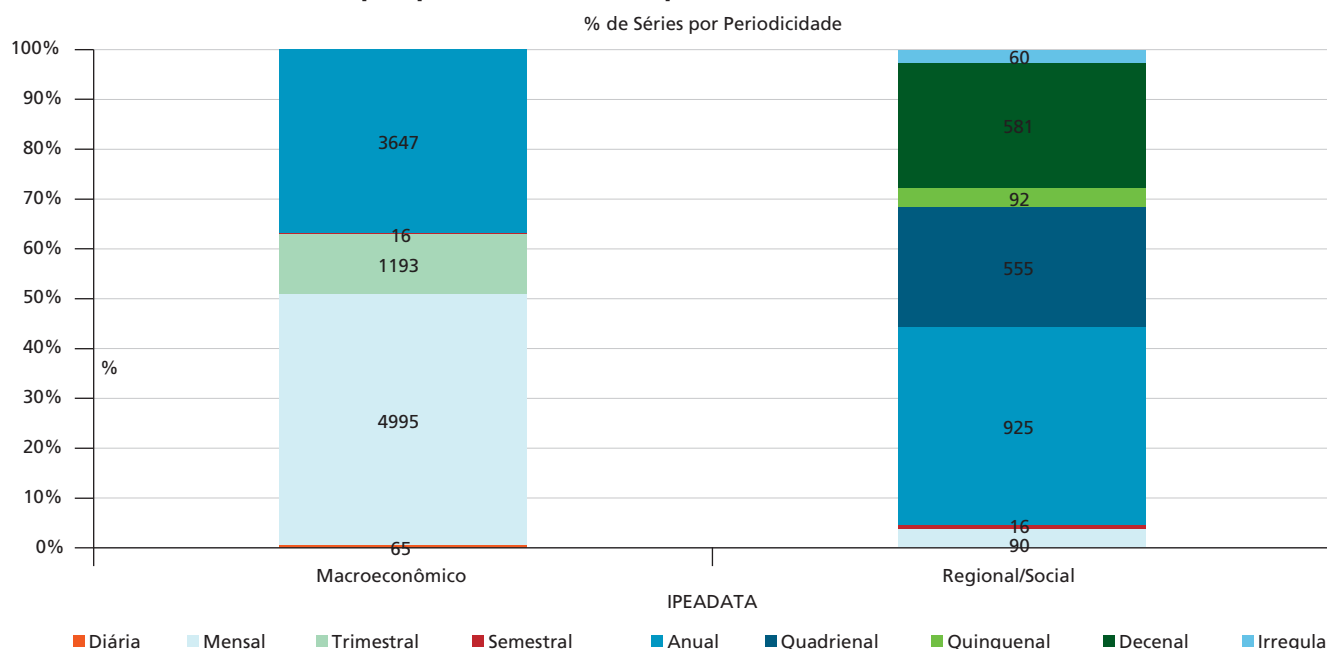
DIMAC	Vanessa Petrelli	Claudio Hamilton	5119	claudio.santos@ipea.gov.br
		Marco Antônio Cavalcanti (Ipea Rio)	8589	marco.cavalcanti@ipea.gov.br
ASCOM	Daniel Castro	João Claudio Rodrigues	5264	joaoclaudio.lima@ipea.gov.br
DIDES	Geová Parente	José Eduardo Brandão	5247	je.brandao@ipea.gov.br
ASTEC	Luciana Acioly/André Calixtre	Erivelton Guedes	5358	erivelton.guedes@ipea.gov.br
ASPLA	Aristides Monteiro		5553	

Esses responsáveis, junto com o GT de Integração de Dados, fizeram os trabalhos de identificação e incorporação das bases de dados dispersas na diretoria para a BBE. Em meados de 2012, a quase totalidade dos dados já estava reunida no sistema central, o que garantiu uma melhoria sem precedentes na democratização do acesso dos dados por parte do técnico da casa, independentemente da diretoria à qual pertencia, e constituiu um passo decisivo para a ampliação do acesso dessa informação ao cidadão comum.

Aqui se trata de expor os trabalhos do IpeaData. Coordenado por Carmem Falcão (Rio de Janeiro) e com a colaboração especial do técnico de Planejamento e Pesquisa Alexandre Ywata (DIRUR, atual chefe da ASTEC), o IpeaData é uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil com séries históricas – anuais, mensais e diárias – consistentes e atualizadas, com valores nominais e reais expressos na mesma unidade monetária (R\$). Dados para regiões administrativas, bacias hidrográficas, estados e municípios que, para análises intertemporais, são agregados em áreas mínimas comparáveis.

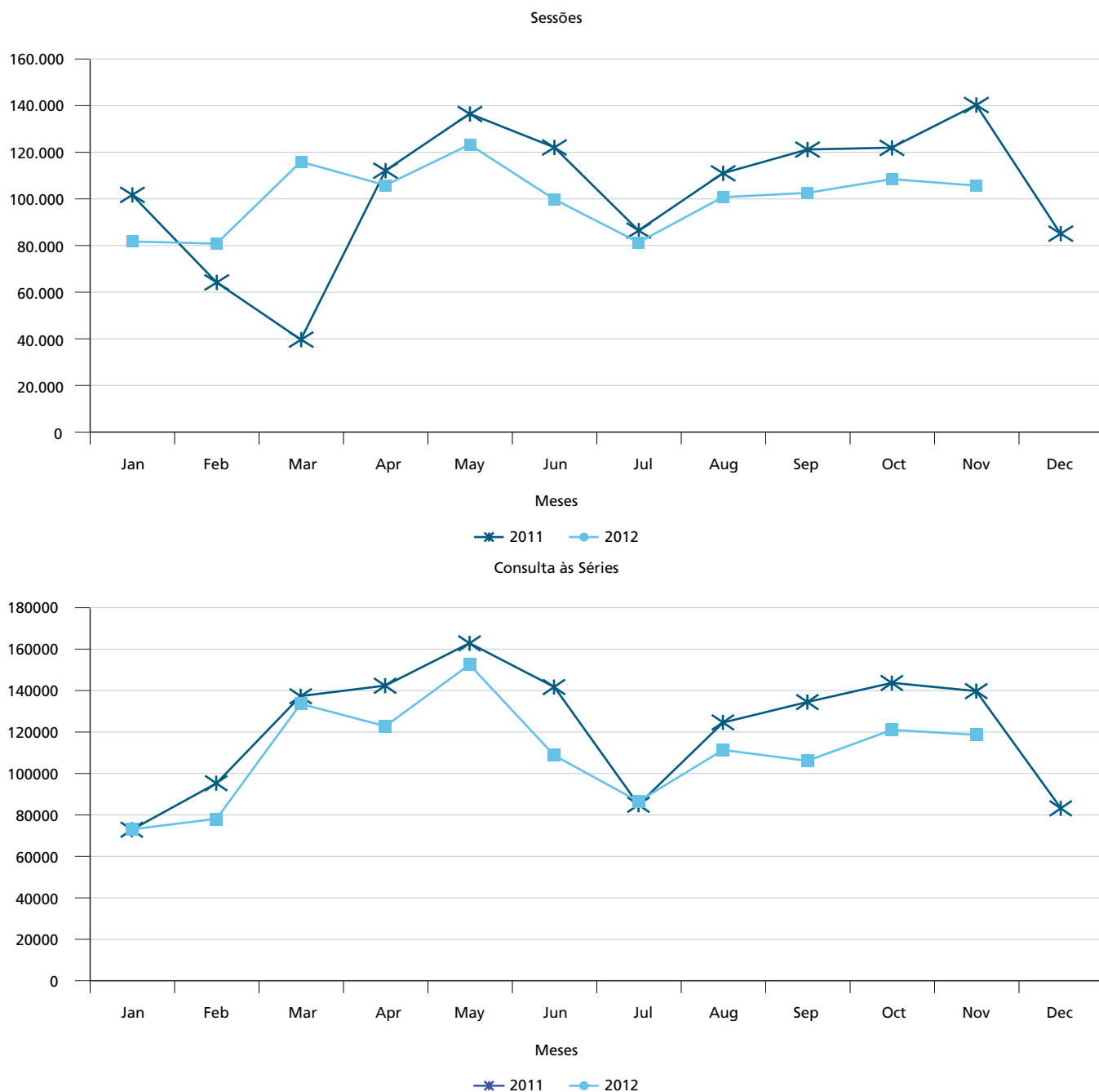
Atualmente, encontram-se disponíveis cerca de 9.916 séries macroeconômicas e 2.319 séries regionais com periodicidades conforme o gráfico abaixo, representando um aumento de 5,0% no macroeconômico e 0,40% no regional em relação ao número de séries disponíveis em 2011.

GRÁFICO 1
Quantidade de séries por periodicidade no IpeaData (2012)



Em 2012, foram realizadas 1.124.429 sessões e 1.226.866 consultas às séries. A evolução da utilização total do IpeaData, até 04/12/12, pode ser visualizada nos dois gráficos abaixo.

GRÁFICO 2
Utilização do IpeaData em 2012 (até 4 de dezembro)



As atividades do Ipeadata em 2012 consistiram em: planejamento do seu conteúdo e da sua arquitetura; acompanhamento dos lançamentos e modificações de indicadores econômicos e sociais nas publicações e sites das fontes de dados; organização e tratamento de dados, como tarefas de obtenção dos dados, preparação dos dados para entrada na programação SAS e TROLL, definição dos atributos de crítica e de requisitos para montagem do banco de metadado, elaboração do plano de crítica e consistência dos dados através de análise de sistemas e programação SAS e TROLL, compatibilização dos municípios de fontes diversas com os municípios oficiais do IBGE, checagem de definição e consistência do dado e geração de arquivos em formato apropriado para entrada no SQL, respeitando a modelagem do banco de dados. Além disso, houve as atividades de: elaboração de metadado; construção de áreas mínimas comparáveis (AMC); construção de mapas para as AMCs; adaptação e utilização de programas em SAS e TROLL para gerar e atualizar séries de dados disponíveis no IpeaData; utilização do módulo gerente do IpeaData para incluir, atualizar e corrigir dados e metadado das séries disponíveis no IpeaData; atualização de séries diárias, mensais, trimestrais e anuais disponibilizadas no IpeaData; atualização dos indicadores da Sinopse Macroeconômica e dos deflatores no site do IpeaData; atendimento

direto a usuários internos e externos do IpeaData; acompanhamento e homologação das correções realizadas no IpeaData pela CGMTI; tradução para o inglês dos campos de metadado “nome resumido”, “nome completo” e “comentários das séries”; geração, por meio do software TROLL, das tabelas em Excel dos temas atividade econômica, emprego e renda, inflação, setor externo, economia monetária, economia internacional e finanças públicas utilizadas na atualização trimestral das séries temporais divulgadas junto à *Carta de Conjuntura* no site do Ipea. Conforme a periodicidade prevista, foram concluídas quatro edições em 2012.

Um ponto relevante no qual os responsáveis pelo IpeaData se concentraram foi a migração do Programa Troll para o SAS. Em janeiro de 2012 foi decidido pela não renovação do programa Troll com vencimento em novembro de 2014. Portanto, deu-se o início do processo de substituição da plataforma em reuniões periódicas com a Assessoria Técnica da Presidência do Ipea e com a CGTIC/Ipea, que já está em fase de exportação dos dados.

Sobre o IpeaMapas, houve intensa atividade da equipe, liderada pelo técnico de Planejamento e Pesquisa Erivelton Guedes, nas Codes estaduais, sendo que em praticamente todos os estados a ASTEC se fez presente por meio da divulgação do IpeaMapas, especialmente para gestores públicos locais. Abaixo, seguem as atividades desenvolvidas pelo IpeaMapas em 2012:

- Curso de SAS Básico
- Curso de STATA Intermediário 10/04 a 14/04
- Contribuição para organização da base de dados de setores censitários (IpeaMapas).
- Mapa de Localização para Fernanda Lira Goes (DISOC).
- Mapa de geração de fluxo para Fábio Alves.
- Montagem e organização de base de dados “Projeto Biomas” (Dados produção agrícola, pecuária e exportação por Bioma).
- Levantamento de Software de Geoprocessamento (Livres e Proprietários).
- Monitoria em ArcGis estagiário Marcelo Ferreira.
- Organização das bases do setor censitário para Camilo Laureto.
- Seleção de variáveis de indicadores Ambientais no Censo Agropecuário para Murilo Pires. (Projeto Biomas)
- Seleção de extensões do ArcGis/ Erivelton Guedes.
- Organização de demonstração da nova versão do ArcGis/Erivelton Guedes.
- Organização da estrutura do Banco de dados Agropecuária/ Gabriela Gerin. (Projeto Biomas)
- Mapas projetos Instituições/ Marco Aurélio.
- Assessoria à utilização das bases de dados do Ipea/ Ana Paula Lima Ferreira.
- Compatibilização do arquivo SHP de Biomas com o mapa político do Brasil (Projeto Biomas)
- Atualização dos mapas projetos Instituições/ Marco Aurélio.
- Projeto AMC/ Gilberto Rezende.
- Mapas Projeto Biomas/ Murilo Pires
- Apresentação do IpeaMapas/IpeaData/IpeaGeo para o Ministério da Integração. Erivelton Guedes
- Elaboração da proposta de inserção do IpeaMapas nas Codes estaduais para o Ministério da Integração/ Erivelton Guedes.
- Elaboração do Folder do IpeaMapas/ Erivelton Guedes.
- Elaboração de mapas Pontos de Cultura/ Frederico Silva.
- Organização de base de dados pontos de cultura/ Mariana Marchão.
- Monitoria para base de dados sobre Eleição/ Ana Paula Lima Ferreira.
- Projeto de banco de dados para CD do IpeaMapas.

- Elaboração de apresentação da CODEs regionais.
- Atualização dos mapas dos Projetos Instituições/ Marco Aurélio
- Assessoria de dados para monitoria/ Camila Horst Toigo
- Monitoria de como visualizar dados geográficos/ Frederico Silva
- Representar Ipea na reunião do Observatório/ Luciana Acioly
- Relatório das Codes estaduais.
- Monitoria no Quantum Gis/ Clara Valença
- Projeto Educação/ Eduardo Zen
- Compatibilização Setores Censitários 2000/2010 Lucas Mation
- Taxa de analfabetismo/ Eduardo Zen
- Mapas População Piauí/ Maria Matos/ Albino
- Monitoria e geração de dados setores censitários/ Diego Magalhães
- Edição de base de dados PNUD/ Erivelton Guedes
- Organização de arquivos vetoriais e união dos setores censitários brasileiros de 2010. Solicitado por Camilo Rey Laureto (DIRUR);
- Mapa das empresas atuantes no continente africano. Solicitado por Elton Jony (DINTE);
- Mapas de operações de paz. Solicitado por Rodrigo Fracalossi de Moraes (DINTE);
- Curso de SAS Guide oferecido pela DIRUR (ouvinte);
- Curso de STATA oferecido pela DIRUR (ouvinte);
- Vídeo de Divulgação e Apresentação do IpeaMapas. Solicitado por Erivelton Pires Guedes (ASTEP);
- Espacialização das Concessionárias de Energia Elétrica. Solicitado por Fabiano Mezadre Pompermayer (DISET);
- Projeto de solicitação de apresentação do IpeaMapas nas Conferências do Desenvolvimento (CODE) elaborado em conjunto pela equipe do IpeaMapas. Solicitado por Erivelton Pires Guedes e Murilo José de Souza Pires (ASTEP);
- Mapas de Regionalização de Crédito. Solicitado por Vanessa Petrelli de Correa (ASTEP);
- Minicurso do IpeaMapas na Conferência Estadual do Desenvolvimento (CODE) em Vitória, Espírito Santo (palestrante)*;
- Minicurso do IpeaMapas na Conferência Estadual do Desenvolvimento (CODE) em Macéio, Alagoas (palestrante)*;
- Minicurso do IpeaMapas na Conferência Estadual do Desenvolvimento (CODE) em Macapá, Amapá (palestrante)*;
- Minicurso do IpeaMapas na Conferência Estadual do Desenvolvimento (CODE) em Goiânia, Goiás (palestrante)*;
- Minicurso do IpeaMapas na Conferência Estadual do Desenvolvimento (CODE) em Curitiba, Paraná (palestrante)*;
- Minicurso do IpeaMapas na Conferência Estadual do Desenvolvimento (CODE) em Belém, Pará (palestrante)*;
- Apresentação das Ferramentas do IpeaMapas na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Solicitado por Erivelton Pires Guedes (ASTEC);
- Espacialização de dados. Solicitado por Fábio Schiavinatto (ASTEC).

PROJETO 12: PARCERIA IPEA-CEPAL

Coordenado diretamente pela chefia da Assessoria, o ano de 2012 foi tomado pelas negociações do novo convênio e plano de trabalho para o quadriênio 2012-2016 entre o Ipea e a Cepal. Isso levou a uma negociação com todas as diretorias do Ipea, e os documentos resultantes foram o Convênio Marco 2012-2016 e o Plano de Trabalho para o mesmo período entre as instituições.

Ademais, a presidenta interina Vanessa Petrelli e a secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, uniram esforços na confecção de um comunicado conjunto especial para a Conferência Rio+20.

PROJETOS 13 A 16: GRUPOS DE TRABALHO

Coordenados pela chefia da ASTEC em parceria com um técnico da área mais representativa do GT, a metodologia dos grupos dependeu fortemente do compromisso e do interesse dos técnicos que o integravam. As atividades resumidas dos grupos ao longo de 2012 foram:

- O GT Federalismo, que organizou livro *Federalismo à Brasileira*, uma proposta de comunicado sobre os novos critérios de repartição do FPE, e um seminário em conjunto com a Secretaria de Assuntos Estratégicos sobre Desafios Federativos: mecanismos de solução de controvérsias.
- O GT Rio +20, que produziu relatório de pesquisa especialmente voltado para a conferência e integrou a delegação brasileira no evento.
- O GT Bases de Dados: pelos motivos expostos no projeto 11.
- GT Crise: que, apesar de descontinuado, teve importante atuação no começo de 2012, com a entrega de um relatório interno sobre a conjuntura da crise na Europa.
- O GT Defesa centrou-se na construção de seu plano de trabalho e na colaboração com os livros recém-publicados do Ipea sobre Defesa Nacional, além da coordenação de um comunicado sobre Defesa Espacial.
- O GT Economia Criativa teve suas atividades descontinuadas por falta de participantes interessados na pesquisa.
- Os GTs Propriedade Intelectual e PPA não realizaram reuniões ao longo de 2012.

PROJETO 17: INDICADORES DO IPEA

Sob coordenação do técnico de Planejamento e Pesquisa André Viana, os indicadores do Ipea são aqueles produzidos primariamente pela instituição, e abarcam o SIPS (ver projeto 10), o Índice de Expectativas das Famílias (IEF), o Sensor Econômico e o Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD). Os resultados de 2012 mostram uma produção normal de comunicados do IEF e Sensor, com exceção do primeiro, devido à decisão do novo presidente Marcelo Neri em transformar sua periodicidade mensal para trimestral ou final de 2012, o que acarretou 11 edições do índice e não 12. O Sensor, de periodicidade bimestral, teve normalmente cinco edições em 2012, sendo que o último bimestre somente é mensurado no ano de 2013. O Índice de Qualidade do Desenvolvimento teve uma publicação atualizada no início de 2012, no entanto foi descontinuado em seguida para melhorias metodológicas.

PROJETO 18: COMUNICADOS DO IPEA

Coordenados pelo técnico de Planejamento e Pesquisa Murilo Pires, os Comunicados do Ipea seguiam uma lógica institucional de produção do conhecimento, onde a pesquisa, originada prioritariamente pelas diretorias, era selecionada ou demandada pelos diretores de acordo com temas estratégicos definidos em conjunto com a presidência do Ipea. Esse sistema demandava uma série de controles para que os documentos fossem padronizados segundo uma linguagem adequada a uma publicação institucional.

Ademais, era papel da ASTEC coordenar a divulgação prévia dos comunicados para órgãos superiores da república que pudessem ter interesse direto na divulgação da pesquisa, no intuito de evitar atritos desnecessários

e incorporar antecipadamente críticas e sugestões no texto final. Ao todo, foram produzidos 27 Comunicados coordenados pela Astec:

1. Comunicado do Ipea nº 127 - Custo e tempo do processo de execução fiscal promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)
2. Comunicado do Ipea nº 128 - Janeiro de 2012 - A nova Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana
3. Comunicado do Ipea nº 129 - Janeiro de 2012 - Presença do Estado no Brasil
4. Comunicado do Ipea nº 130 - Janeiro de 2012 - Considerações sobre a desaceleração do PIB em 2011
5. Comunicado do Ipea nº 131 - Janeiro de 2012 - Vulnerabilidade das famílias entre 2003 e 2009
6. Comunicado do Ipea nº 132 - Janeiro de 2012 - Participação social como método de governo: um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais
7. Comunicado do Ipea nº 133 - Fevereiro de 2012 - Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: análise das Contas Nacionais
8. Comunicado do Ipea nº 134 - Fevereiro de 2012 - Evolução da parcela do rendimento do trabalho durante a recente estabilidade monetária
9. Comunicado do Ipea nº 135 - Fevereiro de 2012 - Considerações sobre o Pleno Emprego no Brasil
10. Comunicado do Ipea nº 136 - Fevereiro de 2012 - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): O Brasil e os Fundos Multilaterais de Desenvolvimento
11. Comunicado do Ipea nº 137 - Março de 2012 - Biodiesel no Brasil: desafios das políticas públicas para a dinamização da produção
12. Comunicado do Ipea nº 138 - Março de 2012 - A dinâmica recente das transferências públicas de assistência e previdência social
13. Comunicado do Ipea nº 139 - Março de 2012 - Evolução do Índice de Qualidade do Desenvolvimento em 2011
14. Comunicado do Ipea nº 140 - Março de 2012 - Evolução do mercado de trabalho nos Estados Unidos e Europa em decorrência da crise econômica
15. Comunicado do Ipea nº 141 - Março de 2012 - A internacionalização das empresas indianas
16. Comunicado do Ipea nº 142 - Abril de 2012 - Coabitação familiar e formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras
17. Comunicado do Ipea nº 143 - Abril de 2012 - Parlamento do Mercosul: Análise das propostas de eleição direta em discussão no Congresso Nacional
18. Comunicado do Ipea nº 144 - Abril de 2012 - Rodovias brasileiras: Investimentos, concessões e tarifas de pedágio
19. Comunicado do Ipea nº 145 - Abril de 2012 - Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores
20. Comunicado do Ipea nº 146 - Maio de 2012 - O programa Minha Casa Minha Vida em municípios de até 50 mil habitantes: Quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social
21. Comunicado do Ipea nº 147 - Maio de 2012 - Download de músicas e filmes no Brasil: Um perfil dos piratas online
22. Comunicado do Ipea nº 148 - Maio de 2012 - Efeitos assimétricos da política monetária sobre inflação e crescimento no Brasil: diferenças conforme a fase do ciclo econômico e a direção e magnitude de choques nos juros
23. Comunicado do Ipea nº 149 - Maio de 2012 - Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero

24. Comunicado do Ipea nº 150 - Junho de 2012 - Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas
25. Comunicado do Ipea nº 151 - Junho de 2012 - Os desafios do desenvolvimento sustentável para a América Latina na Rio+20
26. Comunicado do Ipea nº 152 - Julho de 2012 - Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa de P&D regulado pela Aneel
27. Comunicado do Ipea nº 153 - Julho de 2012 - Desafios e oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil

PROJETO 19: DOCUMENTOS PARA O GOVERNO

Com o objetivo de antecipar para os órgãos superiores do Ipea pesquisas sensíveis ou de impacto imediato à sua área de atuação, foi criado um modelo institucional para a divulgação restrita de documentos para o Governo. A proposta era evoluir nesse mecanismo de aproximação direta entre a produção institucional do Ipea e o Estado. Ao todo, 6 documentos para o Governo foram produzidos:

- 3 edições do SIPS Defesa Nacional
- SIPS Conhecimento dos Programas Sociais
- Proposta de Comunicado sobre Dinâmica dos Investimentos Públicos
- SIPS Educação

PROJETO 20: PRESENÇA DO ESTADO NO BRASIL

O projeto Presença do Estado no Brasil foi descontinuado em 2012. Houve, no entanto, o recolhimento de parte dos dados necessários a uma edição 2012 para a pesquisa.

PROJETO 21: GRUPO DE TRABALHO CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

O projeto de Cenários e Perspectivas foi descontinuado em 2012. Houve, no entanto, uma reunião preparatória para a confecção do grupo de trabalho, mas este não foi oficializado por portaria, permanecendo apenas um projeto em suspenso.

PERSPECTIVAS PARA 2013

Para 2013, a ASTEC dará continuidade às tarefas dos anos anteriores. Entre as tarefas a serem efetuadas pela ASTEC em 2013 e 2014, incluem-se:

1. Continuidade do Sistema de Indicadores de Percepção Social, havendo ao longo desse período reformulações na amostra, nos questionários e nos temas das pesquisas de campo;
2. Implementação de pesquisas longitudinais, dentro da estrutura do SIPS;
3. Continuidade do projeto de integração e consolidação de bases de dados, com foco na evolução do sistema BBE e na segurança de acesso às bases de dados restritas;
4. Continuidade do processo de evolução das ferramentas de disponibilização e análise de dados para os públicos externos e internos ao Ipea: IpeaData, IpeaMapas e IpeaGEO;
5. Assessoramento às diversas diretorias do Ipea na confecção de mapas e de análises com dados geográficos;
6. Trabalho conjunto com a ASPLA no sistema de avaliação e acompanhamento de projetos do Ipea;
7. Assessoramento à Presidência do Ipea em pesquisas de interesse estratégico;
8. Gerenciamento das pesquisas em rede no Ipea, que envolvam diversas instituições externas de pesquisa e de políticas públicas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de
Projetos e Pesquisas
(ASPLA)**

INTRODUÇÃO

Este documento traz o relatório das atividades desenvolvidas, em 2012, no âmbito da Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisas do Ipea.

A área desenvolveu atividades vinculadas ao Planejamento Operacional e Estratégico, além de desenvolvimento de um instrumento de desenvolvimento de pesquisas e projetos que foi a formação da Rede Ipea de Pesquisa.

A ASPLA desenvolveu suas atividades em 2012, conforme se verá, em conformidade com as metas estabelecidas para a área, além de concluir o processo de contratação de empresa consultora na área de Planejamento Estratégico; por outro lado 2012 foi o ano de implementação da quase totalidade das iniciativas de pesquisas aprovadas por meio da Chamada Pública nº 001/2011 que tratava da formação da Rede Ipea de Pesquisas, cujos resultados foram publicados no D.O.U. em dezembro daquele ano.

Houve, complementarmente, o desenvolvimento de atividades técnicas consideradas estruturantes pela Diretoria Colegiada, com a coordenação de projetos de grande porte, o que será especificado adiante.

ASPECTOS GERAIS

O amadurecimento da gestão do Ipea nos assuntos referentes ao seu planejamento, se de um lado provocaram uma maior participação dos diretores e chefes de unidades nas ações referentes a este item, por outro evidenciou a necessidade de um aumento dos aspectos de governança dos projetos, produtos e metas institucionais. Houve, ainda, certo esgotamento dos direcionadores estratégicos delimitados no ciclo de planejamento estratégico de 2008/2012, uma vez que grande parte dos desafios está superado ou em fase adiantada de superação.

Avanços evidentes nos aspectos orçamentários para suportar as decisões sobre prioridades e locação de recursos ocorreram, além de uma concentração em projetos de maior envergadura nas suas concepções e desenvolvimentos.

O setor desenvolveu o Plano de Trabalho de 2013, além do cálculo dos desempenhos institucionais, global e intermediário de 2012, e organizou o relatório de atividades de 2011, conforme programado. Além disso, fez-se a análise depurada do sistema de governança necessário para o desenvolvimento dos projetos operacionais da casa e a contratação da empresa Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão em processo seletivo vinculado ao BID em função de especificações desenvolvidas pela ASPLA.

Assessorou, ao mesmo tempo, todas as unidades do Ipea no desenvolvimento de suas tarefas vinculadas ao Planejamento.

Com relação à Rede, a sua implementação efetiva e de suas iniciativas demandaram muito esforço de gestão e um grande comprometimento das equipes envolvidas em sua operacionalização, seja por parte dos técnicos do Ipea, coordenadores daquelas iniciativas, seja por parte da Divisão de Apoio à Pesquisa da DIDES, seja por parte da gestão da Rede Ipea e de sua secretaria executiva.

Neste documento, apresentamos o balanço dos Acordos de Cooperação Técnica, das concessões das bolsas de pesquisa e dos auxílios aos pesquisadores, além de trazer outros informes gerais sobre a gestão da Rede.

A primeira Chamada Pública da Rede Ipea, apoiada pelo Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisa – PROREDES, resultou na aprovação de 16 projetos de pesquisa, de 1 grupo de pesquisa e de 7 solicitações de apoio técnico.

Essas iniciativas compreendem uma rede que abrange, direta e indiretamente, 53 instituições de 25 Unidades da Federação, envolvendo, nas atividades de pesquisa, dezenas de técnicos do Ipea e centenas de pesquisadores e bolsistas que atuam nas instituições regionais/locais.

Foi efetuada a coordenação técnica dos projetos “Estado das Artes sobre o tema do Desenvolvimento nas Ciências Sociais no Brasil”, “Brasil em Desenvolvimento – Estado, Planejamento e Políticas Públicas, 2011” e “O que podem os Governos Estaduais no Brasil? Estratégias de Desenvolvimento Comparadas”.

AS INICIATIVAS DE PESQUISA DA REDE IPEA

As bolsas de pesquisas e os auxílios à pesquisa concedidos pelo Ipea no âmbito dos projetos participantes da Rede Ipea utilizam recursos orçamentários do PROREDES do Ipea.

Os quadros abaixo trazem o balanço das instituições participantes dos 10 projetos até aqui ancorados na Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede e que foram propostos, inicialmente, pelo Ipea:

Rede Urbana do Brasil

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) – SP
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG
Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (UNISELVA) – MT
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) – MS
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano de São Paulo (EMPLASA) – SP
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA
Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) – PE
Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ
Universidade do Contestado (UnC) – SC
Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) – DF
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – ES
Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN) – GO
Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC/UFAL) – AL
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN)- AM
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) – PI
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) – MA
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) - CE

Economias Baseadas em Bioma

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) – MA
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) - AP

Trajетórias Tecnológicas, Padrões de Desenvolvimento Agrícola e Configurações Urbano-Rurais

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – CE
Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – MG
Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) – PE

Universidade Federal de Goiás – GO
Universidade Federal da Grande Dourados – MS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Gurupi – TO

Governança Metropolitana no Brasil

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR
Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (UNISELVA) – MT
Agência de Desenvolvimento da RMBH – MG
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano de São Paulo (EMPLASA) – SP
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – CE
Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ
Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) – DF
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – ES
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – PE
Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (SDRMG) – GO
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)/SEDUR-BA
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) -RS
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) - AM
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) - MA

Matriz Insumo-Produto Regional

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) – SP
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG
Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (UNISELVA) – MT
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – CE
Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) – DF
Universidade Federal do Amazonas – AM
Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN) – GO
Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME) – PB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Gurupi – TO
Universidade Federal de Alagoas – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC/UFAL) – AL

Universidade Federal de Roraima – RR
Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) - MA
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – ES

Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR
Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (UNISELVA) – MT
Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – CE
Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável da UFV – MG
Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ
Universidade do Contestado (UnC) – SC
Companhia de Planejamento Do Distrito Federal (CODEPLAN) – DF
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – ES
Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) – SP
Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN) – GO
Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME) – PB
Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (SEPLANDE) - AL
Universidade Federal de Roraima – RR
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) - PI
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) - MA

Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – CE
Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS
Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável da UFV – MG
Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) – PR
Universidade de Santa Cruz do Sul – RS
Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) – SP
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN

Fundação Ceciliano Abel Almeida da UFES (FCAA) – ES

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA

Coordenação e Cooperação Federativa em Áreas que Recebem Grandes Investimentos

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – CE

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) – PE

Fundação Ceciliano Abel Almeida da UFES (FCAA) – ES

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) - MA

Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ

Fundação João Pinheiro (FJP) – MG

Mercosul e Regiões de Fronteira,

Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (UNISELVA) – MT

Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) – MS

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR

O Que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Trajetórias de Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo

Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT (UNISELVA) – MT

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ

Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) – MS

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA

Universidade do Contestado (UnC) – SC

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS

Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN) – GO

Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe – SE

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (SEPLANDE) - AL

Universidade Federal de Roraima – RR

Além destes, as instituições proponentes apresentaram e tiveram aprovados 6 novos projetos de pesquisa, desenvolvidos com outras 11 instituições participantes, a saber:

QUADRO 1
Novos Projetos – Rede IPEA (2012)

Nome da Instituição Proponente	Nome Projeto
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG	Instituições Participativas no âmbito da segurança pública brasileira
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG	Desenvolvimento de metodologia para Projeções de mão-de-obra qualificada no Brasil (...)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR	Migrações Internas nos Decênio 1990 e 2000 em Ufs selecionadas: mudanças e continuidades
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA	Azimute - Sistema de Informação Multidimensional
Fundação SEADE – SP	Mapeamento da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas paulistas
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RJ	Democratização do acesso à justiça e efetivação de direitos: a justiça itinerante no Brasil

Além destes 16 projetos de pesquisa, a Rede Ipea também ancora o grupo de pesquisa “Regionalização da Saúde no Brasil”, que já realizou dois encontros, em 2012, e que planeja a transformação de suas reflexões na estruturação de um projeto de pesquisa a ser implementado por meio de nova Chamada Pública.

O quadro 2, abaixo, traz as solicitações de apoio técnico que estão sendo apoiadas pelo Ipea, conforme demanda e plano de trabalho proposto pelas instituições participantes.

QUADRO 2
Solicitações de Apoio Técnico – Rede Ipea (2012)

Nome da Instituição Proponente	Nome do Projeto
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR	Indicador de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do Estado do Paraná
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA	Azimute – Sistema de Informação Multidimensional
Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS	Indicador de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso do Sul (IDS/MS)
Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS	Rede de Planejamento e Desenvolvimento Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – Rede Plade
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) – PI	Avaliação de indicadores e dos impactos das pol. sociais nas áreas de extrema pobreza no Estado do Piauí
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – PE	Impactos e sustentabilidade dos grandes projetos econômicos no solo urbano da Região Metropolitana do Recife
Observatório de Inovação do Instituto de Estudos Avançados da USP – SP	EngenhariaData – Sistema de Indicadores de Engenharia

A estruturação da Rede Ipea, com a participação de técnicos de todas as Diretorias da Instituição, resultou em um aumento das relações interinstitucionais do Instituto com Secretarias de Governos, Institutos de Pesquisa, Universidades, Associações e Organizações da Sociedade Civil.

BALANÇO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A implementação da Rede Ipea teve seu ponto de partida na celebração de um Acordo de Cooperação Técnica firmado com as instituições participantes.

A Rede Ipea, hoje, envolve, diretamente, 54 instituições. Desde janeiro/2012, a Secretaria Executiva da Rede Ipea, com apoio da DVPEQ, vem celebrando os ACTs com as instituições parceiras.

Os quadros abaixo trazem o balanço dos processos de celebração dos ACTs concluídos e em andamento, contando com 36 já firmados e em vigência.

QUADRO 3

Situação das instituições em relação aos ACTs/PROREDES

Instituição	Situação
Agência de Desenvolvimento da RMBH - MG	ACT VIGENTE
Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM - PE	ACT VIGENTE
Centro de Pesquisas "Judiciário, Justiça e Sociedade" da Escola Superior da Magistratura da AJURIS	ACT VIGENTE
Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN - DF	ACT VIGENTE
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA - SP	ACT VIGENTE
Fórum Brasileiro de Segurança Pública	Encaminhado para CGCAP 19/12/12
Frente Nacional dos Prefeitos - Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo	ACT VIGENTE
Fundação Ceciliano Abel de Almeida - Universidade Federal do Espírito Santo	ACT VIGENTE
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO - PI	ACT VIGENTE
Fundação CEPERJ - RJ	ACT VIGENTE
Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso- UNISELVA	ACT VIGENTE
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul- FADEMS	Aguardando proposta da área técnica.
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE - RS	ACT VIGENTE
Fundação João Pinheiro - FJP - MG	ACT VIGENTE
Fundação Joaquim Nabuco - PE	ACT VIGENTE
Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM - SP	ACT VIGENTE
Fundação Seade - SP	ACT VIGENTE
IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos	ACT VIGENTE
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP - PA	ACT VIGENTE
Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME - PB	ACT VIGENTE
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE - CE	ACT VIGENTE
Instituto de Tecnologia e Pesquisa - ITP	Encaminhado para CGCAP 20/12/12
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Gurupi - IFTO - TO	ACT VIGENTE
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN - ES	ACT VIGENTE
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - PR	ACT VIGENTE
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ	Respondendo Parecer

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	ACT VIGENTE
Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia - SDRMG	ACT VIGENTE
Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia - SEDUR/BA	Encaminhado para Sedur 03/01/2013
Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC - MS	Encaminhado para CGCAP 12/12/12
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	ACT VIGENTE
Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (SEPLANDE/AL)	Aguardando retorno da Seplande a parecer jurídico 15/01/2013
Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - GO	ACT VIGENTE
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI - BA	ACT VIGENTE
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	Em fase inicial
Universidade de São Paulo / Instituto de Estudos Avançados/ NAP-Observatório da Inovação	ACT VIGENTE
Universidade do Contestado - UNC - SC	ACT VIGENTE
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Aguardando assinatura da UEM.
Universidade Estadual de São Paulo / Faculdade de Saúde Pública	Aguardando documentação da Instituição
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO-PR	ACT VIGENTE
Universidade Fed. do Paraná / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE)	ACT VIGENTE
Universidade Federal da Grande Dourados	ACT VIGENTE
Universidade Federal de Alagoas / Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	ACT VIGENTE
Universidade Federal de Goiás - UFG-GO	ACT VIGENTE
Universidade Federal de Roraima	Aguardando resposta a parecer jurídico. 26/12/12
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Aguardando assinatura da UFSCar.
Universidade Federal de Sergipe / Departamento de Economia	ACT VIGENTE
Universidade Federal de Viçosa / Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	Encaminhamento para assinatura Presidente
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	Encaminhado para assinatura Presidente. 20/11/2012
Universidade Federal do Amazonas	ACT VIGENTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Aguardando proposta área técnica
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Encaminhado para assinatura Presidente. 05/10/2012
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Aguardando assinatura da Instituição

Elaboração da ASPLA.

Obs.: atualizado em: 21/01/2013.

ATIVIDADES DA REDE

A partir da realização de oficinas iniciais, nas quais foram discutidos e validados os Termos de Referência, foram construídos os Planos de Trabalho dos projetos de pesquisa, definida a coordenação de cada projeto e encaminhada para a coordenação da Rede Ipea os documentos de referência dos projetos.

Ao todo, foram realizadas 28 Oficinas de trabalho nos projetos da Rede Ipea, além de visitas feitas pelos técnicos que assumiram a assistência aos projetos selecionados.

Destas 28 Oficinas, 22 foram realizadas em Brasília e 6 foram em outras localidades.

A partir das Oficinas, em 2012, foram preparados e encaminhados 14 Memorandos de projetos de pesquisa, nos quais constam a concessão de bolsas de pesquisa e de auxílio à pesquisador, conforme parâmetros constantes no Plano de Trabalho de cada projeto.

Ainda como parte das atividades da Rede Ipea, cumpre salientar a conclusão e aprovação do Manual da Rede Ipea (marcas e logos); a disponibilização da página da Rede Ipea (em português e em processo de disponibilização de uma versão em inglês); e a articulação das iniciativas de Pesquisa da Rede Ipea com outras pesquisas que estão sendo conduzidas na casa.

Finalmente, cumpre ainda destacar a parceria firmada com o PNUD no âmbito do projeto “Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, iniciativa também ancorada na Rede Ipea, que apresenta uma profícua articulação com os projetos “Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras” e “Governança Metropolitana no Brasil”.

ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES

Foram realizadas as seguintes atividades neste tópico:

ESTADO DAS ARTES SOBRE O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Avaliação e coordenação dos trabalhos da Chamada Pública referente ao projeto que tem como objetivo geral estimular a discussão do tema do desenvolvimento entre Ipea e Associações Nacionais de Pós-graduação nas ciências humanas. Em face da nova orientação, no período 2003-2010, da política pública visando a retomada das condições para o desenvolvimento brasileiro, o Ipea conclamou treze (13) entidades representativas da pós-graduação brasileira nas ciências humanas para repensar a temática, as estratégias, os desafios e as possibilidades que se colocam ao país neste novo ciclo de expansão econômica e fortalecimento democrático.

Brasil em Desenvolvimento – Estado, planejamento e políticas públicas, 2011

Coordenação geral dos trabalhos do BD 2011 cuja temática discutiu primordialmente o tema do Financiamento do Desenvolvimento brasileiro sob os pontos de vista da Demanda e Oferta de recursos. De um lado, foram problematizadas as demandas mais urgentes da população em termos de saúde, educação e infraestrutura de transporte. De outro lado, as fontes e instrumentos de oferta de recursos tais como bancos públicos (principalmente o BNDES), bancos privados e oferta externa de capitais foram analisados com o propósito de compreender sua capacidade de alavancar as demandas atuais do desenvolvimento brasileiro.

1. Realização de seminários de lançamento do BD 2011 em Brasília (maio,2012) e Belém (agosto,2012).
2. Também foram iniciadas discussões visando a definição e planejamento da nova versão da publicação visando o BD 2012 (com o tema Políticas Públicas no Território), tendo as Diretorias concordado com a temática e realizado as primeiras indicações de artigos/trabalhos para a referida publicação.

O que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Estratégias de Desenvolvimento Comparadas

Coordenação geral da pesquisa que visa a compreensão do papel de governos subnacionais no federalismo brasileiro contemporâneo. Tem como objetivo:

1. Avaliar as capacidades dos governos estaduais em aproveitarem as oportunidades geradas pelas políticas públicas federais de crescimento (2005-2010) no sentido de gerarem estratégias estaduais de desenvolvimento; e
2. Contribuir para o fortalecimento de um sistema nacional de planejamento e apoio a política pública. O trabalho está sendo realizado em rede (Plataforma Ipea de Pesquisa) juntamente com dez (10) entidades estaduais de pesquisa e planejamento.

ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

O ano de 2012 foi dedicado, também, para que se pudessem desenvolver as novas atividades de Planejamento Estratégico, tendo em vista que os orientadores estratégicos passaram por um processo gradual de esgotamento e superação ao longo dos anos, como seria de se esperar. Dessa forma, a Diretoria Colegiada determinou que a ASPLA iniciasse o processo de contratação de empresa consultora, a partir de novo contrato com o BID, para o desenvolvimento destas atividades. Coube à ASPLA a definição do Termo de Referência destas atividades, em conjunto com a DIDES, e o início do processo de contratação da empresa, participando do grupo de avaliação e acompanhamento técnico das propostas encaminhadas na licitação. A escolha foi realizada e a contratação feita nos termos do acordo com o BID, tendo havido o início dos trabalhos da empresa consultora, no ano, com as atividades básicas de levantamento da situação atual e programação das atividades para o ano de 2013.

A ASPLA realizou a apuração final dos resultados operacionais do Plano de Trabalho de 2011, fazendo a coleta dos produtos desenvolvidos pela casa, confrontando-os com o que foi planejado no Plano de Trabalho de 2011, totalizando a produção da casa por tipo de produto e por unidade, determinando os índices de desempenho global e intermediários do IPEA, que viriam a ser utilizados para o pagamento da GDAIPEA aos servidores alcançados por essa modalidade de remuneração.

O setor fez a coordenação do processo de construção do Plano de Trabalho de 2013, desenvolvendo com a CGTIC o aplicativo necessário para a coleta de informações, fazendo o follow-up de informação das unidades, formatando o banco de dados final e efetuando as formatações diversas dos projetos, produtos, orçamentos e demais elementos necessários à governança do processo de acompanhamento do Plano de Trabalho. Ao mesmo tempo, efetuou o equacionamento das metas institucionais globais e intermediárias para o ano de 2013, providenciando sua publicação no D.O.U.

Finalmente, a assessoria realizou a análise do sistema de governança de projetos, produtos e metas institucionais necessárias ao órgão, discutindo com a CGTIC, Escritório de Projetos da DIDES, Diretorias Técnicas e demais unidades as possibilidades e requisitos, realizando o trabalho de desenho dos processos atuais e futuros no caso de implantação de sistema automatizado em conjunto com o Escritório de Projetos e analisou as diversas propostas que foram enviadas para a solução desta importante pendência, estando programado para 2013 o desenvolvimento final desta ferramenta.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Auditoria Interna do Ipea
(AUDIN)**

A Auditoria Interna do Ipea (AUDIN) atua no acompanhamento da gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, demais sistemas administrativos e operacional, realizando procedimentos de auditorias e inspeções internas, emitindo relatórios e outros documentos contendo recomendações e sugestões que possam auxiliar o gestor no tocante à melhoria de suas ações, controles e processos administrativos.

A AUDIN serve também como interface entre a Administração do Ipea e os diversos órgãos externos de Controle (Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR, Controladoria-Geral da União-CGU e Tribunal de Contas da União-TCU), monitorando e orientando o gestor no cumprimento das determinações oriundas daqueles órgãos externos (diligências, acordos etc).

Para cumprir com suas competências legais e regimentais, a AUDIN, além de observar o disposto na Instrução Normativa CGU nº 01/2001, encaminha anualmente à Ciset/PR, ao final de cada ano anterior, minuta aprovada pelo presidente do Ipea do seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, a vigorar no exercício seguinte, consoante previsto na IN CGU nº 07/2006.

A programação anual dos trabalhos sempre obedece a critérios de relevância e materialidade, bem como o retrospecto da gestão em anos anteriores. No tocante ao plano de trabalho deste exercício (PAINT 2013), ao se abordar as áreas de gestão e desenvolvimento institucional (seleção e contratação de serviços especializados com recursos do BID) e de apoio a atividades finalísticas (realização de eventos e contratação de serviços de terceiros), a preocupação maior da equipe da AUDIN foi focada na necessidade de angariar conhecimentos e maturidade suficientes para subsidiar o gestor no aperfeiçoamento e controle da execução dos diversos projetos centrados nesses segmentos.

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) instituiu sua unidade de Auditoria Interna (AUDIN), em conformidade com o Decreto nº 7.142, de 29/03/2010 (Art. 5º - Inciso “b” e art. 8º do Anexo I), ao inserir no art. 21 de seu Regimento Interno (Anexo à Portaria do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR nº 112, de 03/12/2010) à referida unidade.

A estrutura funcional que a unidade conta para desenvolver as atividades de acompanhamento às ações de controle interno e externo é composta por uma equipe de três servidores, a saber: o auditor chefe e dois técnicos (um de nível superior e outro de nível médio) e uma secretária. Além do exercício de atividades de auditoria, também foram atribuídas à AUDIN as competências previstas no art. 40 da Lei nº 12.527/2011 (Lei do Acesso à Informação).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As principais atividades desenvolvidas pela AUDIN em 2012 compreenderam as seguintes ações e processos de trabalho:

- encaminhamento e acompanhamento interno das comunicações, diligências, solicitações de auditorias, relatórios de auditoria, determinações emanadas da Secretaria de Controle Interno - Ciset, CGU e/ou do TCU;
- orientação e supervisão dos trabalhos de elaboração dos expedientes firmados pelo presidente do Ipea em respostas a demandas dos órgãos de controle;
- prestação de esclarecimentos e/ou encaminhamento de informações e documentos originários das diversas unidades do Ipea à Ciset e/ou TCU;
- auditorias programadas em áreas específicas; e acompanhamento dos procedimentos do gestor com vistas ao saneamento das pendências apontadas em Relatórios da AUDIN, bem como em outros documentos expedidos pelos Órgãos de Controle Interno e Externo da União (Ciset, CGU e TCU);
- verificação de processos referentes a diferenças de pagamentos de exercícios anteriores, em obediência ao parágrafo 2º do art. 7º da Portaria Conjunta nº 1, de 17/02/2012, da Secretaria de Gestão

Pública – SEGEP/MP, da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e da Consultoria Geral da União da Advocacia-Geral da União – AGU; e

- acompanhamento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o disposto na Portaria Ipea nº 137, de 15/05/2012, atribuindo ao auditor interno as competências elencadas no art. 40 da referida Lei.

EXAME DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2012

Conforme Decisão Normativa nº 124, de 5/12/2012, do Tribunal de Contas da União – TCU, e seus respectivos anexos, verifica-se a dispensa do Ipea da prestação de contas ordinárias no presente exercício, limitando-se a apresentar o Relatório de Gestão, consoante previsto na DN TCU nº 119, de 18/01/2012, dentro das condições e na forma estabelecida pela Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º/09/2010.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

Relativamente ao cumprimento pelo pessoal efetivo da AUDIN em programas de capacitação e atualização de conhecimentos durante o exercício de 2012, cabe registrar que seus servidores participaram dos seguintes eventos:

QUADRO 1
Participação dos servidores em cursos

Cursos	Período	Participantes
Curso Preparatório ao Exame Cia – Parte II.	Abril	1
Curso de Elaboração de Relatórios de Auditoria.	Abril	1
Curso Rumo a uma cultura de acesso à informação: a Lei 12.527/2011 – Curso On-line.	Julho	1
Curso Preparatório ao Exame Cia – Parte III.	Agosto	1
Curso Técnicas de Redação em Língua Portuguesa	Agosto	1
Curso de Auditoria Governamental. Fiscalização, Análise e Controle Interno na Visão do TCU	Outubro	1
Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento: Auditoria de Licitações e Contratos	Novembro	2

AUDITORIAS REALIZADAS PELA AUDIN

Em cumprimento à programação prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2012, durante este exercício foram realizados três procedimentos de auditoria pela equipe técnica da unidade, sendo que em dois deles procurou-se abordar aspectos relacionados à governança dos assuntos tratados, conforme detalhado a seguir:

- Auditoria de Gestão de Tecnologia da Informação: Em atendimento ao item 02 – Gestão Tecnologia da Informação do PAINT/2012, essa auditoria teve por principal objetivo analisar se a política de Tecnologia da Informação-TI do Ipea coaduna-se com a Estrutura de Governança implementada na instituição. Para tanto, foi examinado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI/Ipea compreendendo o biênio 2010/2011 e respectivos documentos (atas de reunião); além de verificar com maior acuidade os processos de nº 53 e 54/2011 relativos à contratação das empresas Servix Informática Ltda e LTA-RH Informática, Comércio e Representações Ltda, cujo objeto destinou-se à Ampliação dos Sistemas de Armazenamento de Rede da Instituição;
- Auditoria de Gestão de Apoio à Atividade Finalística: Conforme estabelecido no Item 04 do PAINT/2012, foi realizada auditoria sobre sistemática de apoio a projetos de pesquisas, denominado Sistema de

Indicadores de Percepção Social – SIPS, com o intuito de abordar as principais características do sistema, o seu foco de atuação e os principais procedimentos adotados, além de verificar a conformidade de contrato firmado no âmbito do referido Sistema;

3. Auditoria de Gestão de Recursos Humanos: refere-se ao exame do contrato nº 39/2010, de contrato de terceirização firmado pelo Ipea com a empresa DLF – Engenharia Comércio e Representação LTDA, para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, conforme proposto no item 03 do PAINT/2012.

CONSTATAÇÕES APONTADAS E RECOMENDAÇÕES

Ao final dos trabalhos, foram apontadas as seguintes observações e pendências relacionadas às constatações derivadas dos exames realizados, com as respectivas recomendações e justificativas apresentadas pelo gestor e, ainda, informações julgadas relevantes pela equipe técnica da AUDIN, consignadas nos três relatórios a seguir:

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001, DE 30/05/2012

Foram apontadas vulnerabilidades no aspecto relativo à Governança de TI no que tange ao processo de elaboração do PDTI e do aprimoramento da instância decisória, de modo a aparelhar adequadamente a unidade de TI no tocante ao atendimento das prioridades do Ipea.

Constatações: a) Ausência do documento “Estratégia de Contratação” no conjunto de documentos pertinentes aos processos de contratação de serviços, em descumprimento ao disposto nos artigos 10 e 15 da IN SLTI/MP nº 4/2010; b) Falta do Plano de Inserção acerca das empresas contratadas, contrariando o art. 25 da referida IN; c) Inexistência de justificativa ou metodologia de cálculo para se chegar ao “Valor Máximo que o Ipea se Propõe a Pagar”; c) Majoração de preço contido no Mapa de Estimativa de Custos em relação ao valor contratado para a aquisição do item 3 (solução de armazenamento de dados com 50 Tb líquidos de capacidade); d) Participação de apenas duas empresas no Pregão Eletrônico do item 1 - “Gaveta de expansão de discos com 24 discos SAS 600GB compatível com NetApp FAS3140”; e) Não adesão à Ata de Registro de Preços nº 120/2010 – TRF 1ª Região; f) Descumprimento de prazo para entrega de equipamento produto - 4 (quatro) PowerVault NX3500 pela empresa LTA-RH Informática, Comércio, Representações LTDA, prevista contratualmente para ser realizada até 28/02/2012.

Recomendações: Em relação às justificativas apresentadas pelo gestor por intermédio do Memorando nº 57/CGTIC/DIDES, de 29/05/2012, a AUDIN corroborou com as sugestões propostas pela própria área para a melhoria do PDTI, a saber: a) reforçar o quadro de pessoal, empreendendo esforços para que ocorra concurso público para a área; b) discussão da possibilidade de reposicionamento da área de TI no Ipea; c) instituir maior racionalidade e confiabilidade nos processos de trabalho e recursos; d) implementar medidas com o intuito de reaver os profissionais da área que se encontram afastados do setor. Ademais, quanto ao exame do Processo Ipea nº 03019.000515/2011-60, em especial, ao contrato firmado pelo Ipea e a contratada LTA-RH Informática, Comércio, Representações Ltda, acerca da não entrega integral de equipamentos no prazo, houve a recomendação para que o gestor aplicasse a penalidade prevista na Cláusula Décima Segunda do contrato, além de observar com mais acuidade os aspectos formais em desacordo com as normas, evidenciados na auditoria, notadamente: a) acrescentar o número do PTRES no Edital de Pregão Eletrônico nº 22/2011 item 16; b) colher a assinatura do Diretor de Desenvolvimento Institucional na folha 100v no Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2011, bem como a assinatura na fls. 70v do Integrante Administrativo (TR ou Projeto Básico); c) registrar o número do Processo e o visto a partir da folha 176 até a folha 213, do primeiro volume, bem como fazer constar assinatura do Termo de Encerramento do Volume 1 e de abertura do Volume 2; d) preencher o espaço em branco referente ao registro da folha(s) na homologação do Pregão Eletrônico nº 22/2011; e) Republicar o Extrato do Contrato nº 54 no DOU de 10/01/2012, retificando a numeração do contrato (de nº 54/2012 para 54/2011); f) Fazer constar dos autos do processo ato de designação da senhora MARINÉSIA LEMOS SOUTO como pregoeira do certame, a qual configura como pregoeira efetiva no processo, em substituição ao servidor MIGUEL ANGELO CHAVES DE AMORIM (fls 54 do processo), juntamente com a indicação da nova Equipe de Apoio anteriormente composta por MARINÉSIA LEMOS SOUTO e ORCILEI DE FÁTIMA DA SILVA; g) recomenda-se que o documento “Estratégia de Contratação”, mencionado nas Justificativas do Gestor, descrito nos art.10 e

15 da IN nº 04/SLTI/MPOG, passe a constar dos autos relativos aos processos “de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação”, subsequentes a este, a exemplo dos demais órgãos integrantes do SISP.

Relatório de Auditoria nº 002, de 30/07/2012

No processo de auditoria sobre o Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS constatou-se que a sua implementação agregou racionalidade e agilidade na execução dos projetos de pesquisas a ele vinculados, tendo em vista que o estabelecimento de uma base de dados própria do Ipea, proporcionou a disponibilização em todo o Instituto de dados e informações pertinentes à realidade socioeconômica do país, de modo a servir de referência na análise dos trabalhos internos dos pesquisadores e ainda, para subsidiar na avaliação das políticas públicas conduzidas pelo Governo Federal.

Constatações: Ao final dos trabalhos, a AUDIN concluiu que o Sistema representou mudança de paradigma na forma como o Ipea desenvolve atividades vinculadas à avaliação de políticas públicas. Assim, com os indicadores do SIPS, tornou-se possível avançar sobre a dimensão da efetividade da aplicação de políticas públicas, antes limitada aos requisitos de eficácia e de eficiência. Com o passar do tempo e o amadurecimento do Sistema, o Ipea disporá de melhores condições para acompanhar e avaliar efetivamente os resultados e os impactos causados pela ação governamental em todos os segmentos da sociedade alvo dessas ações.

Entretanto, pelo fato do sistema ainda não estar inserido formalmente na estrutura do Ipea, à época da realização da auditoria, a equipe da AUDIN manifestou preocupação quanto à vulnerabilidade do SIPS, tanto no aspecto de sua perenidade quanto na contratação de empresas terceirizadas encarregadas da coleta de dados primários junto à sociedade. Quanto à contratação de empresas para levantamento de informações de percepção social, verificou-se que: a) existência de dois Mapas de Estimativa de Custos no processo, realizados em momentos diferentes, o primeiro em 24/01/2011 e o segundo em 15/02/2011, para o mesmo objeto com participantes e resultados divergentes; b) existência de lances inferiores ao proposto pelo licitante vencedor; c) atuação de dois servidores como Pregoeiros durante o Pregão Eletrônico.

Recomendações: Após exame das justificativas consignadas no Anexo ao Memorando nº 021/ASTEC/PRESI, de 2012, a AUDIN recomendou à Administração a adoção de medidas necessárias à regulamentação normativa do Sistema, por intermédio de edição de Portaria Interna. No tocante à contratação de empresas para levantamento de dados, recomendou-se o aperfeiçoamento da redação dos editais de pregão eletrônicos, a fim de evitar discrepâncias no entendimento das condições exigidas pelo SIPS por parte dos potenciais licitantes. Adicionalmente, a AUDIN fez constar no relatório a necessidade de eventual aplicação de punições previstas na legislação quando da ocorrência de lances em valores subestimados em relação aos preços praticados no mercado durante o pregão eletrônico.

Relatório de Auditoria nº 003, de 17/09/2012

Ao examinar o Contrato nº 039/2010 firmado entre o Ipea e a empresa DLF – Engenharia Comércio e Representação Ltda., para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação (Processos Ipea nº 03010.000043/2010-44 e Ipea nº 03019.000680/2010-31-movimentação de conta vinculada), verificaram-se a existência de falhas formais e a ausência de dispositivo contratual prevendo a vedação do nepotismo, em observância ao art. 7º do Decreto nº 7.203/2010. Isto posto, esta Unidade de Auditoria inquiriu o gestor quanto a essas questões e recomendou a correção das falhas formais. Quanto ao descumprimento do art. 7º do decreto citado, para evitar possível ocorrência de nepotismo, recomendou-se que o gestor incluía cláusula específica em futuros contratos e aditivos com empresas terceirizadas.

Constatações: a) participação de estimativa de preço, elaborado pelo próprio Ipea, em valor superior aos apresentados por empresas do ramo consultadas para efeito de elaboração do Mapa de Estimativa de Custos; b) existência de diferenças entre as nomenclaturas dos profissionais contratados (Relatório Técnico de Manutenção da DLF – Engenharia Comércio e Representação Ltda) e o especificado no Termo de Referência; c) substituição do Pregoeiro durante o processo, sem o devido ato legal; d) alteração de um dos membros da Equipe de Apoio pelo titular da DVCOG durante o pregão; e) desclassificação, durante o andamento do certame, de empresas participantes com lances constituídos por valores inferiores ao da empresa vencedora (Valor Global em R\$ 289.000,00).

Recomendações: a) em relação à necessidade de ação preventiva para evitar possível ocorrência de nepotismo, recomendou-se ao gestor a inclusão de cláusula específica em futuros contratos e aditivos, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203 de 2010; b) no que tange à participação de servidores no processo de Pregão Eletrônico, a AUDIN sugeriu que o gestor se abstinhasse doravante de realizar certames licitatórios contemplando pregoeiro ou membros da equipe de apoio sem a devida designação em ato próprio para tal finalidade. Quanto aos aspectos formais da documentação, que a Administração: a) proceda à juntada ao Processo Ipea nº 03010.000043/2010-44 da íntegra da Ata do Pregão Eletrônico, de forma a constar todas as informações necessárias para a devida compreensão dos fatos ocorridos durante o certame; b) no caso do Processo Ipea nº 03019.000680/2010-31 (conta vinculada com a DLF Engenharia) certifique-se de que os recibos apensados ao processo estejam devidamente datados e assinados pelo empregado e pelo empregador, bem como faça constar desse processo os comprovantes, ou cópias, dos depósitos e de quitação de todas as guias pagas com os recursos dessa conta.

Ações de monitoramento da gestão

Acompanhamento das recomendações da AUDIN, CGU e TCU

As ações de monitoramento da gestão de que trata o item 1 do PAINTE/2012 foram realizadas mediante o acompanhamento das principais solicitações, diligências e orientações advindas da Ciset, da CGU e do TCU, bem como da própria AUDIN, com destaque para os seguintes itens:

O primeiro expediente de monitoramento emitido pela AUDIN no ano de 2012 (Memorando nº 037/AUDIN/Ipea, de 14/05/2012) obteve como resposta do gestor, por intermédio do Memorando nº 69/2012/DIDES, de 6/07/2012, o transcrito na última coluna da tabela seguinte:

QUADRO 2

Memorando nº 037/AUDIN/Ipea, de 14/05/2012

Assunto	Justificativa do gestor	Pendência	Resposta do gestor
Ofício nº 19/2011/CPAD, de 19/05/2011 - Processo nº 00190.030106/2009-94 - PAD de servidor do Ipea nos Correios.	Recondução da Comissão de PAD prorrogando o prazo de conclusão dos trabalhos em 60 dias, conforme Portaria Ipea nº 29, de 27/01/2012, publicada no DOU Nº 22 DE 31/01/2012.	Informação dos resultados dos trabalhos da Comissão do PAD à AUDIN ou justificativas de eventual prorrogação dos trabalhos.	"A comissão instituída para realizar o PAD procedeu o Relatório Final, com sugestão de arquivamento do feito, o qual foi submetido a apreciação da procuradoria Jurídica com retorno dos autos em 19/06/2011. No momento aguarda decisão final da presidenta do Ipea."
Item 1 do Relatório de Auditoria Interna/ Ipea, nº 003, de 30/09/2011 - Verificação do Inventário Físico-Financeiro dos Bens Móveis e Imóveis do Ipea - localização dos itens patrimoniais.	Segundo o Gestor: "... está sendo realizado inventário de todos os bens até o final do exercício (2011), que resultará na atualização de todos os registros."	Informação quanto à conclusão do inventário geral de bens do Ipea e encaminhamento deste para conhecimento da AUDIN.	Junto ao Memorando de resposta, o gestor encaminhou o Relatório de Inventário Geral de Bens Patrimoniais, realizado em 19/12/2011, referente ao processo nº 03019.000402/2011-64, como Anexo I ao Memo.
Itens 2 e 3 do Relatório de Auditoria Interna/ Ipea, nº 003, de 30/09/2011 - registro atualizado de responsáveis pelos itens patrimoniais .	De acordo com argumentação do Gestor haverá a: "...realização de ações para implantação do Cadastro Único, que reunirá dados do quadro de pessoal e de apoio do Ipea, incluindo colaboradores (bolsistas e estagiários)..."	Data estimada de implantação do Cadastro Único ou as devidas justificativas para o seu adiamento ou cancelamento.	O gestor informou: "... foi elaborada minuta de nova portaria para normatizar o funcionamento. No momento a ferramenta informatizada encontra-se em revisão adequando-se norma proposta. O intuito é que a portaria seja publicada após os devidos ajustes no sistema que deverá, juntamente com a publicação, entrar em funcionamento, o que deve ocorrer nos próximos 40 dias."

Ofício nº 618/2011-COAUD-CISET-SG-PR, de 19/08/2011 – PAD (Processo/ Ipea nº 03012.000262/2011-94) – Acumulação de cargos de servidor efetivo.	Portaria IPEA nº 401, de 12/12/2011, prorrogando por 60 dias o prazo para o término dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar em apurar as responsabilidades.	Informação dos resultados dos trabalhos da Comissão do PAD à AUDIN ou justificativas de eventual prorrogação dos trabalhos.	Segundo registrou o gestor, a Comissão do PAD propôs o arquivamento do processo, o que foi acolhido pela presidente do Ipea e o original do processo encaminhado ao Ministério Público, conforme Ofício nº 164/PRESI, de 04/06/2012 (Anexo II).
Ofício nº 604/2011/COAUD-CISET-SG-PR - NOTA TÉCNICA Nº 12/2011-COAUD/CISET/SG-PR – OS nº 285/2010 – Fato sete - Rio de Janeiro.	Houve a constituição do Grupo de Trabalho com vistas a providenciar a regularização da unidade do Ipea no Rio de Janeiro, conforme Portaria IPEA nº 149, de 19/5/2011. De acordo com o Memo nº 131/DIDES, de 2011, a Diretora Substituta da DIDES informou que os trabalhos estavam em fase de elaboração do relatório final, com previsão de término em abril de 2012.	Relatório final do GT com proposta de solução para a unidade Rio de Janeiro e andamento das negociações junto à SAE/PR e MPOG.	De acordo com o gestor, o Grupo de Trabalho "... identificou que a questão não se esgotava numa simples proposição de uma nova unidade descentralizada. Diante disso, visando atender os trâmites legais, foi realizada reunião na Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do MPOG nos dias 26/03/12 e 07/05/12, uma vez que a proposição de alterações de estrutura deve seguir o disposto no Decreto nº 6.944 de agosto de 2009 e INs 03 e 05/2010 do MPOG. No momento o Ipea realiza revisão de toda estrutura visando a elaboração de alteração de seu Estatuto, entendendo que é relevante que a nova estrutura seja proposta com base na necessidade identificada no planejamento estratégico do Instituto. Contudo, espera-se que ainda neste exercício a referida proposta seja encaminhada."

No segundo semestre, a Auditoria do Ipea encaminhou à Administração novo expediente de monitoramento (Memorando nº 052/AUDIN/Ipea, de 23/11/2012), dispondo de três colunas ("Assunto", "Justificativa Anterior do Gestor" e "Pendência"). Em resposta aos questionamentos, o gestor, por intermédio do Memorando nº 95/2012/DIDES, de 28/12/2012, manifestou-se conforme consta das transcrições na quarta coluna do quadro a seguir:

QUADRO 3

Quadro resumo das respostas ao "Anexo I" do Memorando 052-AUDIN/Ipea

Assunto	Justificativa anterior do gestor	Pendência	Resposta do gestor
Ofício nº 19/2011/CPAD, de 19/05/2011 - Processo nº 00190.030106/2009-94 – PAD de servidor do Ipea nos Correios. Memo DIDES nº 69/2012, 06/07/2012.	"A comissão instituída para realizar o PAD procedeu o Relatório Final, com sugestão de arquivamento do feito, o qual foi submetido a apreciação da Procuradoria Jurídica com retorno dos autos em 19/06/2011. No momento aguarda decisão final da presidenta do Ipea."	Informação a respeito da decisão final encaminhada pela presidenta do Ipea.	"Processo finalizado. Julgado pela presidenta do Ipea em 29/06/2012, da seguinte forma: "1. Acolho o parecer da comissão, determinando o arquivamento do presente processo sem punição ou reprimenda ao servidor, bem como a extração de cópias do Relatório da comissão, do parecer jurídico e deste julgamento, para envio a corregedoria Setorial do Ministério das Comunicações". Por meio do Ofício nº 189/PRESI/ Ipea, de 03/07/2012 (Anexo I), foram encaminhadas à CISET/PR cópias do Relatório Final, do Parecer Jurídico e do Julgamento.

<p>Itens 2 e 3 do Relatório de Auditoria Interna/ Ipea, nº 003, de 30/09/2011 – registro atualizado de responsáveis pelos itens patrimoniais. Memo DIDES nº 69/2012, 06/07/2012.</p>	<p>Conforme argumento do Gestor: "... No momento a ferramenta informatizada encontra-se em revisão adequando-se norma proposta. O intuito é que a portaria seja publicada após os devidos ajustes no sistema que deverá, juntamente com a publicação, entrar em funcionamento, o que deve ocorrer nos próximos 40 dias."</p>	<p>Cópia da Portaria publicada relativa à implantação do Cadastro Único ou as devidas justificativas para o seu adiamento ou cancelamento.</p>	<p>"Como alternativa para viabilizar as atualizações foi indicada a solução de implantação de um cadastro unificado que permitisse maior atualização das informações e conhecimento pelos setores competentes sobre alterações e desligamentos que implicam na necessidade de transferência de bens patrimoniais para outros detentores ou recolhimento. A Portaria ainda encontra-se em aprovação da minuta e deve ser submetida à Presidência do Ipea".</p>
<p>Ofício nº 604/2011/COAUD-CISET-SG-PR - NOTA TÉCNICA Nº 12/2011-COAUD/CISET/SG-PR – OS nº 285/2010 – Fato sete - Rio de Janeiro. Memo DIDES nº 69/2012, 06/07/2012.</p>	<p>Relativamente à proposta de solução para unidade Rio de Janeiro, o gestor assim se pronunciou: "... No momento o Ipea realiza revisão de toda estrutura visando a elaboração de alteração de seu Estatuto, entendendo que é relevante que a nova estrutura seja proposta com base na necessidade identificada no planejamento estratégico do Instituto. Contudo, espera-se que ainda neste exercício a referida proposta seja encaminhada."</p>	<p>Informações acerca do andamento da questão.</p>	<p>"A fim de solucionar definitivamente a questão foi elaborado Decreto que foi encaminhado ao Ministro da SAE com a sugestão de criação de unidade descentralizada, na cidade do Rio de Janeiro, no estatuto de nossa instituição." Esta AUDIN inclusive obteve cópia do Ofício nº 334/PRESI/Ipea, de 26/12/2012, por meio do qual o Instituto encaminhou oficialmente a proposta para regularização da situação ao sr. Ministro da SAE.</p>
<p>Ofício nº 841/2012/COREG-CISET-SG-PR. Acompanhamento de Sindicância - nota técnica nº 95/2012/COREG/CISET/SG-PR, Portaria nº 227, de 26 de julho de 2012.</p>	<p>Apuração de suposto caso de nepotismo no âmbito do Ipea. Foi encaminhado à DIDES para observar as recomendações do Órgão de Controle.</p>	<p>Informações quanto ao resultado da sindicância e/ou providências tomadas.</p>	<p>"Instaurado processo para apuração, nº 03012.000224/2012-12. Designada a comissão – Portaria Ipea 227, de 26/07/2012, publicada no Boletim Ipea Extra nº 04, de 30/07/2012. Reconduzida pela Portaria Ipea Nº 367, de 19/11/2012 (Anexo II)- Boletim Ipea EXTRA nº 03, 19/11/2012, processo em andamento."</p>

<p>Ofício nº 806/2012/COAUD/CISET/SG-PR</p> <p>Encaminha nota técnica nº 72/2012 – COAUD/CISET/SG-PR (OS nº 154/2012) referente ao processo Ipea nº 00010.000234/2011-07</p>	<p>Encaminhado à DIDES para conhecimento e providências quanto à denúncia de suposta irregularidade na concessão de bolsas para pesquisa e não realização de processo licitatório.</p>	<p>Esclarecimentos a respeito da majoração do valor atribuído ao projeto e a renovação (dilação) do prazo inicialmente estipulado, acerca dos valores.</p>	<p>“A Chamada Pública nº 31/2011 foi realizada para seleção de candidato para atuação no projeto ‘Planejamento e Desenvolvimento Institucional’. Em relação à majoração do valor atribuído ao projeto verifica-se que consta no Termo de Referência o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a ser concedido como Auxílio a Pesquisador, no entanto a Chamada Pública foi publicada com o valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais). Apesar de não haver, equivocadamente, o registro e alteração no processo foi constatado que houve validação da Chamada Pública (Anexo III) pelo Coordenador do projeto, inclusive quanto ao valor a ser concedido. Assim no presente caso à Chamada Pública, que é o ato convocatório, se sobrepõe ao Termo de Referência, já que a ela ficam vinculados o Ipea e o bolsista.</p> <p>Quanto ao prazo da bolsa realmente houve inconsistência já que a Chamada previu 3 (três) meses em detrimento aos 4 (quatro) meses previstos no Termo de Referência. Em relação à prorrogação da bolsa e documentação acostada ao processo de concessão de bolsas, as falhas de assinaturas foram sanadas, mediante assinatura do coordenador do projeto. A justificativa constante no formulário de renovação foi complementada pelo coordenador do projeto:</p> <p><i>“Previu-se inicialmente a realização apenas das Rodas de Conversa com os servidores, o que resultaria em insumos para o conhecimento, por parte da Direção da instituição, dos principais problemas e demandas do seu corpo técnico. Entretanto, com base no rico material gerado pelas rodas de conversa, a direção da instituição achou necessário que o bolsista organizasse uma oficina para discussão ampla do material, a qual serviria para a construção do Plano de Trabalho 2012-13.”</i></p> <p>Complementarmente, cabe ressaltar, ainda, que a renovação da bolsa é prevista no § 2º do art 9º da Portaria nº 492, de 29/12/2010 que dispõe sobre o funcionamento do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento – PROMOB:</p>
--	--	--	--

Ofício nº 806/2012/COAUD/CISSET/SG-PR Encaminha nota técnica nº 72/2012 – COAUD/CISSET/SG-PR (OS nº 154/2012) referente ao processo Ipea nº 00010.000234/2011-07	Encaminhado à DIDES para conhecimento e providências quanto à denúncia de suposta irregularidade na concessão de bolsas para pesquisa e não realização de processo licitatório.	Esclarecimentos a respeito da majoração do valor atribuído ao projeto e a renovação (dilação) do prazo inicialmente estipulado, acerca dos valores.	Art. 9º O apoio financeiro de que trata esta Portaria será concedido por meio de: I – bolsas de pesquisa, em modalidades e valores definidos pelo Ipea; e II – auxílio a pesquisador para cobertura de despesas de custeio. § 1º A concessão da bolsa de que trata o inciso I será de até 12 (doze) meses e não poderá exceder o período de duração do projeto. § 2º Poderá ser admitida renovação da bolsa mediante justificativa, desde que não exceda o tempo total de 24 (vinte e quatro) meses.”
Ofício nº 982/2012/COAUD-CISSET-SG-PR, 02/10/2012. Diligência nº 371/2012. Servidores Públicos que participam de empresas privadas na condição de sócio-administrador/gerente.	Encaminhado à DIDES para providências de documentação que comprovem as informações do ofício 178/DIDES, de 30/07/2012 e complementação da Diligência COAUD nº 228/2012.	Informações quanto às providências tomadas.	“A diligência foi atendida por meio do envio da documentação conforme Ofício nº 244/DIDES de 23/10/2012 (Anexo IV).”
Ofício nº 838/2012/COAUD/CISSET/SG-PR de 05/09/2012. Diligência nº 322/2012 – Assunto: Solicitação de processos de locação de imóvel e de pagamentos.	Ao presidente do Ipea para conhecimento e atendimento em 5/09/2012. Encaminhado à DIDES para atendimento em 10/09/2012.	Informações a respeito do atendimento à Diligência.	“Atendida por meio do Ofício nº 224/DIDES de 18/09/2012 (Anexo V).”

No quadro a seguir, estão dispostas as indagações de que trata o Anexo II do Memorando nº 052/AUDIN/Ipea, pertinentes às recomendações contidas nos relatórios de auditoria deste exercício, e as respectivas respostas do gestor:

QUADRO 4

Quadro resumo das respostas ao “Anexo II” do Memorando 052 – Audin/Ipea

Documento Audin	Recomendações pendentes	Resposta do gestor
Memo nº 51/AUDIN/Ipea, 22/10/2012, encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 03/2012 relativo a contrato de terceirização.	Ações preventivas no sentido de evitar possíveis ocorrências de nepotismo.	“No contrato de terceirização de apoio administrativo foi adotada a ação de que todos os contratados e novos contratados assinem declaração de inexistência de vínculo, conforme modelo. (Anexo VI)”.
Memo nº 38/AUDIN/Ipea, 04/06/2012, encaminhando Relatório de Auditoria nº 01/2012 relativo à governança na área de Tecnologia da Informação.	Informações acerca da penalidade aplicada a contratada LTD-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA, conforme subitem do contrato 5.2.4.7 pela não entrega integral de equipamentos no prazo previsto.	“Após justificativas apresentadas pela contratada foi comprovado que o atraso na entrega se deu por culpa do fabricante, localizado no exterior, assim após análise dos documentos o gestor do contrato acolheu as justificativas e a eximiu de penalidade, conforme acostado às folhas 455 e 456 do Processo nº 03019.000515/2011-60.”

Adicionalmente ao contido nos quadros anteriores, cabe ainda registrar que foram finalizados, no exercício de 2012, dois procedimentos de apuração de denúncia de casos de natureza disciplinar, conforme detalhado a seguir:

- Denúncia de suposto conflito de interesse no âmbito do Ipea – Ofício nº 845/2012/COAUD/CISSET/SG-PR, de 10/09/2012 – Nota Técnica nº 53/2012 COAUD/CISSET/SG-PR – OS nº 2012/0054 – A Comissão de Sindicância formada com a publicação da Portaria Ipea nº 294, de 09/10/2012, concluiu

pela inocência da servidora em seu Relatório de 05/12/2012. O presidente do Ipea aprovou o teor do Relatório, conforme Portaria Ipea nº 440, de 20/12/2012. Em 20/12/2012, mediante Ofício nº 331/2012/GABIN/PRESI, foram encaminhadas cópias da documentação relativa à decisão final do presidente do Ipea.

- Apuração de suspeita de prática de nepotismo no Ipea – Ofício nº 551/2012/COAUD-CISET-SG-PR, de 06/07/2012 – Nota Técnica nº 032/2012 COAUD CISET/SG-PR, de 06/07/2012 - A Comissão de Sindicância formada com a publicação da Portaria Ipea nº 227, de 26/07/2012, concluiu pela inocência do servidor acusado e propôs o arquivamento do processo. O presidente do Ipea aprovou o teor do Relatório, conforme Portaria Ipea nº 16, de 11/01/2013 . Em 14/01/2013, mediante Ofício nº 03/2013/GABIN/PRESI, foram encaminhadas cópias da documentação relativa à decisão final do presidente do Ipea.

Outras informações pertinentes

Em relação aos Créditos Inscritos em Dívida Ativa no âmbito do Ipea – posição 31/12/2012, segundo “Demonstrativo dos Créditos Inscritos em Dívida Ativa – não Tributária (conta SIAFI – 122110201) Órgão/Gestão: Ipea /11302” disponibilizado a esta AUDIN pelo SECON, da Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento – CGPGO/DIDES/Ipea, cabe informar a existência de dois devedores, a saber:

- Microtec Sistemas Indústria e Comércio S/A, CNPJ 45.169.406/0001-30, no valor principal de R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais), inscrito em 30/12/2003, sob o número 2, livro de folha 2 e 2v, com montante atualizado de R\$ 150.590,06 (cento e cinquenta mil quinhentos e noventa reais e seis centavos); e
- Wagner Ignácio Ribeiro, CPF 238.761.331-20, inscrito em 10/10/2011, sob o número 683, no valor principal de NCZ\$ 442,26 (quatrocentos e quarenta e dois cruzados novos e vinte e seis centavos), com valor atualizado de R\$ 1.337.994,44 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

No que pese às informações relativas à revisão de normativos internos, redesenho organizacional, com vistas à melhoria e ao fortalecimento desta AUDIN, convém destacar que a unidade reforçou seu quadro de recursos humanos com o ingresso, em 19/03/2012, de uma servidora de nível superior. Ocupante de cargo de Técnico de Desenvolvimento e Administração, conforme remoção publicada em Boletim Interno do Instituto (Boletim nº 03, de 30/03/2012), em 26/04/2012, essa servidora foi designada substituta eventual do Auditor Interno, de acordo com a Portaria Ipea nº 112, de 12/04/2012.

No entanto, em que pese o reforço na estrutura de recursos humanos da AUDIN, com a ampliação das demandas da unidade a partir da designação do titular da AUDIN como responsável pelas atribuições contidas no art. 40 da lei nº 12.527, de 18/11/2011 – Lei de Acesso à Informação – LAI, no âmbito do Ipea, conforme Portaria Ipea nº 137, de 15/05/2012, a Unidade de Auditoria Interna ficou impossibilitada de avançar mais em seu escopo de atuação no Instituto.

As atribuições vinculadas à LAI resultaram no desempenho de atividades adicionais, tais como, esforços no sentido de normatizar, organizar e orientar a equipe responsável pelo funcionamento na Instituição do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a implantação e prática de sistemática de atendimento às requisições dos cidadãos, com vistas a viabilizar as respostas dentro dos prazos estipulados, inclusive em instância recursal prevista no artigo 40 da referida Lei.

Outra tarefa acrescida à unidade diz respeito à conferência de cálculos relativos ao reconhecimento de dívidas de Exercícios Anteriores, conforme previsto na Portaria Conjunta SEGEP/SOF/AGU nº 01/2012, que conferiu à AUDIN a análise dos processos examinados pela área de gestão de pessoas - CGPES.

CONCLUSÃO

Considerando que este relatório objetivou consolidar todas as informações atualizadas acerca das ações de controle realizadas pela unidade de Auditoria Interna do Ipea no ano de 2012, pode-se afirmar que o presente trabalho conseguiu demonstrar que a AUDIN procurou acompanhar e orientar, de forma tempestiva e satisfatória, as recomendações e sugestões de providências a cargo da Administração do Instituto.

Neste sentido, verificou-se que os questionamentos, diligências ou solicitações de auditorias foram acatados ou justificados pela Administração do Ipea. Quando da ocorrência de respostas parciais ou insatisfatórias, a AUDIN realizou reuniões com representantes da gestão no sentido de sugerir a construção da melhor alternativa para encaminhamento interno das questões ainda pendentes, tendo em vista as peculiaridades e complexidades envolvidas.

Acrescente-se ainda que, em vista da necessidade de aprimorar os processos de trabalho e a qualidade de seus produtos, a AUDIN propiciou a seus servidores a participação em vários eventos de capacitação, mediante a delicada compatibilização entre a agenda de trabalho e os afastamentos desses colaboradores.

Os conteúdos dos relatórios editados por essa AUDIN demonstram, por meio do volume das atividades desenvolvidas e da documentação examinada, o esforço e a firmeza de propósito do Ipea no sentido de buscar cumprir com os dispositivos legais, adequando-os à disponibilidade de recursos e ao cronograma de trabalho do Instituto.

EQUIPE DA AUDITORIA INTERNA DO IPEA

NOME	CARGO
JOSE SEBASTIÃO CHAVES DOS SANTOS	AUDITOR INTERNO
NILSON PEREIRA DE MOURA	Mat. SIAPE nº 146.375
QUEISE LEOCADIA CARVALHO MANDIM	Mat. SIAPE nº 149.183

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Ouvidoria do Ipea
(OUVID)**

APRESENTAÇÃO

Decorridos quase nove anos desde a sua criação, a Ouvidoria do Ipea se consolida como um instituto cuja relevância se reflete no reconhecimento dos destinatários de sua ação e que se materializa, sobretudo, nos resultados da pesquisa de satisfação, realizada segundo periodicidade anual.

Não obstante os bons resultados auferidos, a Ouvidoria do Ipea tem buscado, a cada ano, maior eficiência, eficácia e efetividade em sua ação, pautada pela autonomia, transparência e independência.

Na condição de uma ouvidoria pública e, como tal, de um autêntico instrumento da democracia participativa, é importante que a Ouvidoria do Ipea se estabeleça para além de um canal direto de comunicação entre a sociedade e administração pública, atuando como uma instância ativa de mediação das relações entre os entes. Ademais, é importante que exerça papel relevante não apenas no atendimento e solução tempestiva das demandas atinentes às manifestações recebidas, mas que também atue de maneira proativa, identificando e oferecendo subsídios para a correção de distorções, evitando, assim, a ocorrência do dano. Dessa forma, espera-se que contribua, efetivamente, para o aperfeiçoamento da administração pública no Brasil e, em particular, para o fortalecimento do Ipea, para que este cumpra com excelência a sua missão institucional.

A publicação do relatório de atividades não apenas encerra uma etapa iniciada no final de 2011 com a elaboração do Programa de Trabalho 2012 da Ouvidoria do Ipea, mas significa um importante insumo para o aperfeiçoamento deste instituto nos anos vindouros. Por fim, ao divulgar os resultados de sua ação, a Ouvidoria do Ipea presta contas à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, cumpre os requisitos de transparência para a administração pública nacional.

BASE LEGAL, COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA

A Ouvidoria do Ipea é um órgão seccional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, criada por meio da Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004, que estabeleceu os procedimentos relativos à atividade de ouvidoria no âmbito do órgão. Nesse contexto, sua gênese foi pautada na busca pela consecução dos seguintes objetivos:

- I. Propiciar ao cidadão um instrumento de defesa de seus direitos e um canal de comunicação com a administração do Ipea;
- II. aumentar o controle social das atividades que são desenvolvidas pelo Ipea a fim de subsidiar o processo de avaliação de desempenho e o cumprimento das missões institucionais que lhe são atribuídas, bem como o cumprimento de seu programa de trabalho;
- III. integrar e responsabilizar suas unidades de gestão, ante seus públicos-alvo, estimulando-as na busca permanente de eficiência, eficácia e efetividade de seus produtos e serviços;
- IV. possibilitar um instrumento de controle de qualidade do serviço público; e
- V. velar pela prática de condutas técnicas e profissionais orientadas pelos princípios da ética no serviço público e evitar atos ou omissões que causem danos ou ameaças ao patrimônio público.

Assim, nos termos do art. 9º do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, compete à Ouvidoria:

- I. Receber, apurar e dar encaminhamento a pedidos de informações, reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios feitos por cidadãos e servidores;
- II. assegurar direito de resposta às demandas interpostas, informando seus autores sobre as providências adotadas; e
- III. propor a edição, alteração ou revogação de ato normativo, objetivando o aprimoramento técnico ou administrativo e o bom funcionamento da instituição.

O Ouvidor conta com a colaboração de um assessor, também servidor do Ipea, que o substitui em seus impedimentos. Por fim, fazem parte da equipe mais duas pessoas, responsáveis pelo apoio técnico e administrativo. São disponibilizados os seguintes canais de comunicação com a Ouvidoria:

- **Internet**, por meio de formulário eletrônico disponível no sítio da Ouvidoria do Ipea (www.ipea.gov.br/ouvidoria).
- **Telefônico**, por meio do número (61) 3315-5555.
- **Presencial**, no seguinte endereço:

SBS - Quadra 1- Bloco J - 18º andar - Salas 1812 a 1815

CEP 70076-900 – Brasília, Distrito Federal.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea são analisadas e, quando procedentes, encaminhadas às unidades que, no Ipea, são responsáveis pelo seu atendimento, sendo preservada a identidade do demandante sempre que este solicita sigilo. Nesse contexto, a Ouvidoria do Ipea busca, junto a essas unidades, a solução tempestiva das demandas recebidas, procurando manter os manifestantes informados sobre o andamento do processo. Fundamental nesse contexto, o aspecto relacional é um dos principais pilares de sustentação da ação da Ouvidoria, que muitas vezes atua como instância de mediação nas relações entre demandantes e demandados. Importante ressaltar que, mesmo nos casos de recebimento de manifestações improcedentes, a Ouvidoria do Ipea atua, orientando os demandantes em relação aos canais mais adequados de comunicação e, por vezes, acionando diretamente outras ouvidorias.

ATIVIDADES DA OUVIDORIA EM 2012

Manifestações recebidas

No que tange às manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012, observa-se, por um lado, um crescimento, em termos absolutos, de 9% em relação ao volume verificado no ano anterior. Por outro lado, constatou-se uma importante elevação no recebimento de manifestações improcedentes, o que suscitou análises com vistas à identificação das possíveis causas. Os resultados apontaram para um grande número de manifestações referentes às denúncias e reclamações relacionadas a órgãos e entidades ligados à seguridade social, que foram encaminhadas, por engano, para o e-mail da Ouvidoria do Ipea. Mesmo nesses casos, a Ouvidoria do Ipea não deixou de atuar, encaminhando os demandantes aos canais competentes. A tabela 1 apresenta o detalhamento de todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012:

TABELA 1

Manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012

Manifestação	Assunto					Total	%
	Produção Técnica do Ipea	Questões Administrativas	Questões de Ouvidoria	Serviços Ipea	Questões Improcedentes		
Reclamação	2	34	1	1	79	117	41,1%
Denúncia	0	7	0	0	56	63	22,1%
Crítica	2	4	0	0	3	9	3,2%
Sugestão	1	5	0	2	3	11	3,9%
Elogio	0	1	0	1	2	4	1,4%
Consulta	11	17	4	1	26	59	20,7%
Solicitação	3	9	1	0	6	19	6,7%
Agradecimento	0	0	2	0	1	3	1,1%
Total	19	77	8	5	176	285	100,0%

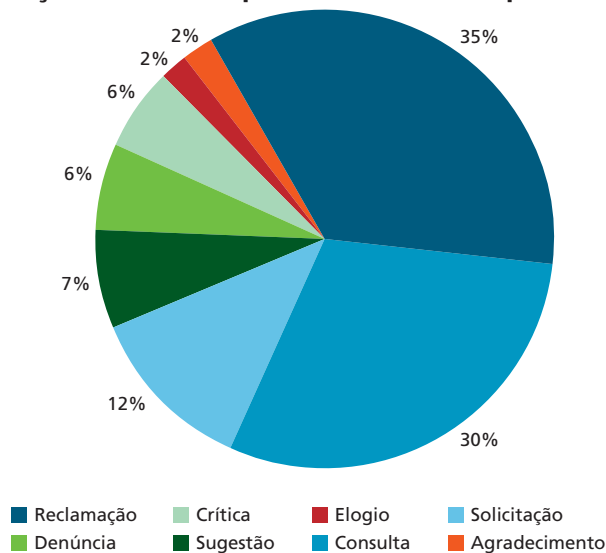
A tabela 2 apresenta o detalhamento das manifestações procedentes, recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012:

TABELA 2
Manifestações procedentes recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012

Manifestação	Assunto				Total	%
	Produção Técnica do Ipea	Questões Administrativas	Questões de Ouvidoria	Serviços Ipea		
Reclamação	2	34	1	1	38	34,9%
Denúncia	0	7	0	0	7	6,4%
Crítica	2	4	0	0	6	5,5%
Sugestão	1	5	0	2	8	7,3%
Elogio	0	1	0	1	2	1,8%
Consulta	11	17	4	1	33	30,3%
Solicitação	3	9	1	0	13	11,9%
Agradecimento	0	0	2	0	2	1,8%
Total	19	77	8	5	109	100,0%

O gráfico 1 apresenta a distribuição por categorias de manifestações. Observa-se a prevalência de reclamações e consultas, que, juntas, responderam por 65% das manifestações consideradas procedentes, recebidas pela Ouvidoria.

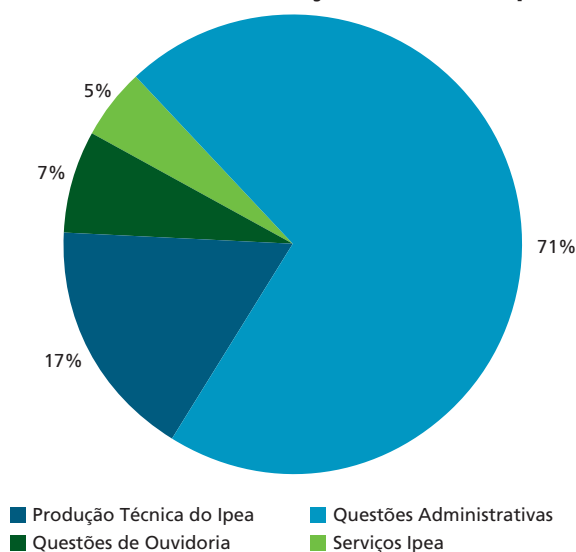
GRÁFICO 1
Categorias de manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012



O gráfico 2 apresenta a distribuição por categorias de assuntos. Nesse caso, verifica-se que a grande maioria das manifestações recebidas pela Ouvidoria teve relação com questões administrativas do Instituto.

GRÁFICO 2

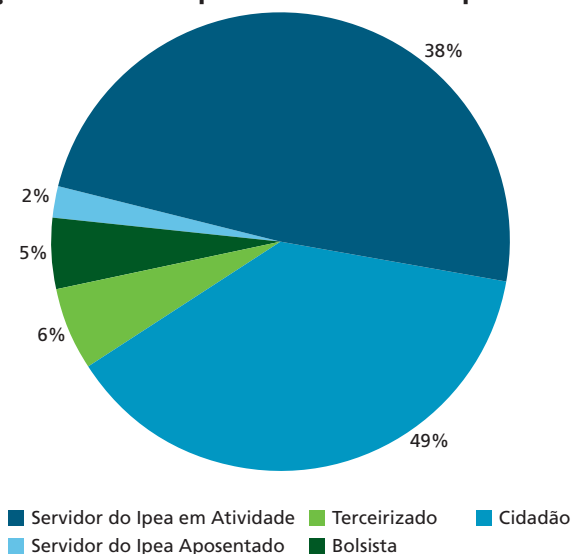
Categorias de assuntos relativos às manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012



O gráfico 3 apresenta a distribuição por categorias de demandantes, o que permite constatar a importância da Ouvidoria enquanto mediadora das relações entre administração pública e sociedade, já que 49% das manifestações recebidas são de cidadãos, sem qualquer vínculo com a Instituição.

GRÁFICO 3

Autores das manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ipea em 2012



A tabela 3 apresenta os números da Ouvidoria do Ipea no que tange às manifestações recebidas entre 2004 e 2012.

TABELA 3
Números da Ouvidoria do Ipea entre 2004 e 2012

Manifestação	Período								Total	%
	2004-2005	2005-2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
Reclamação	46	56	29	38	98	44	52	117	480	20,4%
Denúncia	7	2	1	2	9	7	11	63	102	4,3%
Crítica	0	5	12	27	11	8	10	9	82	3,5%
Sugestão	57	63	12	18	25	6	22	11	214	9,1%
Elogio/Agradecimento	41	28	7	22	64	40	51	7	260	11,1%
Consulta	38	56	34	45	69	76	83	59	460	19,6%
Solicitação	291	136	17	64	124	68	33	19	752	32,0%
Total	480	346	112	216	400	249	262	285	2350	100,0%

ACESSOS AO SÍTIO DA OUVIDORIA DO IPEA NA INTERNET

A tabela 4 apresenta a distribuição mensal de acessos ao sítio da Ouvidoria do Ipea em termos de visitantes, número de visitas e páginas visitadas. Tendo o seu sítio na internet como o seu principal canal de comunicação com a sociedade, a Ouvidoria do Ipea observou, em 2012, um total de 23.367 visitas, que foram realizadas por 17.088 visitantes distintos, responsáveis pelo acesso a 60.081 páginas. Nesse contexto, destaque para o Espaço do Conhecimento, seção que reúne conteúdos atinentes à atividade de Ouvidoria sob a forma de artigos, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações e teses. Assim, a Ouvidoria do Ipea reafirma seu protagonismo, tendo em seu sítio na internet um importante lócus de disseminação de conhecimentos sobre o tema.

TABELA 4
Distribuição mensal dos acessos ao sítio da Ouvidoria do Ipea em 2012

Indicadores	Período												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Visitantes	1.309	1.238	1.508	1.629	1.750	1.385	1.619	1.885	1.265	1.304	1.210	986	17.088
Média Diária	43,6	41,3	50,3	54,3	58,3	46,2	54,0	62,8	42,2	43,5	40,3	32,9	47,5
Visitas	1.673	1.522	1.932	2.045	2.116	1.677	2.051	2.668	2.106	1.907	1.950	1.720	23.367
Média Diária	55,8	50,7	64,4	68,2	70,5	55,9	68,4	88,9	70,2	63,6	65,0	57,3	64,9
Páginas	4.149	9.093	4.303	4.299	4.401	4.403	4.371	5.903	4.434	4.255	4.870	5.600	60.081
Média Diária	138,3	303,1	143,4	143,3	146,7	146,8	145,7	196,8	147,8	141,8	162,3	186,7	275,47

Estrutura e gestão interna

Em 2012, a Ouvidoria do Ipea, continuou o trabalho iniciado em 2011 com vistas ao aperfeiçoamento de sua estrutura de recebimento, registro e acompanhamento de manifestações recebidas. Nesse contexto, algumas ações merecem destaque:

- Reformulação do sítio da Ouvidoria do Ipea na internet, com vistas a facilitar o encaminhamento de manifestações e o acesso às informações, por meio de uma interface mais amigável.
- Aperfeiçoamento das estatísticas referentes às manifestações recebidas e acessos ao sítio da Ouvidoria na internet e a criação de uma seção específica na web para a divulgação de estatísticas, atualizadas segundo periodicidade mensal.

- Provimento de melhorias na estrutura de atendimento e busca de celeridade no atendimento e solução das manifestações. Além da revisão e aperfeiçoamento dos processos internos, é possível destacar o aumento da cooperação com as demais unidades do Ipea na busca pela solução tempestiva das demandas recebidas.
- Em dezembro de 2011, a convite da Ouvidoria Geral da União, a Ouvidoria do Ipea participou do evento intitulado Novas Tecnologias para Ouvidorias, no qual foi apresentado sistema desenvolvido pelo Serpro para gestão das atividades de ouvidoria. Este sistema foi disponibilizado sem ônus para o Ipea no início de 2012. Findas as etapas de instalação/configuração, customização e testes, decidiu-se pela não implantação do sistema por conta de problemas de desempenho. Novas análises serão realizadas com vistas à solução dos problemas encontrados.
- Em relação ao arcabouço normativo que rege as atividades de ouvidoria no Ipea, foram realizados estudos que revelaram a necessidade de aperfeiçoamentos sob a forma de ajustes no Estatuto e no Regimento Interno do Ipea para que ambos os instrumentos venham a refletir, com exatidão, as atribuições e objetivos da Ouvidoria do Instituto, em conformidade com a Instrução Normativa que rege suas atividades. Outro ponto objeto de consideração foi a elaboração de proposta de aumento do mandato do ouvidor do Ipea para 02 (dois) anos, prorrogável pelo mesmo período. Tal fato advém do grau de maturidade alcançado pela Ouvidoria do Ipea e da própria característica de unipessoalidade que reveste a sua ação, assentada na autoridade moral do ouvidor, que se torna uma referência na Instituição. O que se pretendeu, portanto, foi tornar essas relações mais duradouras, provendo maior estabilidade à ação do ouvidor para que o mesmo pudesse desempenhar, com excelência, sua função. A Ouvidoria do Ipea e a Procuradoria Federal no Ipea têm se reunido no sentido da construção de uma solução juridicamente possível que atenda a essas questões.

Pesquisa de Satisfação 2012

Procurando avaliar a qualidade do atendimento que presta ao cidadão brasileiro, a Ouvidoria do Ipea, em dezembro de 2012, iniciou o processo de elaboração da Pesquisa de Satisfação 2012, destinada a todos aqueles que recorreram aos seus serviços durante o aludido exercício. A pesquisa, a ser aplicada entre janeiro e março de 2013, terá seus resultados divulgados no início do segundo trimestre de 2013 e trará importantes subsídios para que a Ouvidoria do Ipea aperfeiçoe suas ações.

Fortalecimento institucional do Ipea

A ação da Ouvidoria do Ipea não se esgota na busca pela solução tempestiva das demandas concernentes às manifestações recebidas. De maneira proativa, busca se antecipar à ocorrência do dano, fomentando a institucionalização de processos que promovam o fortalecimento do Ipea, sobretudo no que tange à melhoria de sua gestão. Como destaques da ação da Ouvidoria em 2012, registram-se as seguintes situações:

- A questão da segurança nas proximidades do Ed. BNDES tem sido objeto de grande preocupação. Nesse sentido, a Ouvidoria tem se empenhado na busca de soluções que possam melhorar esse quadro, coordenando um processo que envolve agentes internos e externos. Assim, desde o final de 2012, e após articulação com as demais ouvidorias dos órgãos e entidades situados no Setor Bancário Sul (SBS), a Ouvidoria do Ipea vem mantendo contatos com o comandante da Polícia Militar responsável pelo policiamento do SBS com vistas ao aumento de policiamento no setor. No âmbito interno, sua atuação contribuiu para a edição de algumas medidas de segurança com destaque para a instalação de câmeras de segurança de alta definição em todos os andares, no acesso aos elevadores sociais e às escadas, e nas entradas do edifício, com monitoramento ininterrupto e geração de registros gravados para eventuais averiguações.
- A Ouvidoria fez alertas para a necessidade de maior rigor do Ipea no que tange à gestão dos contratos de terceirização, dado o grande número de manifestações recebidas de empregados terceirizados relacionadas ao não cumprimento de obrigações trabalhistas por parte de suas empresas.

- Por solicitação a Ouvidoria, foi criada uma seção na intranet com todas as normas atinentes à concessão de passagens e diárias.
- A Ouvidoria apresentou sugestão para que haja diferenciação, nos endereços de e-mails, das categorias funcionais no Ipea, distinguindo, dessa forma, o vínculo que se tem com a Instituição.
- A Ouvidoria do Ipea vem monitorando o andamento as discussões concernentes à Carreira do Ipea envolvendo SRH/MP, Ipea e Afipea.
- Em diversas situações, a Ouvidoria do Ipea atuou com vistas a garantir atualidade e correção das informações veiculadas nos sítios do Ipea na intranet e internet.
- A Ouvidoria atuou junto às unidades responsáveis na resolução dos problemas concernentes à atualidade e correção das informações de contato dos servidores, tanto na intranet, quanto no sistema de correio eletrônico do Instituto.

Considerações finais

Não obstante os bons resultados auferidos em 2012 e o alcançado reconhecimento de sua relevância, seja no âmbito do Ipea, seja no âmbito de outros órgãos e da sociedade em geral, é necessário que a Ouvidoria do Ipea continue buscando a excelência no desempenho de suas atividades.

Espera-se que os aperfeiçoamentos realizados nas estruturas de recebimento, registro e acompanhamento de manifestações, bem como nos processos de gestão interna contribuam para um aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da ação da Ouvidoria do Ipea. Nesse contexto, por um lado, a implantação do sistema computacional desenvolvido e cedido pelo Serpro para a gestão das atividades de ouvidoria representará um importante salto de qualidade, sobretudo para os demandantes, que passarão a acompanhar o processo de atendimento de suas manifestações.

Por outro lado, uma das questões mais importantes a serem enfrentadas diz respeito à promoção de maior celeridade na resolução das demandas que são encaminhadas à Ouvidoria do Ipea sob a forma de manifestações. Em algumas situações, houve demora excessiva das unidades do Ipea no que tange ao atendimento das demandas encaminhadas, resultando em desgastes e comprometimento da imagem não apenas da Ouvidoria, mas, sobretudo, do Ipea. Por conta disso, a Ouvidoria do Ipea deverá buscar estreitar ainda mais os laços de cooperação com as unidades do Ipea, sobretudo com aquelas que concentram o recebimento de maior número de demandas, instituindo fóruns especiais de resolução de problemas.

Por fim, vale ressaltar que o sucesso da Ouvidoria do Ipea está intimamente relacionado à sua autonomia e à transparência e independência de sua ação e, fundamentalmente, do apoio dos servidores, colaboradores e unidades do Instituto.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniel Alves de Sousa Júnior (estagiário)

Diego André Souza Santos (estagiário)

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/13,2 (texto)
Frutiger LT Pro 45 Light (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.